



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

166ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 15 e 16 de abril de 2009.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

166ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 15 e 16 de abril de 2009

1 Aos quinze e dezesseis dias do mês de abril de dois mil e nove teve início a Centésima Sexagésima
2 Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Valdete de Barros Martins.
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Conselheira Valdete
6 Barros Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Ana
7 Lígia Gomes, Secretária Nacional de Assistência Social – MDS; Conselheiro Renato Francisco dos
8 Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira
9 Verônica Pereira Gomes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
10 Conselheiro José Geraldo França Diniz - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP;
11 Conselheira Rose Mary Oliveira, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –
12 MDS; Conselheiro Lúcio da Silva Santos, Ministério da Previdência Social – MPS; Conselheiro
13 José Ferreira Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira
14 Edna Aparecida Alegro - MTE e MF; Conselheira Heloísa Helena Mesquita Maciel, Representante
15 dos Estados; Conselheiro Charles Roberto Pranke, Representante dos Municípios; Conselheiro
16 Sérgio Wanderly Silva, Representante dos Municípios; Vice-Presidente e Conselheiro Pe. Nivaldo
17 Luiz Pessinati - Confederação Nacional de Bispos do Brasil – CNBB; Conselheiro Antônio Celso
18 Pasquini - União Social Camiliana; Conselheira Renata Rodrigues Flores Alves, Federação
19 Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Conselheira Irmã Rosa Maria Ruthes - Instituto
20 Social, Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da
21 Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite - Federação Espírita Brasileira; Conselheiro
22 Carlos Eduardo Ferrari - Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE;
23 Conselheira Marisa Fúria Silva - Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheiro Mizael
24 Conrado de Oliveira, União Brasileira de Cegos - UBC; Conselheiro João Carlos Carreira Alves,
25 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Conselheira Maria Dolores da Cunha
26 Pinto – Federação Nacional das APAES – FENAPAE; Conselheiro Samuel Rodrigues - Movimento
27 Nacional de População de Rua; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera - Federação Nacional dos
28 Assistentes Sociais – FENAS; Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos - Associação Brasileira de
29 Educadores de Deficientes Visuais – ABEDV; Conselheiro Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho,
30 Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas –
31 FENATIBREF; Conselheiro Edval Bernardino Campos, Conselho Federal de Serviço Social –
32 CFESS; e, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite - Federação Nacional dos Psicólogos –
33 FENAPSI. **ABERTURA.** Dando início à Reunião, a senhora Presidente solicitou à Secretária
34 Executiva, senhora Cláudia Sabóia, que procedesse à conferência do quorum: **Conselheiros**
35 **Titulares presentes:** Conselheiro Carlos Eduardo; Conselheiro Renato de Paula, Conselheira
36 Margareth Alves, que havia justificado sua ausência no período da manhã; Conselheiro Edivaldo,
37 na Titularidade. Conselheira Rose, que havia justificado sua ausência; Conselheiro Geraldo;
38 Conselheira Edna, Conselheira Valdete, Conselheiro Mizael, Conselheiro Charles, Conselheira
39 Heloísa, Conselheira Dolores, Conselheira Renata, Conselheira Verônica, Conselheiro Nivaldo

40 Pessinatti, Conselheiro José Geraldo, Conselheiro Frederico, e, Conselheiro Renato Saidel Coelho.
41 **Conselheiros Suplentes presentes:** Conselheira Marisa, Conselheiro Sérgio; Conselheira Rosa,
42 Conselheiro Pasquini, Conselheiro Clodoaldo, e Conselheiro João Carlos, Conselheiro Lúcio, e,
43 Conselheiro José Crus. Prosseguindo, a senhora Presidente procedeu à leitura e aprovação da Pauta,
44 informando que a proposta de Pauta já havia sido previamente aprovada no Relato da Conferência
45 Ampliada da reunião anterior, justificando o porquê de a mesma não ter chegado aos Conselheiros
46 por e-mail, mas que havia sido publicada e estava sendo entregue nesse momento: **Pauta: Dia**
47 **15.04.2009 – Manhã: 09:00h às 9h30min:** Aprovação da Ata da 165ª Reunião Ordinária do CNAS
48 e da Pauta e Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT; **09h30min às 12:00h:**
49 Avaliação da Reunião Ampliada; **Tarde: 13:00h às 14:00h:** Reunião da Subcomissão de
50 Comunicação da VII Conferência com a ASCOM; **14:00h às 15h30min:** Relato da Comissão de
51 Normas (procedimentos); **15h30min às 18:00h:** Relato da Comissão Organizadora da Conferência.
52 **Dia 16.04.2009 – Manhã: 09:00h às 10:00h:** Câmaras de Julgamento: deliberação dos processos
53 de Manifestação sobre Isenção de Importação; **10:00h às 12:00h: Plenária:** Deliberação dos
54 processos de Manifestação sobre Isenção de Importação; **TARDE: 14:00h às 15:00h:**
55 Encaminhamento do Planejamento Estratégico; **15:00h às 15h30min:** Informes do GT que discute
56 proposta de reformulação da composição do CNAS; **15h30min às 16:00h:** Informes da Comissão
57 de Política sobre a apreciação do documento :Orientações Técnicas (Serviços de Acolhimento para
58 Crianças e Adolescentes); **16:00h às 18:00h:** Continuidade da apreciação do Substitutivo do PL
59 3021/2008. **INVERSÃO DE PAUTA:** A senhora Presidente ressaltou que se estava propondo que
60 no horário de almoço desse dia, a Comissão Organizadora se reunisse para apreciar, previamente, os
61 critérios de distribuição de Delegados antes de chegar à Plenária, com a Subcomissão de
62 Comunicação elegendo outro horário. O Conselheiro Geraldo solicitou a inclusão de um Item de
63 Pauta, a ser colocado após o primeiro ponto sobre a Composição do Conselho e a Inversão de Pauta
64 com relação ao Item sobre os Decretos 3021 e 3077. O Conselheiro Celso relatou a inquietação das
65 Entidades respeito à legislação, destacando que todos os esforços seriam mobilizados para a
66 aprovação dos Projetos de Lei 3077 e 3021. Que nesse sentido, a Frente Brasileira do Terceiro Setor
67 estava promovendo nesse dia no Congresso Nacional a sensibilização dos senhores deputados e
68 senadores, convocando todas as Entidades para participar dessa mobilização. Por oportuno,
69 solicitou que essa Plenária fizesse uma pausa de quinze a dezessete ou dezessete horas e trinta
70 minutos, com a senhora Presidente informando que esse ponto seria colocado para aprovação após
71 os encaminhamentos. Após consenso pelos Membros presentes, a senhora Presidente deu como
72 aprovada a Ata da 165ª Reunião Ordinária do CNAS e a Pauta. A Secretária Executiva passou a
73 relatar os **Informes da Secretaria Executiva e Presidência. Ausências justificadas:** Conselheira
74 Edna, dia 19, na Reunião Ampliada do Conselho Estadual de Goiás, em virtude de problemas de
75 saúde; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, dia 16 de abril na Reunião Ordinária, em razão de
76 consulta médica anteriormente agendada; ex-Conselheira Ieda, que informou à época a sua ausência
77 no dia 25 de março na Reunião Descentralizada do Estado de Alagoas, em virtude de inviabilidade
78 da chegada no município onde se realizaria a Reunião; Conselheiro Samuel, dia 8 de abril, no GT
79 da Reformulação da Composição do CNAS, em razão de compromissos assumidos anteriormente
80 no Seminário que discutiu a Política de População de Rua, Rio de Janeiro; Conselheira Tânia Garib,
81 dia 8 de abril, também no GT, em virtude de participação na Reunião da CIT; Conselheiro Josenir,
82 dias 13 a 16 de abril, na Reunião Ampliada e na Reunião Ordinária, em virtude de imprevistos;
83 Conselheiro Edval, dias 15 e 16, em razão de compromissos profissionais intransferíveis;
84 Conselheiro José Geraldo, dias 13 e 14 de abril, na Reunião Ampliada, em razão de compromissos
85 profissionais; ex-Conselheira Karla, dias 14 e 16 de abril na Reunião Ampliada, também por
86 compromissos anteriormente assumidos; Conselheira Margareth, dia 8 de abril, no GT da

87 Reformulação do CNAS em razão de impossibilidade; Conselheira Heloísa, dias 16 e 17 de abril, na
88 reunião Ordinária, em razão de compromissos profissionais no Rio de Janeiro; Conselheira Rose
89 dias 13 a 17 de abril, na Reunião Ordinária e na Extraordinária da Comissão de Política, em razão
90 de viagem a serviço; Conselheiro Mizael, dia 14 na Reunião Ampliada, e dia 15 à tarde, em virtude
91 de compromissos profissionais; Conselheira Margareth Alves, como também já havia informado,
92 nesse dia pela manhã em razão de ida à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, para
93 votação do PL sobre a jornada de trabalho de trinta horas dos Assistentes Sociais, compromisso
94 comunicado no dia anterior durante a Reunião da Presidência Ampliada. **E-mails enviados aos**
95 **Conselheiros.** Diversas convocações para participação da Reunião Descentralizada; Boletim da
96 FENAS, encaminhado a pedido da Conselheira Margareth; cópia do Relatório Estatístico do
97 quantitativo de Entidades certificadas, atualizado recentemente pela CGI e que já estava no *site*;
98 Informativo da Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, referente à
99 Conferência Infanto-Juvenil; Informativo do Conselho Nacional de Saúde, com abertura de dois
100 livros de assinatura em apoio à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 e sobre a proposta
101 dos SUS como patrimônio da humanidade; reportagem encaminhada pelo Conselheiro Samuel
102 sobre a condenação de militares que assassinaram dois mendigos; Ata e degravação da Reunião.
103 **Participação do CNAS.** Convite pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais para 11º
104 Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, ocorrido no dia 17 de março, em
105 Curitiba, com participação do Conselheiro Renato; convite da AVAPE a VII Feira Internacional de
106 Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade, nos dias 2 a 5 de abril, com a participação
107 do Conselheiro Clodoaldo no dia 04 durante a entrega do II Prêmio Sentidos, promovido pela
108 Entidade. A Secretária Executiva procedeu ao relato das participações dos Conselheiros nas
109 Reuniões Descentralizadas; informou o restabelecimento no *site* do Conselho das instruções e
110 formulários para requerimento de Concessão e Renovação do Certificado; e, atualização da relação
111 dos Conselhos e as audiências realizadas pela Secretaria Executiva e pela Presidência e mais alguns
112 comunicados. **Envio de comunicações pela senhora Presidente em nome do CNAS:** Nota de
113 condolências ao CEAS do Ceará, pelo falecimento do senhor Cleilson Martins Gomes, Presidente
114 daquele Conselho; e-mail aos Conselhos Estaduais, Municipais e do DF, à Secretaria Nacional e à
115 Secretaria Executiva do MDS informando aprovação pela Plenária dos primeiros encaminhamentos
116 e orientações para as Conferências Municipais; Ofício com Relatório das ações do CNAS para
117 divulgação e efetivação do Plano, pela Secretaria Executiva do CNAS ao Núcleo Executivo de
118 Comissão Nacional Intersetorial de Acompanhamento do Plano Nacional de Convivência Familiar e
119 Comunitária. Prosseguindo, a Secretária Executiva informou que a Conselheira Renata, que estava
120 acompanhando esse Evento, havia solicitado que fosse feito o seguinte Relato: “*O Conselho*
121 *Estadual de Assistência Social do Acre agradeceu a participação dos Conselheiros Daniel e*
122 *Edivaldo na Reunião Ampliada do Acre. O Conselho Estadual de Assistência Social da Paraíba*
123 *também informou a realização da Descentralizada e agradeceu à brilhante participação do*
124 *Conselheiro Carlos Eduardo e também pela participação da representante da SNAS na composição*
125 *da mesa”. **Aniversariantes do mês:** Conselheiro Edval, dia 8; Conselheiro Renato Saidel, dia 12; e,
126 Conselheiro Frederico, dia 29 de abril. Antes de passar para o próximo Item, a senhora Presidente
127 cumprimentou os novos Conselheiros: Conselheira Heloísa, Representante Titular do FONSEAS;
128 Conselheiro Charles, Representante Titular do CONGEMAS; Conselheiro Sérgio, Representante
129 Suplente do CONGEMAS; Conselheira Verônica, representando o MDS; e, Conselheiro José Crus,
130 representando também o MDS. **Informes do MDS.** A Secretária Ana Lígia dirigindo-se aos
131 Conselheiros ressaltou que, não havia dúvida de que, assim como a Sociedade Civil tinha
132 autonomia para, em Fórum próprio, escolher seus Conselheiros, o Governo também o tinha.
133 Destacou que, fazia muito tempo o MDS, a quem o CNAS era vinculado, vinha sendo*

134 legitimamente pressionado e recebido reclamação da ausência do Governo no CNAS. Relatou que
135 isso vinha acontecendo fazia um ano e o MDS vinha respondendo, convocando os Conselheiros do
136 Governo e inúmeros ofícios para os Chefes de Gabinete dos Ministérios e Secretários Executivos,
137 buscando manter a composição escolhida em 1994, quando o Conselho Nacional havia sido
138 instalado. Observou que no ano de Conferência enfrentar a não-paridade no Conselho era muito
139 complicado, havendo o direito de todos participarem e de o Conselho ter tanto o quorum do
140 Governo quanto da Sociedade Civil, considerando que ambos se preocupavam com a condução da
141 Conferência Nacional. Ressaltou que essas negociações já vinham de muito tempo, informando que
142 com relação ao Ministério da Previdência havia compromisso do Secretário Executivo de que o
143 mesmo estaria presente, destacando, também, a participação dos Ministérios da Fazenda e do
144 Planejamento, cuja contribuição era fundamental, presentes em toda composição que o Governo
145 havia decidido como deveria ser do CNAS desde sua instalação. Que havia ficado surpresa com a
146 intervenção do Fórum de Assistência Social que, de uma maneira desrespeitosa, havia expressado
147 que o MDS estava avançando sobre o CNAS, observando que o Conselho era paritário e o Governo
148 tinha o direito de escolher. Que o Governo podia ouvir a opinião do CNAS e deveria ouvir a
149 opinião da Sociedade Civil sobre a melhor composição do Conselho, tomando essa decisão de
150 modo emergencial e que se manteria essa composição até a Conferência Nacional. Informou que se
151 não fosse acertado um acordo com a Previdência, colocariam outro representante para manter a
152 paridade do Governo. Destacou a questão do CEBAS, assim como dos organismos que o Governo
153 gostaria que estivessem participando no CNAS, que comporia um GT para discutir essa proposição.
154 A Secretária Ana Ligia ressaltou que estava dando essa explicação por absoluta atenção ao CNAS,
155 não pondo em discussão a condição e a autonomia do Governo de tomar essa decisão. Discorrendo
156 sobre o assunto, referiu-se à crise ocorrida no CNAS e as conversações mantidas para que as
157 Reuniões se realizassem em dois dias e que, em nome do Governo, reiterava essa solicitação, que
158 era de praxe dos demais Conselhos que não tinham cartório. A Secretária Ana Ligia manifestou que
159 esperava contar com o acolhimento dos Conselheiros e que gostaria de receber os novos
160 Representantes, José, Verônica, e Renato, que permanecia como Representante, Conselheira Maura
161 Luciana, Suplente da Proteção Especial, e os Conselheiros Maristela, Helena e Maria José, que
162 eram Suplentes, informando ser Suplente da senhora Presidente. Na sequência, informou que nos
163 dias dezoito e vinte se realizaria em Brasília o Encontro Nacional de População em Situação de
164 Rua, possivelmente com as presenças do Presidente da República e do Ministro Patrus, com a
165 seguinte Pauta: oportunidade de o Movimento da População em Situação de Rua discutir a sua
166 situação; e, como tema central, a validação da Política Nacional de População em Situação de Rua.
167 Informou que esse Encontro contaria com a presença de quatrocentos participantes, além dos
168 interessados, especialistas, Entidades e demais convidados. Que se esperava que após a realização
169 desse Evento, o Presidente assinasse um decreto instituindo a Política Nacional de População de
170 Rua, o que seria muito importante para sua execução; realização de uma Oficina em Brasília, nos
171 dias vinte e três e vinte e quatro de abril, sobre Cooperação entre Brasil e Espanha sobre serviços
172 com deficientes e pessoas idosas, contando com operadores dos estados e das capitais, envolvendo
173 mais de cem pessoas, com participação da Escola Nacional de Administração Pública, ENAP; dia
174 vinte e três de abril, realização de um Encontro em Brasília do FONSEAS e CONGEMAS sobre a
175 discussão da ampliação dos critérios do Programa Bolsa Família; dia vinte e sete de abril, em São
176 Paulo, no Campus da Rua Marquês de Paranaguá, 111, Auditório Central, Consolação, o Núcleo de
177 Seguridade e Assistência Social da PUC em conjunto com o MDS faria um dia de discussão sobre o
178 SUAS em grandes cidades, discutindo o SUAS em capitais, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de
179 Janeiro com a presença dos Secretários. Discorreu sobre o Programa ProJovem e BPC na Escola,
180 colocando gestões que estavam sendo realizadas e as informações da CIT, indagando sobre a

181 participação dos Conselheiros do CNAS nessa Comissão. Informou sobre a transferência das
182 creches para a Educação, e a aplicação desses recursos para outras ações da Assistência Social, com
183 discussão na próxima CIT no início de maio. Destacou que havia um levantamento sobre a proteção
184 básica, com a regulamentação sendo trabalhada para que esse recurso proporcionasse uma grande
185 ampliação de CRAS. A Secretária Ana Lígia esclareceu que esse recurso poderia ser utilizado com
186 implantação de ProJovem, mas não haveria fundos suficientes, considerando o corte acontecido no
187 Congresso Nacional nesse piso, com a possibilidade de os serviços pararem por volta de agosto e
188 setembro, o que se constituía em grande preocupação. Observando que o Congresso não havia
189 considerado os serviços da Assistência Social como continuados, era preciso trabalhar, com o apoio
190 da Sociedade Civil, para que esse recurso viesse e que as ações não passassem mais por solução de
191 continuidade. Informou que a CIT, na reunião de maio, trataria da pactuação em que seriam
192 aplicados os recursos da transição da Educação, e na de junho trataria sobre a tipificação de
193 serviços, e que viria para o CNAS em julho. Arrazoou que se começaria a discutir um novo modelo
194 de habilitação dos municípios a ser incluído em setembro, realizando em agosto um grande
195 encontro de CIB's para decidir sobre um novo modelo de credenciamento dos municípios,
196 discorrendo sobre a situação detectada. Informou sobre a realização, em junho, de um Encontro
197 Nacional de Monitoramento e Avaliação do SUAS, com centralidade nos CRAS e nos CREAS e
198 que seria levado para a CIT e CNAS, posteriormente sendo feito um Encontro Nacional chamando
199 em agosto os operadores de monitoramento dos estados para, a partir dessa discussão, pactuar novos
200 avanços; final de agosto, realização do Encontro Nacional das CIB's para ir consolidando detalhes
201 sobre o novo modelo de habilitação ao SUAS dos municípios; na segunda ou terceira semana de
202 setembro o Encontro Nacional de CREAS, com todos os coordenadores, e que seria uma grande
203 Conferência; destacando o pouco tempo disponível e a Pauta bem apertada, informou sobre os
204 encontros estaduais de novos gestores, tendo ocorrido mais de nove com a participação da SNAS.
205 Referiu-se à questão da liminar da Juíza e da Vara Federal a respeito do CEBAS, observando que à
206 primeira vista a interpretação havia sido incorreta, explanando sobre o caso e sobre o BPC e a
207 repercussão havida, destacando as ações realizadas a respeito. Após suas colocações, observou que
208 essa liminar não trazia boas informações para as Entidades, e que, com relação ao CNAS, a Juíza
209 ainda não havia mandado revisar oito mil e quinhentos processos, destacando a urgência para que
210 esse PL fosse votado em Plenário, explanando sobre os procedimentos que seriam realizados.
211 Colocou a situação das Entidades, havendo o reconhecimento que as de Educação também
212 prestavam serviços de Assistência Social. Concluindo, a Secretária Ana Lígia observou ser
213 fundamental haver um acordo com o Ministério da Educação o que seria discutido, com algumas
214 questões no Substitutivo relativas à Assistência Social e que deveriam ser analisadas. A senhora
215 Presidente indagou se havia algum **Informe dos Conselheiros**, com o Conselheiro Pasquini
216 corrigindo a informação sobre participação na Reunião Descentralizada no Piauí, relatando que
217 havia a mesma programação para dois dias, ocorrendo um problema de passagem e não podendo
218 comparecer. Prosseguindo, informou sua participação na Reunião Descentralizada em Catanduva,
219 São Paulo, destacando a necessidade de um maior número de Reuniões, inclusive regionais, com
220 entrega do CD com todos os informes para as Conferências pelo Conselho Nacional e trazendo um
221 CD contendo as ações de Assistência Social na região. Ressaltou a importância do Conselho
222 Nacional e do Conselho Estadual de São Paulo, parabenizando a senhora Presidente pela colocação
223 e condução do Sistema. A senhora Presidente informou haver uma proposta de avaliar as Reuniões
224 Descentralizadas assim que todas as Reuniões fossem concluídas, realizando um debate em
225 Plenária. O Conselheiro Geraldo enfatizou a importância das informações trazidas pela Secretária
226 Ana Lígia, observando que o recurso repassado aos municípios deveria ampliar os CRAS e torná-
227 los mais efetivos, com o repasse fundo a fundo trazendo um prejuízo muito grande, com a aplicação

228 dos recursos fora das ações da Assistência Social. Destacou que uma regulação do CNAS evitaria
229 esse problema, citando locais onde foram realizados cortes na área de Assistência Social e
230 explanando sobre essa situação. O Cconselheiro Pasquini colocou que o prejuízo, literalmente, era
231 para o Conselho Nacional, questionando qual a estrutura que o CNAS tinha para avaliar as quase
232 dez mil certificações que saíram e como essa questão se encontrava, considerando não ter saído
233 nenhuma regulamentação sobre a matéria. Discorreu sobre as colocações da Secretária Ana Ligia
234 sobre Educação, arrazoando sobre a situação das Bolsas que eram destinadas fora do
235 enquadramento do beneficiário da Assistência Social, destacando que o percentual deveria ser
236 colocado setenta por cento para Assistência Social e trinta por cento para a Educação. A
237 Conselheira Marisa referiu-se à importância da participação do segmento que representava no
238 Evento sobre Cooperação entre Brasil e Espanha, com a Secretária Ana Ligia informando que o
239 mesmo seria aberto. Continuando, a Conselheira Marisa informou haver trabalhos interessantes
240 nessa área na Suécia, e que poderiam ser aplicados no Brasil com baixo custo e cujo contato poderia
241 passar para o MDS. A senhora Presidente destacou que se esse Evento fosse nos dias vinte e três e
242 vinte e quatro isso poderia ser colocado como **encaminhamento** e quantos Conselheiros gostariam
243 de participar, informando que dia vinte e três aconteceria a Reunião da Comissão Organizadora,
244 com a participação dos Conselheiros Carlos e Edivaldo. A Conselheira Dolores, referindo-se ao
245 piso de transição, observou que a Comissão de Política do CNAS poderia discutir esse tema,
246 considerando o problema que se estava enfrentando, principalmente nos municípios de pequeno
247 porte, defendendo essa transferência para garantir a integralidade do atendimento para a população
248 pobre, principalmente a luta da mulher para garantir a educação infantil ou o atendimento de creche
249 para seus filhos. Como os estados e os municípios não estavam conseguindo oferecer educação
250 infantil de tempo integral, estavam lutando para que a Assistência Social considerasse, pelo menos
251 na população mais carente, um piso de transição que considerasse e avaliasse essa luta de garantir o
252 atendimento integral principalmente na faixa de zero a três anos. Com relação ao atendimento
253 intermitente, observou haver casos que precisavam desse atendimento e que, pensando nessas
254 situações, o senador Flávio havia colocado esse termo. A Secretária Ana Ligia ressaltou que havia
255 sido colocado como regra geral e que, pela luta do setor, se dizia que o serviço da Assistência Social
256 era continuado. A Conselheira Maria Dolores observou ser um atendimento continuado e
257 intermitente, considerando as situações que se apresentassem, sendo ótimo que na Oficina a ser
258 realizada, a Espanha mencionasse tais situações, principalmente no caso da deficiência com mais
259 comprometimento citando, também, a questão da análise, não sabendo se o foco de indicadores de
260 monitoramento estaria no respeito à burocracia ou se haveria a obrigação de ver se o público da
261 Assistência estava sendo atendidosobre a questão da contrapartida que havia sido exigida das
262 Instituições, o que as prejudicava, obrigadas a exercer o mesmo serviço com uma quantidade cada
263 vez menor de recursos, valendo a pena fazer uma consulta aos Fóruns Municipais, Regionais e
264 Nacionais e também aos Conselhos para se verificar como andava essa questão, até para se
265 posicionarem e colaborar. Observou ser preocupante essa situação, tendo em vista o fechamento de
266 muitas Entidades da área de atendimento à população em situação de rua, devendo-se refletir ou
267 criar um momento específico para se verificar como estava essa situação. A Secretária Ana Ligia
268 chamou a atenção, destacando que o Governo estava com os nove membros presentes, o que
269 considerava uma vitória completamente arrasadora, ao que a Secretária Executiva registrou a
270 presença dos Conselheiros que não se encontravam presente durante a primeira chamada:
271 Conselheiros Frederico, Renato, José Crus e Lúcio. Na sequência, a senhora Presidente registrou
272 que havia falado com o Ministro a respeito dos Conselheiros governamentais e havia pedido
273 providências, encaminhadas pela Secretária. Destacou que havia perguntado aos Presidentes do
274 CONGEMAS FONSEAS, porque achava que era muita responsabilidade conduzir um Conselho

275 sem a paridade que deveria ter, assim como as providências que haviam sido tomadas justamente no
276 sentido de manter a paridade nesse ano de Reunião. Na sequência, passou a palavra para o
277 Conselheiro José Geraldo, que discorreu sobre os cortes feitos pelo Congresso e como se
278 vislumbrava essa preocupante situação. Observou que uma das saídas era usar o fundo soberano e
279 reduzir a meta fiscal, o que dependia do Congresso, havendo que se encaminhar um Projeto de Lei
280 alterando a Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo um processo de negociação política.
281 Concluindo, o Conselheiro José Geraldo observou que se continuasse essa situação, sua primeira
282 providência seria sair do CNAS. O Conselheiro Geraldo, manifestando questão de ordem, referiu-se
283 à participação nas Reuniões da CIT, na qual era Representante do CNAS, ressaltando o acúmulo de
284 agendas dessa Comissão e do Conselho, informando haver comunicação para que fosse convocada a
285 Suplente, Conselheira Rosa, que informou não haver recebido nenhum comunicado sobre a
286 substituição. O Conselheiro Clodoaldo observou que a questão do corte realizado pelo Congresso
287 deveria ser tratada no Conselho de uma maneira muito séria, devendo vir de uma maneira formal
288 para poderem se debruçar sobre o assunto e fazer um encaminhamento mais adequado. A senhora
289 Presidente informou a consulta se a Comissão de Financiamento havia chegado a tratar dessa
290 questão e dado algum encaminhamento. Que seria o caso dessa Comissão se reunir, considerando a
291 proposta do Conselheiro Clodoaldo de o CNAS ver as estratégias sobre como lidar com essa
292 questão mesmo sabendo que a situação era difícil diante de tudo o que está colocado, mas
293 posicionando-se para não ser considerado como omisso, ficando esse **encaminhamento** para a
294 Comissão de Financiamento. O Conselheiro Samuel referiu-se à informação da Secretária Ana
295 Lúcia sobre o Encontro Nacional de População de Rua para dizer que toda a participação havia sido
296 acertada entre o Movimento, a Pastoral Nacional do Povo da Rua e o MDS, trazendo cem pessoas
297 em situação de rua de todo o país, informando sua atuação como Representante do Movimento, e
298 discorrendo sobre a relevância do Evento. Concluindo, sugeriu que os Informes fossem
299 transformados em Pauta para debates nas próximas Reuniões. A Conselheira Maria Dolores
300 solicitou ao Conselheiro José Geraldo informação sobre os municípios mais afetados pela crise
301 econômica, colocando o aporte pelas Entidades do percentual de vinte por cento e o empréstimo aos
302 FMI. A senhora Presidente observou que esse tema seria ponto de Pauta, mas que abriria para
303 debate. O Conselheiro José Geraldo destacou que havia que ser dada uma explicação, colocando
304 que o empréstimo ao FMI estava saindo das reservas internacionais brasileiras, não passando pelo
305 orçamento, não tenho como usar tais recursos. Dirigindo-se à Conselheira Dolores, informou que
306 traria esse levantamento e que no dia anterior o Presidente da República havia decidido que
307 compensaria os municípios mais necessitados adicionando mais um bilhão de reais para amenizar a
308 crise. A senhora Presidente passou para a Secretária Ana Lúcia fazer algumas considerações, que
309 informou ter encontrado importante a fala do Conselheiro Renato e sugeriu a realização de um
310 encontro para discutir a questão da sustentabilidade das Entidades. Que era uma discussão que o
311 Brasil precisava enfrentar desde o modelo do marco legal das ONG's até o que significava a
312 sustentabilidade das Entidades Sociais. Com relação à outra colocação e agregando à questão do
313 Conselheiro José Geraldo, era conveniente que o CNAS fizesse um debate sobre a crise econômica
314 e suas repercussões nos serviços sociais, inclusive para preparar o CNAS para lutar pelo que viria,
315 discorrendo sobre a situação adotada pelo Congresso Nacional com relação aos recursos do MDS.
316 A Secretária Ana Lúcia informou que havia dito em outra Reunião que R\$. 123 milhões era só do
317 piso básico de transição e que o Congresso havia cortado R\$ 635 milhões. Colocou que o
318 Congresso não iria revogar a Lei Orçamentária que já havia saído e o governo estava vivendo com
319 ela do jeito que o Conselheiro José Geraldo havia explicado, discorrendo sobre o
320 contingenciamento. Com relação ao piso básico de transição, a proposta era continuar financiando
321 ação com criança pequena, que não se chamaria de creche porque educação infantil era ação do

322 MEC e financiar idosos, e se continuaria mantendo que o município que não tivesse Unidade Básica
323 de Saúde tinha que ter CRAS, cuja manutenção não custava caro. Observou que o fato de construir
324 um CRAS não poderia em nenhum momento se colocar como desfinanciamento de Entidade, sendo
325 a construção do SUAS, então não era SUS. A senhora Presidente, dirigindo-se à Secretária Ana
326 Lígia, solicitou que permanecesse na Reunião mais um pouco, para ouvir as colocações do
327 Conselheiro José Geraldo sobre a composição do CNAS, que ele havia incluído na Pauta. O
328 Conselheiro José Geraldo ressaltou que em função da proposta de Pauta para a Comissão de
329 Financiamento feita pela senhora Presidente, gostaria de ponderar junto à Plenária que havia sido
330 informado fazia pouco instantes, que no dia seguinte ocorreria na Secretaria Executiva do
331 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma reunião com a Secretária de
332 Orçamento Federal para discutir os cortes que seriam realizados, indagando-se deveria estar presente
333 ou não. A senhora Presidente referiu-se aos dois pontos que haviam sido colocados sobre a questão
334 da crise e da sustentabilidade das Entidades e que seriam levados para a Presidência Ampliada
335 discutir o formato e o encaminhamento, sendo pautado para maio. O Conselheiro Renato de Paula
336 informou que dentro desses itens havia sido encaminhada a questão da reforma tributária, que
337 também entraria nesse ponto. O Conselheiro Geraldo encontrou importante a observação feita pelo
338 Conselheiro Samuel sobre a inclusão como Pauta dos Informes da Secretaria Executiva. Solicitou à
339 Secretária Ana Ligia que permanecesse mais um pouco na Reunião, manifestando sua satisfação em
340 ver uma composição realmente paritária, o que não acontecia sistematicamente no Conselho.
341 Alertou que havia trazido essa denúncia várias vezes em forma de cobrança da participação,
342 colocando o papel do Conselheiro e o seu comprometimento com o Conselho considerando a
343 importância dos assuntos que eram discutidos, compreensão que havia ficado clara por parte da
344 Sociedade Civil. Referiu-se à participação dos Conselheiros representando o CNAS em vários
345 estados brasileiros e em todos tinham aportado uma diretriz, com a excelente apresentação feita pela
346 senhora Presidente. Que levavam a necessidade de uma democracia pública, de uma democracia
347 participativa que precisa avançar, de uma composição de forma paritária, da necessidade da
348 frequência de realização de Plenárias, de registro e resoluções em cima de demandas do próprio
349 Conselho. O Conselheiro Geraldo ressaltou que solicitavam que não existisse designação ou
350 indicação, respeitando os Fóruns próprios para eleição no processo da Sociedade Civil, assim como
351 respeitavam o processo realizado na indicação dos representantes do Governo. Referiu-se à fala do
352 dia anterior pela Secretária Ana Ligia sobre a importância e a necessidade de mais Conselheiros do
353 MDS nesse Conselho, discorrendo sobre o assunto e destacando a criação de um GT para fazer a
354 discussão da composição. Sobre essa situação, colocou ter havido uma antecipação e sem discussão,
355 onde o Colegiado sequer participou desse momento. Relatou que o GT já havia feito a primeira
356 Reunião e estava preocupado em resolver, com a necessidade de ser feita essa discussão, mas de
357 uma forma colegiada. Observou que a paridade desse Conselho não acontecia pelos motivos já
358 explícitos, mas destacando o comprometendo e citando os Conselheiros Representantes do Governo
359 e que sempre estavam presentes. Citou a senhora Presidente, que com serenidade e muita
360 competência, vinha conduzindo essa Plenária de uma forma muito contributiva. Discorrendo sobre
361 o assunto, o Conselheiro Geraldo destacou que coordenar e gerir a política de forma colegiada
362 enquanto Conselho pensava ser o exercício da democracia republicana. Que chegar uma decisão
363 dessas para uma Plenária sem sequer se ter conhecimento anterior de quem estaria saindo e qual era
364 a composição, pensava que o coletivo ficava prejudicado. Concluindo suas colocações o
365 Conselheiro Geraldo observou que gostariam de entender, qual o critério da retirada da Educação e
366 Saúde para a recomposição desse Conselho, que não queriam confrontar, mas entender qual o
367 pensamento que havia no Conselho enquanto Colegiado. A Secretária Ana Ligia observou já ter
368 dado todos os esclarecimentos sobre o caso, discorrendo sobre as ausências e o que era feito para

369 sanear esse problema, com o compromisso do Governo em manter o Conselho paritário, se
370 preocupar com a Conferência e com quem vinha às Reuniões para contribuir. Observou que o
371 discurso da intersectorialidade não tinha nenhuma divergência, sendo o mesmo que fazia desde o
372 princípio, com essa atitude tomada em um momento de emergência e com a condição existente.
373 Que não havia como obrigar a Saúde e Educação, nesse momento, a estar presente no Ministério,
374 informando que havia um acordo do TCU, encaminhado a cada um dos Ministros, requisitando a
375 presença desses Conselheiros. A Secretária Ana Lígia manifestou que respeitava a posição da
376 Sociedade Civil, mas o seu segmento estava com problemas e tentava resolvê-los e continuaria
377 nessa tarefa enquanto não se fizesse uma construção e que os Ministérios se comprometessem com
378 a presença e contribuição dos Conselheiros. Que teriam que continuar garantindo a paridade com a
379 presença, no caso do MDS, dos seus Conselheiros, o que também ocorria no CONANDA.
380 Esclareceu que o FONSEAS e o CONGEMAS também estavam com muita dificuldade,
381 principalmente em ficar três dias em razão de todos seus compromissos, e assim que o CNAS
382 tivesse uma proposta de composição, tentariam cumprir a proposta ideal e, se não houvesse
383 condições, se cumpriria a proposta possível. O Conselheiro Clodoaldo informou que a Sociedade
384 Civil se colocava de pé em homenagem e respeito ao Conselheiro Daniel, que havia cumprido com
385 a sua função durante o período em que esteve presente no Conselho. A senhora Presidente
386 agradeceu a presença da Secretária Ana Lígia, que informou estar requerendo à Secretária
387 Executiva, que tornasse público o levantamento das ausências dos Conselheiros da Educação e da
388 Saúde para verificar quais foram as razões justificadas, após ter conversado com os Secretários
389 Executivos dos dois Ministérios e Chefes de Gabinete. Observou que cumprir com as funções era
390 estar presente no Conselho, discordando de uma frase do Conselheiro Clodoaldo e não aceitando
391 que houvesse acontecido alguma injustiça com relação à saída do Conselheiro Daniel, e se esse
392 fosse o caso, lhe haviam dado informações equivocadas. Prosseguindo com as inscrições, a senhora
393 Presidente passou a palavra para a Conselheira Edna que, como Representante governamental,
394 registrou o comprometimento do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, que sempre tinha
395 dado apoio irrestrito à essa presença no Conselho. Observando ser um tema muito importante,
396 informou sua participação no GT Composição, destacando que a Secretária Nacional também
397 estava convidada pelo Grupo a se manifestar sobre como entendia a composição do CNAS, e como
398 o MDS via a Representação e Representatividade, para ver a posição do Governo e da Sociedade
399 Civil. Que haviam iniciado na semana passada esse debate, considerando que uma das Mesas da
400 Reunião Ampliada também abordaria o tema, indicando o calendário de Reuniões e a proposta final
401 para julho ou agosto do trabalho desse Grupo. Destacou o Acórdão do Tribunal de Contas da União
402 que recomendava aos Ministérios a participação no CNAS, e que sempre comprovava a sua
403 presença nas Reuniões. Entendia que nesse momento a composição governamental estava
404 praticamente com a metade ausente, discorrendo sobre a situação e sobre o objetivo da participação
405 dos Membros desse Conselho. Concluindo, a Conselheira Edna indagou se era mais importante se
406 contar com pessoas participando efetivamente ou apenas ter o nome na composição. A senhora
407 Presidente observou ter ainda um ponto de Pauta sobre a questão da Composição do Conselho,
408 informando que o GT Composição tinha um prazo para apresentar as considerações a essa Plenária
409 para debate sobre o assunto, assim como os outros pontos a serem apresentados, solicitando aos
410 Conselheiros inscritos que fossem breves em suas falas. O Conselheiro Renato de Paula justificou
411 seu atraso e que entendia as explicações da Secretária Ana Lígia, ressaltando que em nenhuma das
412 falas se havia questionado a legitimidade do Governo de refazer a composição, colocando a
413 tranquilidade de saber que esse debate, de uma forma mais geral, estava sendo tratado no GT. O
414 Conselheiro Mizael destacando a extensão da Pauta, solicitou, por uma questão de objetividade, que
415 as exposições não fossem repetitivas para que se conseguisse vencer a Pauta dessa Reunião, ao que

416 a senhora Presidente informou já ter encaminhado essa questão. O Conselheiro Renato de Paula
417 observou que, pelo que havia sido dito pelo Conselheiro Mizael, se deveria encerrar as inscrições,
418 com essa questão já ter sido respondida pela Secretária Ana Ligia, ademais da existência do GT
419 para discutir o assunto. A senhora Presidente consultou a Plenária se esse ponto de Pauta poderia
420 ser encerrado, considerando a questão de ordem pelo Conselheiro Renato de Paula. Após
421 colocações pela Plenária, foi consensuado a manutenção das inscrições sobre esse ponto. O
422 Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre a recomposição, observando que essa questão trazia
423 para o Conselho possibilidade de se aprofundar e avançar no reconhecimento da especificidade da
424 Assistência Social enquanto Política Pública. Observou que o fato de a Saúde e a Educação não
425 estarem no tripé de Seguridade não inviabilizava a sua construção, que só seria efetivada quando a
426 Assistência tivesse clareza do seu papel, o que ainda não existia por se estar construindo esse
427 processo no Brasil e no Conselho. Que gostaria de colocar uma questão para ser refletida, relatando
428 as contribuições dos Conselheiros enquanto participavam desse Colegiado. O Conselheiro Renato
429 de Paula enfatizou que se deveria ter tranquilidade sobre essa alteração, considerando que não se
430 conhecia os Conselheiros que estavam chegando e não se podia mensurar as contribuições que
431 aportariam ao Conselho. Concluindo, referiu-se à Suplência e como era considerada, destacando a
432 dinâmica por parte do segmento governista e da Sociedade Civil e que tinham entendimentos
433 diferenciados. A Conselheira Verônica discorreu sobre sua atuação no campo da Assistência Social,
434 manifestando seu desconforto perante essa situação, propondo participar no GT Composição desse
435 Colegiado sobre essa discussão. Concluindo, colocou que essa composição do CNAS tinha tudo a
436 ver com a discussão do Controle Social realizada na Reunião Ampliada, observando sobre qual era
437 a responsabilidade não só da Assistência Social com a Seguridade Social, mas como as demais
438 políticas consideravam essa questão. O Conselheiro Geraldo destacou que a fala da Secretária Ana
439 Lígia havia sido uma grande contribuição para o GT Composição. Dirigindo-se ao Conselheiro
440 Renato, ressaltou que a visão, enquanto Conselheiro Nacional, não podia ficar tão restrita ao
441 Conselho Nacional, sendo necessário olhar para município, manifestação que queria colocar para
442 que todos saíssem com esse pensamento. Ressaltou a fala da Secretária Ana Ligia sobre a relação
443 chefe/subordinado/subalterno, considerando que todos eram pessoas qualificadas, alertando como
444 ficaria o entendimento de uma posição dessas nos estados e municípios, observando que isso seria
445 levado para discussão no Grupo de Trabalho. A senhora Presidente, constatando o adiantado da
446 hora, passou a palavra para o Conselheiro Frederico, que informou trazer, não só para a Sociedade
447 Civil, mas ao Pleno com um todo, a questão do Controle Social e as agressões que estaria sofrendo
448 dentro das Políticas Públicas, discorrendo sobre as situações existentes. Com relação à Certificação,
449 destacou que essa questão tinha que estar não só dentro da Política da Assistência mas das outras
450 que a complementavam, como Educação e Saúde. Referindo-se à chegada dos novos Conselheiros,
451 acreditava que o compromisso, enquanto Conselheiros de qualquer segmento, era a ampliação da
452 discussão, observando que a ausência dos Suplentes prejudicava o processo de continuidade.
453 Concluindo, o Conselheiro Frederico observou que a questão do GT era louvável, nas não se podia
454 esperar esse momento para elaborar algumas pautas e algumas situações que eram faladas e que não
455 eram elaboradas na velocidade que se desejava. A Conselheira Edna se referiu à volta das
456 atribuições de Certificação para o CNAS, que era efetivamente cartorial e que não estava dentro das
457 atividades do que era Controle Social a ser exercido pelo Conselho, tema que deveria ser trazido
458 para discussão. Destacou que no momento em que se tivesse a efetivação da discussão do PL 7494
459 no Congresso, se estaria diante de outro cenário completamente diferente. Sugeriu que como
460 Conselho Nacional de Assistência Social se fizesse contato com o Ministério da Saúde, Ministério
461 da Educação, a integração com a Secretaria de Integração Racial, Ministério da Justiça e se
462 oportunizasse a sua participação como observadores e que pudessem se manifestar, não no voto,

463 mas trazendo contribuições para o seu debate. O Conselheiro Renato de Paula manifestou sua
464 concordância com o Conselheiro Geraldo, com essa preocupação extensiva ao governo também
465 com relação aos municípios, aos estados, ao que acontecia na ponta com relação ao autoritarismo.
466 Que todos conheçam a Secretária Ana Lígia e a forma como colocava as questões, discorrendo
467 sobre suas colocações e observando que ela havia querido manifestar o entendimento e o
468 compromisso com a Assistência Social, o que não ocorria nos demais organismos. Destacou que
469 havia alguns enfrentamentos que estavam sendo feitos e que extrapolavam esse Conselho,
470 referindo-se ao trabalho sobre a relação entre os gestores do Executivo na Esplanada dos
471 Ministérios concernente à construção do SUAS. Que havia uma preocupação do MDS, da
472 Secretária Ana Lígia de que todos falassem do Sistema e esse tema extrapolasse o CNAS. O
473 Conselheiro Renato de Paula observou, com relação à volta da Certificação para o CNAS, que se
474 deveria aguardar os acontecimentos com muita tranquilidade, destacando as etapas já vencidas e o
475 importante trabalho realizado pelo CNAS. A Conselheira Marisa ressaltou ser extremamente
476 importante a participação do governo nesse Conselho, sugerindo ao GT colocar Suplentes do
477 Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, garantindo assim que o governo estivesse
478 presente. O Conselheiro Renato de Paula indagou se essa suplência não necessariamente deveria ser
479 feita por membro do próprio organismo, indagando, como exemplo, se um Suplente da Fazenda
480 poderia representar o Planejamento. A Conselheira Marisa, discorrendo sobre a questão, observou
481 ser muito importante a participação do MEC e da Saúde, além de outros Ministérios nesse
482 Conselho, com um trabalho sendo realizado junto aos mesmos para que tivessem Conselheiros
483 qualificados que permanecessem e participassem das Reuniões, sugerindo que a senhora Presidente
484 solicitou fosse anotada para o GT. O Conselheiro Carlos manifestou sua surpresa com o
485 recebimento dessa portaria, observando a correção de problemas com outras soluções, mas sem o
486 atacar diretamente. Referiu-se à fala da Secretária sendo muito direta em suas colocações,
487 observando haver uma subordinação e tendo que ser respeitada dentro do MDS, o que não
488 desqualificava os companheiros que estavam chegando e que iriam contribuir no debate, destacando
489 ser outra a situação na hora da votação. A senhora Presidente observou as várias colocações feitas e
490 que muitas seriam retomadas no momento da discussão sobre o resultado do trabalho do GT. Que
491 gostaria de dizer que mais uma vez dizer havia sido uma iniciativa da Presidência desse Conselho a
492 solicitação para se resolver o problema da permanência do Governo, informando haver conversado
493 com o Ministro, levando o resultado das presenças. Que haviam sido envidados muitos esforços por
494 parte da Secretária Ana Lígia e da Secretária Executiva Arlete Sampaio para que os Ministérios se
495 fizessem presentes nas reuniões do CNAS, não sendo justo dizer que não houve iniciativa sobre a
496 questão. A senhora Presidente manifestou que concordava que havia que discutir a
497 intersectorialidade, reforçar a Seguridade Social brasileira, destacando que o momento exigia essa
498 recomposição, encontrando justo e legítimo que se debatesse, que se conhecessem as posições, com
499 o GT trazendo mais argumentos para o debate. Na sequência, a senhora Presidente passou para
500 outro ponto, incluído na Pauta por solicitação do Conselheiro Geraldo, os **Projetos de Lei 7494 e o**
501 **3077 e a ida ao Congresso**. O Conselheiro Geraldo, após discorrer sobre a situação existente,
502 informou que o Fórum Nacional do Terceiro Setor estaria fazendo uma mobilização nesse dia, a
503 partir das 14:00h30min no Congresso, estando em Plenária para pressionar a compreensão dos
504 parlamentares para que tivessem condição de trabalhar sem o recebimento de Ações Populares,
505 solicitando a suspensão da Plenária às 15:00h e o retorno após a participação no Congresso
506 Nacional. A senhora Presidente observou que se retomaria os trabalhos às 14:00h e se suspenderia
507 às 14h50min, encontrando ser importante a presença do CNAS para que o Congresso entendesse a
508 necessidade de aprovação urgente dos dois PL's para a continuidade da discussão da Política de
509 Assistência Social no Brasil. Após colocações sobre o assunto, o Conselheiro Renato Saidel sugeriu

510 a transferência do Relato da Comissão Organizadora, que se realizaria às 13:00h, para o dia
511 seguinte, sendo o primeiro Item de Pauta. A senhora Presidente sugeriu que a Reunião prosseguisse
512 até às 13h30min e retornasse após a ida ao Congresso, prosseguindo com o Item **Avaliação da**
513 **Plenária Ampliada**, passando às inscrições. A Conselheira Dolores informou haver gostado muito
514 da Reunião, com momentos em que encontrava que mesmo as Entidades sérias eram julgadas como
515 se não fizessem parte do contexto da Assistência. Dirigindo-se ao Conselheiro Renato, observou a
516 importância da sua intervenção e a necessidade de aportes em mais momentos. Que havia sentido
517 falta de não ter calculado mais tempo para a participação efetiva dos municípios, sugerindo que nas
518 próximas Reuniões fosse dado mais tempo para a intervenção da platéia, cumprimentando a senhora
519 Presidente pela sua postura na condução do processo. O Conselheiro Ferrari manifestou sua
520 concordância com a Conselheira Dolores, observando que a fala do Conselheiro Renato havia sido
521 bastante, mais do esclarecedora, emblemática por ter vindo de um órgão governamental. Que um
522 segundo aspecto que lhe chamou atenção negativamente e o deixou muito preocupado pelo debate
523 em torno da Assistência Social da maneira com estava sendo construído, sem nenhum tipo de
524 contraponto conceitual, não sendo um debate mais rico, mais construtivo. Ponderou que também o
525 havia deixado preocupado o debate em torno da questão do Usuário, cuja participação deveria ser
526 efetiva, como haviam dito os Conselheiros Edval e Samuel, construída a partir de *corpus* coletivo,
527 com representatividade efetiva, não devendo ser motivo de comemoração que um Usuário
528 participasse no CRAS desde dois mil e três. Que deveria se trabalhar para que essa pessoa deixasse
529 de ser Usuário do Programa Bolsa Família, se tornasse independente e se empoderasse. O
530 Conselheiro Ferrari ressaltou que o assunto poderia ser discutido no GT ou na Plenária, mas não se
531 poderia trazer um Usuário ao Conselho e fazer política de uma hora para a outra sem lhe criar um
532 mínimo de condição de Representatividade. Concluindo, destacou o grande aprendizado que havia
533 sido esse debate e de perceber que, infelizmente, haviam algumas opiniões que talvez fossem
534 meias-verdades e que se transformavam em verdade, alertando que se isso ocorresse seria difícil se
535 construir algo efetivamente qualitativo, que a participação do Usuário sem condições ficava bonita
536 só para pesquisador vir e tirar foto. A Conselheira Heloísa destacou a importância da Reunião
537 Ampliada, sendo o somatório de esforço do CNAS, do MDS, e de todos que participaram.
538 Discorreu sobre os temas abordados, com os debates realizados merecendo pontos de Pauta, com a
539 necessidade de se tratar na Plenária o conjunto das questões abordadas e o seu aprofundamento.
540 Referiu-se ao movimento ocorrido no dia anterior, que retratava o grande esforço que se estava
541 fazendo para rever as representações nos Conselhos Estaduais e Municipais, e que o debate desse
542 GT certamente muito contribuiria, sendo importante que o MDS trouxesse uma estratégia
543 necessária para que se pudesse avançar e fazer acontecer a Conferência. O Conselheiro Renato de
544 Paula, agradeceu à menção sobre sua fala, informando que não havia podido comparecer no dia
545 anterior, destacando que o Evento havia sido bem sucedido, um momento importantíssimo e a
546 primeira oportunidade dessa gestão fazer um debate mais amplo com outros atores. Que conforme
547 havia dito, era necessário repensar a construção desses Eventos, sendo dado pouco tempo para as
548 apresentações e debates. Destacou que gostaria de chamar a atenção e que tinha a ver com a sua
549 fala, sendo um posicionamento dentro do Governo e que lhe incomodava muito determinadas
550 polarizações, enfatizando que para construir uma coisa não era necessário destruir outra,
551 discorrendo sobre o assunto. Observou que o debate, algumas vezes tendencioso, havia colocado a
552 possibilidade de se avançar na construção efetiva da rede sócio-assistencial, com a valorização da
553 Entidade e a possibilidade de se readequamento. Ressaltou que outra coisa que havia causado
554 incômodo, era a representação do Usuário via Entidade, processo que precisava ser aprimorado e
555 eliminar os problemas que existiam. O Conselheiro Renato de Paula destacou que o debate havia
556 apontado a possibilidade efetiva de se construir e consolidar o lugar da Assistência no rol das

557 Políticas Públicas., do que não se podia abrir mão,destacando, ainda, o foco sobre o Controle
558 Social. Que o debate havia colocado luz sobre essas questões que entendia como extremamente
559 positivas e ricas e que só havia qualificado, discorrendo sobre as situações acontecidas durante o
560 Evento. Concluindo, colocou que sua avaliação do primeiro dia, apesar de parcial, era de que havia
561 sido extremamente positivo, com os debates bastantes ricos, apenas faltando tempo para mais
562 debates. O Conselheiro Renato Saidel observou que as pessoas chegavam com vontade de falar,
563 oportunidade que não havia sido muito aberta, sendo que muitos queriam falar mais sobre os
564 problemas que haviam nos municípios e que algumas questões não foram contempladas, bem como
565 os assuntos mais complexos que não foram aprofundados por falta de tempo. Discorreu sobre as
566 colocações sobre as Entidades religiosas, o que não era a realidade na maioria dessas Instituições
567 que haviam se adequado ao SUAS e que estavam trabalhando corretamente. Ressaltou que o
568 Usuário tinha que participar, mas que ninguém havia discutido a forma como essa participação teria
569 que ser efetivada. Que se havia deixado de contemplar de forma adequada a realidade dos
570 municípios de pequeno porte um e dois, que deveriam ter regulamentação sobre as diversas
571 questões, inclusive a composição de Conselho, devendo haver uma regulamentação específica.
572 Manifestou a preocupação com relação à questão do sistema eleitoral também para o Conselho, a
573 proposta de se trabalhar essa questão nas Conferências, sob o risco de ser desvirtuado o foco
574 originário, passando de um espaço de Conferência de debate, de avaliação, para um grande
575 momento eleitoral. Entendia que o modelo eleitoral que havia merecia aprimoramentos, mas que
576 ainda não estava esgotado. Referiu-se à questão do Controle Social, sendo apontadas diversas
577 situações em que se estava trazendo algumas demandas aos Conselhos Estaduais e Municipais, e
578 que, enquanto Conselhos Nacionais, precisariam criar uma política de aproximação maior a esses
579 Conselhos para se atender às suas demandas e dar respostas mais pontuais. Que entendia que a
580 linguagem da democracia que o Conselheiro Renato havia falado cada um tinha que expressar da
581 sua forma, mas havia que buscar como traduzir essa linguagem para o dia a dia. Concluindo,
582 observou que isso era algo que se podia refletir e de repente emitir um documento ou orientação
583 sobre uma linguagem mais próxima, principalmente da população mediana, daquilo que havia sido
584 discutido e entabulado, para que se pudesse estar cada vez mais próximo do público da Assistência
585 Social. A Conselheira Verônica manifestou sentir-se contemplada com algumas falas, observando
586 que a Reunião Ampliada havia sido um termômetro para que se pensasse as Conferências,
587 principalmente as Municipais, onde havia sentido um pouco a fragilidade, citando a mudança de
588 gestão. Destacou uma preocupação relacionada ao colocado pelo Plenário na apresentação sobre a
589 metodologia das Conferências, encontrando que a Comissão Organizadora, tinha uma
590 responsabilidade muito grande e um papel significativo em repensar todo aquelas questões que
591 foram colocadas pela Plenária. Que havia sentido certa fragilidade do Conselho, e enquanto
592 Comissão Organizadora, em repensar essas questões na Plenária, sendo esse seu papel, ademais de
593 trabalhar com os municípios, inclusive no preparatório para as Conferências Municipais. Com
594 relação aos Usuários, também se deveria pensar uma forma mais organizada para sua participação
595 nas Conferências Municipais, bem como se preparar para as Estaduais e para a Nacional. Com
596 relação às propostas que apareceram, observou que não foram deliberativas, mas constituíram um
597 primeiro exercício, devendo ser feita discussão no Conselho, inclusive sobre a de Composição. A
598 Conselheira Marisa Fúria avaliou como boa a Reunião Ampliada, destacando sua preocupação com
599 respeito à colocação do Conselheiro Samuel que o Usuário se dizia Usuário e na realidade não o
600 era, considerando ser representante dos Usuários. Que encontrava extremamente pertinente ele
601 representar os Moradores de Rua, por já ter sido um, encontrando que havia que se ter cuidado na
602 hora de falar, principalmente como Conselheiro em nome do CNAS. O Conselheiro Samuel,
603 referindo-se à pergunta que havia feito na oportunidade, observou que a pergunta não era o que se

604 achava de quem estava no CNAS, no Conselho Estadual, representando o Usuário e não não
605 defendiam os interesses, continuava afirmando que eram oportunistas, discorrendo sobre essa
606 situação. Que sempre dizia que que cada momento do CNAS era um grande aprendizado e que
607 havia sido maior ainda nessa Reunião Ampliada. Destacou que dentro dessa conversa do Usuário,
608 citando algumas Entidades cujo trabalho conhecia, essas Instituições tomavam o cuidado de
609 promover encontros no sentido de fazer formação política, afirmando que o papel das Entidades era
610 essa preparação. Ponderou que esse era o momento de se pensar os Usuários, onde estavam esses
611 grupos com as Conferências Municipais, encontros, sendo a primeira grande oportunidade de se
612 começar esse trabalho sobre como viabilizar a sua participação. Colocou que era uma contribuição e
613 responsabilidade desse Conselho em fazer chegar aos Usuários as literaturas que trabalhavam a
614 questão da Assistência Social, usando como ponte os CRAS, CREAS e Fóruns que esses
615 movimentos espalhavam pelo país. O Conselheiro Geraldo destacou que a Reunião Ampliada havia
616 sido um momento muito rico de absorção de questões que foram levadas àquela Plenária para,
617 inclusive, se ter tempo de trabalhar nos diversos Grupos de Trabalho. Arrazoou que a falta do Hino
618 Nacional na abertura o havia incomodado, discorrendo sobre a oração feita e que havia frisado que
619 a Constituição era laica, informando sobre as críticas ouvidas, mas que gostaria de preservar que em
620 qualquer espaço todos tinham o direito de manifestar a sua fé, fosse ela qual fosse. Prosseguindo,
621 observou, com relação à presença de uma Usuária, levada para o Evento, lutava para que existisse o
622 protagonismo do beneficiário da Assistência Social nesses espaços, discorrendo sobre a situação
623 apresentada e que deveria ser tratada nos Grupos de Trabalho. Arrazoou sobre ações que havia
624 presenciado no Evento destacando ter sido um aprendizado muito rico e parabenizando a senhora
625 Presidente. Concluindo, o Conselheiro Geraldo ponderou que agora se saberia como compor o GT,
626 como se daria instrução para que as Conferências acontecessem em uma condição que se pudesse
627 avançar na democracia participativa, porque a falta de entendimento e de consciência,
628 principalmente dos gestores municipais no que dizia respeito à compreensão da democracia pública,
629 estava ferindo frontalmente esses espaços institucionais chamados Conselhos. A senhora Presidente
630 passou a palavra para o Conselheiro Pasquini, informando que os demais inscritos ficariam para o
631 período da tarde. O Conselheiro Pasquini colocou que a Reunião Ampliada tinha tido muito êxito,
632 parabenizando a todos os que nela haviam trabalhado, principalmente pela constituição da rede
633 assistencial que havia ficado bem clara. Que havia falhado no tocante ao horário, sendo que em
634 todas as avaliações de Conferências ou de Reuniões Ampliadas se tocava nesse assunto, discorrendo
635 sobre os atrasos ocorridos na apresentação dos trabalhos. Relatou a falta de debate, com painéis em
636 que não houve nenhuma pergunta, nenhum questionamento e aquelas que mais provocaram não
637 deram abertura, com a discussão ficando no almoço e nas conversas paralelas. Com relação ao
638 Usuário, observou que foram colocados somente aqueles dos grandes Conselhos, não havendo
639 tempo nem de se citar o pequeno, o trabalhador rural, aquele que vivia em condições precárias.
640 Concluindo, o Conselheiro Pasquini destacou que as pessoas saíram do Evento sem resposta para
641 seus problemas, observando que horário era uma questão que esse Conselho não podia mais deixar
642 passar. A senhora Presidente solicitou à Secretária Executiva, para registro, que procedesse à leitura
643 das pessoas que estiveram presentes na parte da manhã: Maria Gusmão, do FAZ/SP; Cleuza
644 Almeida, do Sitraenfa; a Regina Marques, do Conselho Municipal de Campo Grande, Mato Grosso
645 do Sul; a Annemarie, do Conselho Estadual de São Paulo; Lenil, do Conselho Estadual de Mato
646 Grosso; Josiane Campos, do Conselho Municipal de Franca, São Paulo; Elenir Malta, do Conselho
647 Municipal de Franca, São Paulo; Josemar Castro, do Conselho Estadual do Rio de Janeiro,
648 Representante dos Usuários; Fátima da Silva Melo, do Conselho Municipal e da Secretaria de
649 Assistência Social de um município de São Paulo; e, Josemar de Andrade Castro, Conselheiro
650 Representante dos Usuários, Rio de Janeiro. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou

651 os trabalhos para o almoço, convocando a Comissão Organizadora para Reunião. Retomando os
652 trabalhos, a senhora Presidente solicitou à Secretária Executiva a conferência do quorum:
653 Conselheiros Titulares: Conselheiro Carlos Eduardo; Conselheira Margareth Alves; Conselheiro
654 Geraldo; Conselheira Valdete; Conselheiro João Carlos, na Titularidade, Conselheiro Charles,
655 Conselheiro Frederico; Conselheira Dolores; Conselheiro Renato de Paula; Conselheira Renata;
656 Conselheiro José Crus, Conselheira Verônica e Conselheiro José Geraldo. Conselheiros Suplentes:
657 Conselheira Marisa; Conselheiro Sérgio Wanderly; Conselheiro Samuel; Conselheira Rosa;
658 Conselheiro Pasquini; Conselheiro Edivaldo; Conselheiro Clodoaldo; e, Conselheiro Renato Saidel.
659 Iniciando os trabalhos, a senhora Presidente referiu-se à ida ao Congresso, encontrando um
660 Movimento do Terceiro Setor trazendo algumas reivindicações ou colocando algumas questões que
661 já havia sido debatido em Plenária e que o Conselho não estava tratando dessa forma e ao qual não
662 poderiam ter participado, faltando maiores esclarecimentos com relação ao assunto. Observou como
663 havia o ponto de Pauta para debater o PL 3021 no dia seguinte e as estratégias que se deveria adotar
664 para acelerar esse processo, seria nesse momento que se discutiria essa questão. Destacando ter sido
665 uma situação desagradável, observou que acreditava que se participaria de Reunião de uma
666 Comissão, tendo um momento para que o Conselho se posicionasse, dizendo da urgência de se
667 votar os PLs 3021 e o 3077, e deixando registrada essa situação. Continuando, a senhora Presidente
668 procedeu à leitura dos Conselheiros inscritos, passando a palavra para o Conselheiro Edivaldo, que
669 observou que gostaria de conhecer o texto do panfleto passado às mãos da senhora Presidente
670 durante o Evento no Congresso. A senhora Presidente solicitou à Conselheira Margareth que
671 procedesse à leitura desse material: *“Algumas das inconstitucionalidades do PL 3021/08, apensado
672 ao PL 7494/06. O PL 3021/08 obriga a cisão das entidades, ferindo o artigo quinto, incisos sétimo
673 e décimo oitavo da Constituição Federal, que garantem a plena liberdade de associação e veda a
674 interferência do estado. O PL 3021/08, centraliza as decisões dos Ministérios, transgredindo a
675 diretriz do inciso primeiro do artigo 204 da Carta Magna que proclama a descentralização
676 administrativa. O PL 3021/08 obriga a gratuidade total das ações e serviços, impedindo a
677 atividade meio das entidades assistenciais, desobedecendo ao artigo 150, inc. 6º, letra “C”, da
678 Constituição Federal. O PL 3021/08 inibe a participação paritária, contrariando o artigo 204, inc.
679 2, da Carta da República, impedindo o Controle Social pela Sociedade Civil”*. A Conselheira
680 Heloísa solicitou um **encaminhamento** no sentido de que se fizesse uma correspondência que
681 colocasse claramente a posição do CNAS em relação ao fato. A senhora Presidente informou que o
682 Conselho estava debatendo o PL 3021, havendo um consenso de que se deveria ter uma posição
683 com relação ao mesmo, sendo levantados alguns pontos, pela Sociedade Civil, amplamente
684 debatidos na Plenária, com a intenção, assim como havia sido feito com o PL 3077, de se levar uma
685 Nota para conhecimento do Congresso Nacional, com a posição do Conselho e que havia sido
686 acatada após o debate feito em Plenária. Ressaltou que havia ficado pendente um item para fechar
687 como ponto de Pauta para essa Reunião, relacionado à questão da Educação. Encontrava que o
688 encaminhamento da Conselheira Heloísa poderia ser contemplado nessa nota sobre o PL 3021,
689 tendo, também, outras estratégias, de se marcar a ida oficial do Conselho ao Congresso Nacional,
690 para se posicionar com relação à discussão do Substitutivo do PL. A Conselheira Margareth,
691 solicitando uma questão de ordem, manifestou que pensava que antes de se dar a palavra para todos
692 os Conselheiros, gostaria de ouvir o Conselheiro Pasquini que havia feito o convite para que se
693 participasse dessa mobilização. O Conselheiro Pasquini manifestou-se constrangido pela forma com
694 que havia acontecido a visita e se soubesse como seria esse encontro não teria feito a convocação,
695 informando como havia sido a visita para sensibilizar os deputados e senadores presentes, para que
696 fosse votado com máxima urgência os PLs 3021 e o 3077, justificando as deficiências e as
697 dificuldades que o Conselho e as Entidades enfrentavam. A senhora Presidente indagou à Plenária

698 se prosseguiria com essa discussão ou se deixaria para o dia seguinte, o que foi aprovado, com o
699 Conselheiro José Geraldo ressaltando sua indignação pelo ocorrido. Continuando com a Pauta, a
700 senhora Presidente passou para o Item **Avaliação da Reunião Descentralizada**, informando que
701 seria apresentado um vídeo sobre essa Reunião, seguindo com as inscrições. O Conselheiro
702 Clodoaldo iniciou reiterando a questão do horário, com o primeiro painel não tendo o debate, ponto
703 fundamental que teria se ser pensado na Conferência Nacional, inclusive sobre o número de
704 oradores. Que haviam ficado muito clara a questão do financiamento e a participação dos Usuários,
705 tendo que se aprofundar como se daria essa questão. Referiu-se ao fato sobre o Hino Nacional e a
706 prece, precisando ser esclarecer esse sucedido. Que havia escutado de algumas pessoas que estavam
707 na Plenária, quando foi colocada a data do início das Conferência Municipais, comentários sobre o
708 prazo restrito que estava sendo dado, questão que também precisaria ser revista. Referiu-se a
709 algumas colocações que haviam sido feitas com relação à uma participante e com relação às
710 Entidades, com essas falas precisando ser transparentes e claras para prestar um serviço ao
711 Conselho e não denegrir a sua imagem. A senhora Presidente referiu-se ao Hino Nacional e à prece,
712 relatando como havia acontecido, sendo necessário haver uma definição pelo Conselho para que,
713 em um próxima Plenária, não se incorresse em determinados erros. Com relação à fala da
714 Conselheira Márcia, informou ser uma pesquisa da PEAS sobre as Entidades, mostrando que se
715 precisava trabalhar critérios novos de inclusão, de liberdade, de possibilidade de democratizar a
716 Política de Assistência Social. O Conselheiro Renato de Paula observou que sua referência ao Hino
717 Nacional e à prece havia sido para introduzir um debate sobre questão da especificidade da
718 Assistência, querendo chamar atenção para o fato de a Assistência Social na sua história ir se
719 misturando com as questões religiosas no sentido de sua definição, discorrendo sobre o assunto. O
720 Conselheiro Clodoaldo ponderou que gostaria de deixar claro que entendia essa realidade da cultura
721 brasileira, a manifestação como legítima, mas que queria entender como se havia dado esse
722 processo. A senhora Presidente, passando a palavra para o Conselheiro Sérgio, solicitou que o
723 mesmo se apresentasse ao Conselho, que se identificou e informou ser Representante Suplente do
724 CONGEMAS. Prosseguindo, discorreu sobre a luta para construir e consolidar uma Política
725 Pública, referindo-se à avaliação da Reunião Ampliada, discorrendo sobre a questão dos municípios
726 de pequeno porte, dificuldade que acompanhava, inclusive nas reuniões da CIT. Citou a posição de
727 insegurança quando o Usuário da Política falava nesses Eventos, manifestando que a luta da
728 Assistência Social se demoraria a consolidar, considerando o pouco tempo existente para mudar a
729 cultura do povo. O Conselheiro Sérgio enfatizou a necessidade de se levar o conhecimento ao povo
730 e que era seu direito, sabendo sobre os benefícios que poderia usufruir assim como o CRAS, não
731 adiantando resolver a questão do CEBAS e PL SUAS, se não se conseguisse trabalhar a base, nos
732 pequenos municípios. Referiu-se ao primeiro-damismo e ao Controle Social que era imprescindível,
733 discorrendo sobre a situação existente em lugares onde não havia Entidades além da APAE,
734 questões que deveriam ser tratadas com muita seriedade. Destacou o descompasso existente entre as
735 falas, havendo muita interpretação errada, devendo ser revista muita coisa, inclusive a
736 recomposição do Conselho, criando espaços e destacando haver muitos filtros para que se
737 conseguisse chegar até o Colegiado. Relatou o problema que a linguagem utilizada representava
738 quando chegava na ponta, havendo dificuldades de interpretação e devendo ser dado mais foco para
739 as questões, elegendo o que era prioridade. Concluindo, o Conselheiro Sérgio saudou o Conselho
740 pela coragem e pelo que vinha fazendo para abrir esse espaço de discussão, que havia que se
741 exercer o direito à palavra e ter o contraditório, o qual estava faltando. A senhora Presidente, dando
742 as boas-vindas ao Conselheiro Sérgio, passou a palavra para o Conselheiro Frederico, que se
743 manifestou contemplado com as falas anteriores, não tendo mais nada a acrescentar com relação à
744 avaliação. A Conselheira Margareth passou a avaliar a Reunião Ampliada, concordando com as

745 colocações dos demais e que uma mesa tão importante como a primeira, não tenha tido debate, o
746 que deveria ter sido reavaliado no momento. Concordava com o Conselheiro Clodoaldo de na
747 próxima vez se diminuir o número de palestrantes, tendo lhe chamado a atenção a proposta do
748 FONACEAS, solicitando assento no CNAS e que não houve tempo de debater, passando a questão
749 para o Conselho. Que realmente ficava preocupada quando seriam os Conselheiros Nacionais que
750 iriam decidir se acatariam ou não o pedido do FONACEAS. Referiu-se à questão do Hino Nacional
751 e da oração, observando que o encaminhamento deveria ser apresentado em seguida ao problema,
752 entendendo que não deveria ter patrulhamento, nem ideológico, nem religioso, nem partidário.
753 Destacou a representação do Fórum Nacional de Assistência Social que não se reunia fazia algum
754 tempo, ressaltando que esses espaços teriam que atuar, e que se falar em nome do Fórum Nacional
755 sem uma participação ativa da Sociedade Civil era complicado, enfatizando, também, a questão da
756 representatividade. Que o outro tópico era em relação ao financiamento dos Usuários, discorrendo
757 sobre a questão e que alguns conceitos deveriam ser revistos, observando que emancipação e
758 cidadania era o que se queria em relação aos Usuários dos diversos programas. Ponderou ter
759 encontrado pouca a participação nos debates, nos encaminhamentos, inclusive do próprio Plenário,
760 discorrendo sobre os comentários ouvidos entre os participantes, destacando sendo importante
761 buscar uma maior participação e atender efetivamente a realidade de alguns municípios que
762 estavam longe. O Conselheiro José Crus, após se apresentar, cumprimentou a senhora Presidente e
763 os demais Conselheiros, dizendo da sua alegria em compor esse Conselho, extremamente
764 importante nesse momento que se comemorava os quatro anos de implantação do SUAS. Destacou
765 serem várias as complexidades que o Sistema enfrentava com os municípios de pequeno porte, com
766 outros temas e questões e sobre os quais iria se debruçar, debater, discutir e deliberar e assim,
767 avançar na Política de Assistência Social. O Conselheiro Edivaldo, dizendo-se estar contemplado
768 nas demais falas, citou um aspecto sobre o qual gostaria de falar, que era sobre a participação,
769 destacando ter observado outras Reuniões com maior participação. Que era necessário aprofundar
770 um pouco mais o debate acerca do Usuário e às demais questões inerentes às adequações e
771 adaptações que se havia feito em relação às Políticas, discorrendo sobre o SUS. Com relação ao
772 Evento, destacou que em alguns aspectos havia avaliado como ruim, esperando que isso não
773 refletisse nas Conferências, concluindo que existiam momentos e coisas que se ouvia e que tinham
774 que ser avaliadas e se valia a pena ou não se apurar e trabalhar e trazer para o Pleno, citando
775 algumas queixas ouvidas no Evento. O Conselheiro Pessinatti manifestou ter sido contemplado com
776 as colocações dos demais Conselheiros, ressaltando que o fato da realização da Ampliada havia sido
777 muito eloqüente e positivo, explanando sobre três grandes desafios que havia colhido: primeiro, que
778 o processo e o próprio fato da realização deixava a ação muito eloqüente; segundo, ampliar,
779 intensificar, socializar a informação; e, terceiro, como viabilizar a efetiva participação dos Usuários.
780 O Conselheiro Ferrari colocou como **encaminhamento**, a necessidade de ajudar a trazer para o
781 debate contraponto teórico sobre o qual havia falado, devendo se promover o debate no sentido de
782 verificar o lado contrário. O Conselheiro José Crus destacou sua concordância com o Conselheiro
783 Ferrari, informando que estavam finalizando um processo de capacitação para vinte e um mil
784 Conselheiros Municipais, e quatrocentos e cinquenta Conselheiro estaduais, com o Conselho
785 Nacional contemplado com algumas vagas para um curso de capacitação, com seu conteúdo público
786 elaborado nessa perspectiva de se avançar na implantação do SUAS. A senhora Presidente,
787 tomando a palavra, passou a fazer algumas considerações sobre o Evento, informando a
788 participação de trezentos e cinquenta e nove participantes ao todo, sendo que a meta era
789 quatrocentos e noventa, contando quatrocentos participantes, em inscrições, conforme os critérios
790 estabelecidos e mais o Conselho e os convidados, atingindo quatrocentos e cinquenta e nove
791 participantes, cujo levantamento havia solicitado no dia anterior. Destacou que havia anotado e

792 escutado com muita atenção a avaliação de todos. Observou que a avaliação feita sobre o Evento,
793 era mais para culpabilizar o Conselho sobre a forma como havia sido realizado e poderia ter sido
794 feito de outra maneira, contemplando, entre outras alterações, o município de pequeno porte.
795 Observou que quando se pensou nesse Evento no ano passado, o Conselho havia dado um formato,
796 sendo que a Reunião Descentralizada tinha os seguintes objetivos: capacitar, formar, ouvir, trocar,
797 encontrando que os mesmos tinham sido alcançados. Ressaltou que havia sentindo a falta da
798 intervenção dos Conselheiros do CNAS, podendo ter sido muito mais pró-ativos no sentido de,
799 inclusive, rebater algumas falas, citando a fala do Conselheiro Carlos que tinha razão que se existia
800 uma “verdade única”, era porque os Conselheiros não estavam se contrapondo a alguns
801 pensamentos que foram colocados ali, encontrando que essa avaliação deveria ser feita, observando
802 que o Conselho podia pensar e ter outra opinião. Com relação às proposituras que surgiram, citando
803 o FONACEAS, observou que essa questão poderia ter sido debatida no momento, mas que deveria
804 ser remetida ao GT de composição, discorrendo sobre a ilegalidade dessa situação. Ressaltou que
805 aquelas pessoas que fizeram intervenções, a grande maioria eram Conselheiros novos em gestões
806 novas, e que enfrentavam dificuldades em seus municípios, o que não eram diferentes do CNAS,
807 citando a participante que estava falando pelo pequeno porte 1, o qual tinha que ser olhado para a
808 composição do Conselho. Destacou que era isso que estavam fazendo, pois quando se criava um GT
809 para discutir não só a composição no CNAS, mas que se proporia na Conferência um subtema para
810 discutir o formato e composição do Conselho, se estava querendo dizer que a partir da constituição
811 do SUAS havia outra possibilidade de ter a participação da Sociedade Civil nos Conselhos, porque
812 a do Governo não iria mudar. Observou que se poderia abrir outra possibilidade de participação da
813 Sociedade Civil nos Conselhos, nos segmentos representados não só pela Entidade organizada mas
814 por outras formas. A senhora Presidente enfatizou que isso estava em debate, e que ou se discutia
815 ou os Conselhos de Assistência Social ficariam cada vez mais prejudicados, discorrendo sobre a sua
816 experiência. Destacou que ou todos pensassem em outro formato ou se criaria espaço no Controle
817 Social mediado pelo Conselho e que ficaria fragilizado, observando que essa era a hora de um
818 debate. Que havia que se pensar melhor, colocando que havia sido essa Plenária que havia discutido
819 o conteúdo programático da Reunião, seu formato e o das Mesas, observando que a última Mesa
820 não tinha debate e, como estava coordenando, havia decidido abrir por considerar importante essa
821 ação. Arrazou sobre a questão dos Usuários da Assistência Social, discorrendo sobre a situação
822 anterior e que atualmente começavam a ter acesso à informação e ganhar visibilidade, não entrando
823 no mérito de dizer que o Usuário era individualizado ou coletivo, assunto que era motivo para outro
824 debate. A senhora Presidente referiu-se à questão da Conferência Nacional, fazendo parte da
825 Comissão Organizadora e que, como vários Conselheiros, encontrava que era necessário o Relato
826 da Comissão, observando que quando o debate vinha para a Plenária era preciso discutir muito bem,
827 indicando o documento de orientações técnicas que havia dado muito trabalho para aprovar e trazer
828 para esse Pleno. Que havia dificuldades, considerando ser essa uma Conferência diferenciada, que
829 exigiria muito da sociedade organizada e dos Usuários que estavam sem organização no acesso aos
830 serviços. Relatou ter ouvido daqueles municípios que vieram falar que seria realizada a Conferência
831 no dia dois de maio e não fariam mobilização e evento preparatório por falta de tempo, informando
832 que haviam recebidos as informações há uns quinze dias e indagando se essa Conferência não
833 poderia ter sido marcada para o final de maio. Relatou que outro representante de município
834 informou que não fariam mobilização por ser muito difícil mobilizar o Usuário da Assistência
835 Social, ressaltando que o desafio era muito grande para essa Conferência. A senhora Presidente
836 ressaltou que havia que ter cuidado e também não achar que tudo havia dado errado, entendendo
837 como o momento de escuta, de capacitação, de encontro entre o Conselho Nacional e os Conselhos,
838 os representantes de estados e municípios. Indagou sobre os critérios que haviam sido estabelecidos,

839 não sendo pensado nos municípios de pequeno porte, mas sim em abrir vagas para os Conselhos
840 Estaduais. Destacou que o prazo havia encerrado, devendo ser aberto à participação das pessoas e
841 que considerava uma ação positiva do Conselho ter tratado de todos os temas que seriam abordados
842 na Conferência, produzindo um excelente material. A senhora Presidente observou que o conteúdo
843 político do Evento também deveria ser avaliado, colocando as seguintes perguntas: *O que este*
844 *evento trouxe para nós como escuta? O que conseguimos captar deste evento? O que o CNAS tem*
845 *que estar atento? O que ele tem que propor?* Relatou que sua preocupação com relação à
846 Conferência e que era a sua grande preocupação, era que, por mais que se buscasse deixar bem
847 claro e acessível o documento que havia sido passado no Evento, ainda havia restado dúvidas e que
848 havia comentado com a Comissão Organizadora que precisava ser feito algo a respeito. Relatou o
849 número de Subtemas, podendo se propor aos municípios que conduzissem essa discussão através de
850 painéis integrados, no que precisavam ser auxiliados, orientando no que fosse necessário. Sugeriu a
851 instalação de uma Mesa que debatesse os três assuntos próximos, propondo que a Comissão
852 Organizadora criasse uma forma mais visível da dinâmica dessa Conferência. Que se gostaria de
853 abolir o instrumental, mas que se fosse preciso se deveria criar instrumentais para facilitar para os
854 municípios, melhorar o que fosse preciso melhorar. Prosseguindo, a senhora Presidente solicitou
855 que fosse passado o vídeo que trazia uma rápida fala sua para colocar no *site* e mobilizar para a
856 Conferência: *“O Conselho Nacional de Assistência Social convida a todos os atores envolvidos com*
857 *a política de Assistência Social, para participarem da mobilização da realização da VII*
858 *Conferência Nacional, que vai acontecer em Brasília, de 30 de novembro a três de dezembro.*
859 *Estamos agora em período de convocação de realização das Conferências Municipais e Estaduais,*
860 *e neste sentido nós propomos aos municípios que mobilizem, de forma mais ampla possível, a*
861 *participação dos Usuários, pois o tema desta Conferência: Participação e Controle Social no*
862 *SUAS, requer que todos os Usuários desta política estejam participando plenamente deste*
863 *momento, os Usuários dos serviços sócio-assistenciais, dos benefícios, todos aqueles que se*
864 *encontram Usuários da Assistência Social. Queremos que, com os oito Subtemas colocados para*
865 *debate, possa se avaliar o Sistema Único de Assistência Social, na perspectiva da cultura*
866 *democrática no campo da Assistência Social. Esperamos todos em dezembro em Brasília para fazer*
867 *uma grande e forte mobilização em favor dos direitos sócio-assistenciais.”* Prosseguindo, observou
868 que se deveria colocar uma legenda com data no vídeo sobre o que se estava propondo.
869 Continuando, a senhora Presidente abriu às inscrições, passando a palavra para a Conselheira
870 Marisa, que elogiando o vídeo, sugeriu a necessidade de colocação de data, o que já havia sido
871 determinado. O Conselheiro Carlos parabenizou o trabalho, propondo o seguinte: que boa parte das
872 Entidades tinham sistema de assessoria, departamento de comunicação, sugerindo que se veiculasse
873 isso às Entidades, criando um link padrão nos sites e inserir dentro da política de comunicação, nas
874 assessorias de imprensa das Instituições para que se pudesse dar visibilidade para os diferentes
875 públicos. O Conselheiro João Carlos observou que se teria que ter alguém experiente em filmagens,
876 com o vídeo devendo ter legenda e o seu conteúdo colocado em texto e anexado na página. A
877 Conselheira Heloísa lembrou a necessidade de aparecer os caracteres, considerando os deficientes
878 auditivos. Prosseguindo, passou a palavra para o Conselheiro Renato de Paula para proceder ao
879 relato da Comissão Organizadora, destacando que o ponto de critérios para Delegados ficaria para o
880 dia seguinte. O Conselheiro Renato de Paula procedeu à leitura da **“Memória da Reunião da**
881 **Comissão Organizadora da VII Conferência de Assistência Social. Data: 25 de março de 2009.**
882 **Horário: 9h às 5h Local: CNAS – Brasília- DF. Conselheiros Presentes: Valdete de Barros Martins**
883 **— Coordenadora; Carlos Eduardo Ferrari; Charles Roberto Pranke; Clodoaldo de Lima Leite;**
884 **Edivaldo da Silva Ramos; Nivaldo Luiz Pessinatti; Renato Francisco dos Santos Paula; Heloisa**
885 **Mesquita — Representante Titular do FONSEAS. Tânia Mara Garib. Convidadas Presentes. Raquel**

886 Raichelis — Doutora em Serviço Social. Convidada com ausência injustificada: Beatriz Paiva -
887 Doutora em Serviço Social. Apoio: Cláudia Sabóia — Secretária Executiva; Giovanna Rocha
888 Veloso; Maria Auxiliadora Pereira; Soraya Castro. **1- Documento “Orientações - Conferências**
889 **Municipais”.** Foi apresentada a versão das orientações para as Conferências Municipais a partir
890 da aprovação de subtemas e do extrato sintético das orientações pela Plenária do CNAS em março.
891 A Presidente mencionou a participação do CNAS na reunião do CONGEMAS durante uma oficina
892 sobre o Controle Social, que contou com 60 participantes. A Conselheira Valdete e o Conselheiro
893 Renato de Paula, eu, falaram sobre Controle Social e, num segundo momento, foram repassadas
894 informações a respeito do processo de Conferência. O importante é que as dúvidas que apareceram
895 durante a discussão, puderam ser melhor esclarecidas na revisão do documento de orientações em
896 fase de revisão. Em seguida houve uma discussão detalhada do documento de orientação, com a
897 proposição de reorganização do conteúdo do mesmo de forma a tomar mais claras as informações
898 sobre as duas etapas das conferências - o processo de mobilização e a realização das conferências
899 municipais. Ao final da reunião documento reformulado foi lido e aprovado pela Comissão
900 Organizadora. **Encaminhamentos.** - Enviar aos Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e
901 Municipais de Assistência Social o “Informe 001/2009 Orientações para as Conferências
902 Municipais” e disponibilizá-lo no sítio do CNAS; - Promover uma reunião de orientação com os
903 servidores do CNAS sobre o processo de conferências; - As dúvidas e questionamentos que
904 chegarem ao CNAS a partir da divulgação das orientações serão respondidos pela Comissão
905 Organizadora e disponibilizados periodicamente no sítio do CNAS, por meio de informes e em
906 formato de perguntas e respostas; - Solicitar ao MDS/ASCOM a gravação de um vídeo com a
907 Presidente dando boas vindas e apresentando as propostas para a realização das Conferências, a
908 ser disponibilizado no sítio do CNAS, para acesso de todos os municípios. **2 - Discussão**
909 **Preliminar sSobre Orientações para a Realização das Conferências Estaduais e do Distrito**
910 **Federal.** Foi realizado um debate preliminar sobre as orientações para as conferências Estaduais.
911 **Encaminhamentos:** - A representação do FONSEAS no CNAS encaminhará à Comissão
912 Organizadora da VII Conferência, antes do dia 23 de abril, data da próxima reunião da Comissão,
913 contribuições sobre quais são as questões específicas dos Estados e do DE’ que precisam ser
914 contempladas nas orientações das Conferências Estaduais, além do item da mobilização,
915 considerando o tema da conferência — “Participação e Controle Social no SUAS” e o documento
916 de orientações para as conferências municipais. **3 - Discussão sobre os Critérios de Participação**
917 **de Delegados na Conferência.** Neste item tem uma sugestão da Comissão, de que a gente remeta
918 para amanhã este item, porque hoje na hora do almoço a Comissão ficou aqui reunida tentando
919 fechar, enfim, tentando fazer contas e refazer, e a gente não conseguiu fechar! Então fizemos uma
920 proposta, o assessor do DGSUAS, o Luiz Otávio ficou de refazer algumas adequações, então a
921 proposta é que retomemos este ponto, com o retorno das solicitações que a Comissão fez hoje na
922 hora do almoço. Então estou propondo ir diretamente ao ponto quatro, ok? **4 - Proposta de**
923 **Criação de uma Comissão Executiva e de Subcomissões para dar suporte à Comissão**
924 **Organizadora da VII Conferência:** Visando dar agilidade à operacionalização da VII Conferência
925 Nacional de Assistência Social, a Comissão Organizadora sugere os seguintes **encaminhamentos:**
926 - A criação de uma Comissão Executiva da VII Conferência Nacional de Assistência Social,
927 constituída por representantes do CNAS, SNAS, SAGI, Secretaria Executiva do MDS e Gabinete do
928 Ministro, com o objetivo de dar suporte operacional à Comissão Organizadora da VII
929 Conferência; - Propõe ainda a criação de subcomissões formadas pelos seguintes conselheiros
930 integrantes da Comissão; Organizadora: 1. Subcomissão Programática: Atualmente, em função da
931 densidade de trabalho para definição de metodologias das conferências municipais e estaduais e
932 do DF, esse grupo conta com a participação de todos os integrantes da Comissão Organizadora. 2.

933 Subcomissão de Comunicação: 1 - Heloísa Mesquita e Carlos Ferrari. 3. Subcomissão de
934 Infraestrutura: - Valdete Martins de Barros, Nivaldo Pessinatti. - A Secretaria Executiva preparará
935 uma lista de tarefas pertinentes a cada grupo específico, tendo como base o Termo de Referência
936 da VII Conferência Nacional, visando priorizar as atividades dos grupos. - Viabilizar uma reunião
937 do Grupo de Comunicação durante a Plenária, em função da urgência de alguns pontos. **5-**
938 **Critérios de participação do CNAS nas Conferências Municipais, Estaduais e do DF:** A
939 Comissão Organizadora propõe que o CNAS esteja representado nas conferências municipais das
940 capitais e nas Conferências Estaduais e do Distrito Federal, tendo os seguintes critérios de
941 representação: - Priorização da presença do Presidente e da Vice-Presidente do CNAS; -
942 Participação dos integrantes da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de
943 Assistência Social; - Proximidade do Conselheiro como tema. - Tentativa de atender à solicitação
944 de nome do Conselheiro proposta pelo município, Estado e DF, - Ida de Conselheiros em
945 Conferências distintas de sua origem; - Proximidade geográfica dos Conselheiros com o local que
946 irá ser realizada a Conferência; Nos casos de convites para conferências municipais que não sejam
947 de capitais, o CNAS poderá estar representado, desde que o município viabilize passagem e diárias
948 para o conselheiro e que haja disponibilidade dos Conselheiros. - A Secretaria Executiva do CNAS
949 providenciará um quadro com as datas das Conferências a partir do recebimento dos convites e, na
950 oportunidade será circulado entre os conselheiros do CNAS para que os mesmos possam incluir
951 seus nomes. - A avaliação e confirmação do representante do CNAS para cada conferência será
952 feita pela Presidência Ampliada, levando-se em consideração os critérios acima. - Encaminhar
953 periodicamente o quadro de Conferências Municipais das Capitais para a Assessoria de
954 Comunicação do MDS/ASCOM, que fará a cobertura do processo de conferências. **6 - Produção de**
955 **Subsídios (Material de Apoio às Conferências).** Discutiu-se sobre a necessidade de se fazer um
956 levantamento das publicações a serem distribuídas para as conferências Estaduais e do DF e
957 durante a VII Conferência Nacional. O número de Cartilhas 1 e 2 do CNAS é suficiente para
958 distribuição nas conferências municipais, estaduais e nacional. **Encaminhamentos:** - Solicitar à
959 SNAS a possibilidade de produção de uma cartilha sobre Mobilização e Participação Popular
960 (linguagem popular); - Solicitar à SNAS um quantitativo de materiais como LOAS, PNAS, NOB,
961 entre outros, para distribuição nas conferências Estaduais, do DF e Nacional. **7 - Discussão sobre**
962 **os Textos acerca da Acessibilidade nas Conferências.** Um grupo formado por integrantes da
963 Comissão Organizadora da VII Conferência e Conselheiros convidados (Conselheiros Carlos
964 Ferrari, Clodoaldo Leite, João Carlos Alves, Edivaldo Ramos e Maria Dolores Cunha Pinto), se
965 reuniu em 10 de março de 2009 para definir os requisitos dos serviços e infra-estrutura necessários
966 à realização da VII Conferência Nacional de Assistência Social e o que devem estar garantidos no
967 Termo de Referência da mesma. Visando desenvolver ações pró-ativas e que promovam a
968 acessibilidade em todas as suas ações, e ainda, considerando o recente compromisso firmado pelo
969 CNAS, por meio da assinatura do termo de adesão à campanha pela acessibilidade promovida pelo
970 Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CONADE, o subgrupo apresentou à
971 Comissão Organizadora os seguintes documentos:- “Recomendações aos Conselhos de Assistência
972 Social para a Acessibilidade nas Conferências de Assistência Social”; - “Orientações do Conselho
973 Nacional de Assistência Social para os palestrantes e expositores quanto à acessibilidade”. Após
974 discussão e aprimoramento dos documentos, a Comissão propõe os seguintes **encaminhamentos:** -
975 A Comissão, entendendo que esses textos sobre acessibilidade são urgentes e orientarão as
976 comissões organizadoras das conferências municipais no seu planejamento, aprovou a inclusão
977 dos dois textos como anexos das Orientações para as Conferências Municipais. Abre parêntese,
978 estão muito bons estes textos. A gente só tem ouvido elogios sobre eles! **8 - Outros Assuntos. A)**
979 **Reunião Ampliada do CNAS – Abril.** A Comissão Organizadora propõe a realização de uma

980 reunião desta Comissão com representantes dos conselhos de Assistência Social presentes à
981 Reunião Ampliada do CNAS, com o objetivo de apresentar as orientações para as conferências
982 municipais. b) E-Mail de Márcia Maria Biondi Pinheiro. A Presidente informou sobre e-mail
983 recebido de Márcia Pinheiro, ex-presidente e colaboradora do CNAS, informando que, por razões
984 de natureza familiar e particular que exigem a presença dela em Belo Horizonte, ela não poderá
985 colaborar com a Comissão Organizadora no trabalho de definição das metodologias das
986 conferências de assistência social. e) Resolução de Composição da Comissão Organizadora da VII
987 Conferência Nacional de Assistência Social: Considerando as recentes alterações de
988 representantes governamentais no CNAS, apresentamos anexa a minuta de resolução de
989 composição desta comissão. Minuta. Resolução de número indefinido, de data indefinida, de março
990 de 2009. Altera a composição da Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de
991 Assistência Social. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, no uso das
992 atribuições que lhe confere a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e Resolução nº 53, de 31 de
993 julho de 2008, Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2008 – Regimento Interno.
994 Considerando as recentes alterações de representantes governamentais no CNAS. Resolve: Art. 1º.
995 Alterar o art. 1º da Resolução do CNAS nº 67, de 32 de setembro de 2008, publicada no Diário
996 Oficial da União em 24 de setembro de 2008, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “art.
997 1º. Criar Comissão Organizadora da VII Conferência Nacional de Assistência Social composta
998 pela presidente do CNAS, Conselheira Valdete de Barros Martins, pelo Vice-Presidente do CNAS,
999 Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti; pelos Conselheiros representantes Governamentais. Renato
1000 Francisco dos Santos Paula, Charles Roberto Pranke e Heloísa Mesquita; pelos Conselheiros
1001 representantes da sociedade civil: Carlos Eduardo Ferrari, Edivaldo da Silva Ramos e Clodoaldo
1002 de Lima Leite.” Art. 2. Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação”. Concluindo, o
1003 Conselheiro Renato de Paula informou que os Membros do CNAS receberam em anexo, uma cópia
1004 do Informe 001, contendo as orientações para as Conferências Municipais. A senhora Presidente
1005 indagou se havia algum questionamento, ao que o Conselheiro Clodoaldo referiu-se ao segundo
1006 parágrafo, na página inicial, solicitando que o nome grafado fosse “a Conselheira Presidente,
1007 Valdete Barros, o Conselheiro Renato de Paula”. A senhora Presidente informou que aconteceria a
1008 primeira reunião da Subcomissão de Comunicação, estando presente a ASCOM, solicitando que os
1009 Conselheiros Carlos e Heloísa participassem da mesma, lembrando a sugestão que havia feito de se
1010 fazer um cartaz do Decálogo dos Direitos para as Conferências, a ser fixado nos CRAS, nas
1011 Unidades. Discorreu sobre a confecção de um instrumental que pudesse traduzir a questão da
1012 Participação e do Controle Social em um linguajar mais popular, semelhante à cartilha “SUAS
1013 Informa”, produzida pelo MDS. Observou a sugestão de confecção de outro caderno para a
1014 Conferência, que deveria ser pensado a partir desse momento, contemplando os oito Subtemas e que
1015 abriria para debate, pois gostaria de ouvir as sugestões de todos para se alcançar os municípios e
1016 traduzir o que se queria com essa Conferência. Que havia que mobilizar o Usuário, que não estava
1017 acostumado a participar, informando que haveria reunião na semana vindoura da Comissão, para
1018 discutir as orientações para os estados, o que poderia ser enriquecido e deliberado com o debate
1019 pelos Conselheiros. Concluindo, enfatizou a necessidade de produzir um instrumental que
1020 orientasse o município quando à escolha do subtema e sua justificativa, como um roteiro para seu
1021 trabalho. Na sequência, passou ao Conselheiro José Crus que informou que já estavam com o
1022 material garantido para todos os tipos de Conferências, não somente os que estavam listados, como
1023 também outros que o Ministério vinha publicando e divulgando, tanto nos sites como nas cartilhas,
1024 citando o material pronto a serem enviados tanto para as capitais quanto para os estados. Informou
1025 que estavam na segunda edição *on line* do “SUAS informa”, que era um boletim eletrônico do
1026 Sistema, com várias informações quinzenais, que chegava a todas as Entidades, o qual deveria ser

1027 aproveitado para convocar a todos os segmentos para participar da Conferência. A senhora
1028 Presidente sugeriu que o Conselheiro José Crus participasse do subgrupo da comunicação, que já
1029 estava reunido, para compartilhar todas essas informações e que informou que a ASCOM estava
1030 ciente desse trabalho. Prosseguindo, a senhora Presidente passou a palavra para a Conselheira
1031 Verônica, que se referiu ao instrumental colocado nas últimas Conferências, e que direcionava
1032 muito os municípios, que sabiam exatamente onde colocar as respostas, discorrendo sobre esse
1033 material. Sugeriu que fosse dado um prazo para que se pudesse analisar e encaminhar sugestões
1034 para a Comissão Organizadora. A senhora Presidente observou que o prazo poderia ser até o dia
1035 vinte e dois de abril para encaminhar a documentação e com tempo para ser avaliada pela
1036 Comissão, sendo muito importante esse aporte dos municípios e dos estados na Comissão
1037 Organizadora referindo-se, também, ao formato de Conferências de outras Instituições. Solicitando
1038 um aparte, a Conselheira Margareth manifestou que gostaria de fazer dois adendos citando o Item
1039 quinto da Memória, com a participação do CNAS nas Conferências municipais e estaduais, e do
1040 Distrito Federal, acreditando que, seguindo as orientações já existentes, não se estava modificando
1041 nada, indicando a priorização da presença do Presidente e do Vice-Presidente do CNAS, com a
1042 Presidência Ampliada logo abaixo, com a senhora Presidente indagando se estava sugerindo a
1043 inclusão da Presidência Ampliada seguindo aquela orientação, com o Presidente, o Vice-Presidente
1044 e os Coordenadores das Comissões. Prosseguindo, a Conselheira Margareth indicou o final do Item
1045 quinto que rezava: “nos casos de convite para Conferências Municipais que não sejam de capitais, o
1046 CNAS poderá estar representado, desde que o município realize passagem e diárias para o
1047 Conselheiro, e que haja disponibilidade”, questionando não estar incluído o gastos com diárias ou
1048 passagens aéreas, não estando claro para o indivíduo do município. A senhora Presidente esclareceu
1049 que estava escrito: desde que o município disponibilize passagens e diárias ao Conselheiro, e que
1050 haja disponibilidade do Conselheiro, observando que, dado o grande número de municípios
1051 brasileiros, o CNAS na tinha recursos para bancar a ida dos Conselheiros em todos os Eventos. Que
1052 o critério era a priorização de Conferências Municipais de capitais e grandes cidades, observando
1053 que os convites feitos aos Conselheiros dependiam de disponibilidade de agenda. A Conselheira
1054 Margareth sugeriu à Comissão Organizadora, em relação ao instrumental, que os Conselheiros
1055 pudessem contribuir com alguns pontos centrais, um roteiro que deixasse a pessoa receptiva, já
1056 visualizando o que gostaria de saber deste instrumental, considerando o conteúdo ser mais
1057 importante que a forma. Concluindo, a Conselheira Margareth reputou como muito importante a
1058 proposta da Presidência, quando falava em produzir os decálogos para entregar aos CRAS e
1059 CREAS, sugerindo que apresentassem o logotipo do CNAS, ao que a senhora Presidente informou
1060 que todo material trazia esse logotipo. Prosseguindo, passou a palavra ao Conselheiro Edivaldo
1061 que se referiu ao item cinco, onde se discutia a possibilidade das grandes cidades e não estava
1062 relacionado, indicando capitais, estados e o DF. Lembrou ao Conselheiro José Cruz para preparar o
1063 material também em forma digital, identificando nos CDs, quando fossem encaminhados aos
1064 Conselhos Municipais e Estaduais, que era um material preparado para pessoas com deficiência
1065 visual. O Conselheiro Sérgio manifestou-se contemplado pela fala da Conselheira Verônica,
1066 relatando que quando os temas chegavam aos municípios, esses ficaram apavorados, discorrendo
1067 sobre a situação e como os textos e roteiros encaminhados ajudavam no atendimento dessas ações.
1068 O Conselheiro Geraldo, referindo-se ao que havia sido colocado sobre o material a ser
1069 disponibilizado, informou que nos encontros que havia participado tinha acontecido pedidos de uma
1070 cartilha elaborada pelo TCU, indagando se havia possibilidade de distribuição desse material. A
1071 senhora Presidente informou que essa cartilha estava disponível e podia ser impressa no *site* do
1072 CNAS, juntamente com a do CNAS. O Conselheiro Renato de Paula informou que o TCU, quando
1073 da confecção desse material, havia oferecido ao MDS, havendo quantidade suficiente para

1074 distribuição. O Conselheiro Geraldo, referindo-se às colocações do Conselheiro Sérgio, discorreu
1075 sobre as situações observadas em Eventos no estado de Minas Gerais e as capacitações que havia
1076 realizado, onde havia encontrado aproximadamente setenta por cento de Conselheiros da primeira
1077 gestão, ficando na dúvida do que fazer, indagando à Comissão Organizadora e à Mesa Diretora
1078 como se levaria essa situação e se esse questionamento seria feito antes. Concluindo, parabenizou a
1079 Comissão Organizadora, e manifestou sua concordância com as colocações da senhora Presidente,
1080 encontrando que a Conferência realizada havia sido muito rica no aprendizado para se ir às
1081 Conferências finais. O Conselheiro Renato de Paula manifestou que gostaria de deixar registrado o
1082 agradecimento pela parceria com o pessoal da SAGI, e que o material impresso havia ficado muito
1083 bom. Com relação aos subtemas observou que se iria precisar de algumas conversas mais
1084 aprofundadas sobre eles, considerando a necessidade de resgatar um pouco o que a Comissão havia
1085 discutido e o que já havia sido feito. Destacou a forma como haviam sido aprovados, talvez não
1086 tendo a atenção necessária para a forma que se havia pensado e proposto sobre a questão dos
1087 Subtemas. Informou que a Comissão havia chegado a pensar na proposta da dinâmica dessas
1088 discussões dos oito Subtemas, considerando esse número excessivo para os municípios pequenos,
1089 com a Comissão dando esse encaminhamento e orientação, mas deixando o tema em aberto. Com
1090 relação ao histórico da participação, o Conselheiro Renato de Paula destacou que o que havia sido
1091 discutido na Comissão e apresentado era que havia municípios grandes para quem esse tema, era
1092 mais de contexto, não sendo aquele que necessariamente se fosse fazer uma oficina e sair com uma
1093 orientação técnica. Que esse tema era um daqueles que o município podia discutir em uma
1094 Conferência de abertura, citando as possibilidades dentro de grande e de um pequeno município,
1095 observando que o próprio Conselho, os Conselheiros, e o próprio município tinham condição de
1096 debater o assunto. Que as discussões eram realizadas para que os municípios pudessem ter
1097 tranquilidade de apresentar do jeito que era possível, sendo o mais importante para o Conselho o
1098 registro da sistematização de como havia sido o debate, podendo ocorrer a aglutinação com outros
1099 temas. Sugeriu que fosse preparada, não somente uma apresentação em *power point*, assim como
1100 havia sido em outros Eventos, mas também se fizesse um seminário interno, com essa produção já
1101 pronta, passando *slide* por *slide* e se fosse discutindo para tirar os entendimentos comuns. O
1102 Conselheiro Frederico referiu-se aos Subtemas, sugerindo que se refletisse sobre a possibilidade de
1103 se estar trabalhando a priorização de dois Subtemas para que os pequenos municípios se atessem
1104 mais à discussão, discorrendo sobre as dificuldades existentes nesses locais. O Conselheiro Renato
1105 de Paula encontrou pertinentes as colocações do Conselheiro Frederico, mas que a orientação da
1106 Comissão Organizadora havia sido no sentido de que eles discutiriam os oito Subtemas, mas não se
1107 havia dado a forma para se discutir os oito. Observou que se fossem pegos os subitens
1108 aleatoriamente para serem discutidos, no registro, que era o resultado final, poderiam não ficar
1109 contemplados, discorrendo sobre a forma de tratar tais assuntos, ao que o Conselheiro Frederico
1110 observou que pela leitura do anexo entendia que todos os Subtemas teriam que ser tratados. A
1111 senhora Presidente, observando haver dúvidas quanto ao assunto na própria Comissão, enfatizou
1112 que isso tinha que ser esclarecido, para não causar confusão externamente. Observou que de acordo
1113 com o assunto central se poderia discutir conjuntamente mais de um subtema em uma única Mesa,
1114 propondo alguns agrupamentos levando em consideração o tema de cada subitem. Observou que
1115 quando foi feita essa proposição, o que se queria era que os municípios discutissem esse conteúdo,
1116 que era um conteúdo programático da Conferência, sendo colocado que os municípios, em um
1117 Evento preparatório debatessem os oito Subitens, mas observando que a maneira de fazer esse
1118 debate preparatório dependia da realidade de cada município, de como ele se mobilizava e também
1119 debatendo o tema que tivesse mais proximidade com a sua realidade. A senhora Presidente,
1120 discorrendo sobre o assunto, observou que havia maneiras de se fazer essa dinâmica para

1121 contemplar os oito subtemas, citando a Conferência passada, com quatro subtemas enormes e que
1122 havia sido debatido por todos. Destacou que estava faltando era entendimento entre os Conselheiros
1123 de como propor uma organização para estruturar as Conferências municipais, podendo ter formatos
1124 para a discussão e observando que um município grande certamente debateria muito bem esses oito
1125 Subtemas. O Conselheiro Frederico informou já haver participado de quatro a cinco Conferências,
1126 inclusive da Saúde, sendo sempre elogiada a formatação da Conferência de Assistência. Observou
1127 que na Conferência anterior havia toda uma preparação, com estados mais organizado e que quando
1128 se abria o leque de discussões e considerando o tempo disponível, não se conseguiria cumprir essa
1129 tarefa de estar visitando esses oito Subtemas dificultando, de certa forma, o debate na ponta.
1130 Enfatizou a necessidade de debates, acreditando que nas metrópoles de grande porte havia essa
1131 possibilidade, com prejuízo nos de pequeno porte, médio, um e dois. Que continuava com a
1132 proposta de que houvesse a possibilidade na abertura de se estar visitando os oito Subtemas e
1133 houvesse a necessidade de tratar dois na Conferência Municipal, para que houvesse o Relatório e
1134 todo o ritual que se estava priorizando enquanto Comissão. O Conselheiro Renato Saidel
1135 manifestando entender a fala do Conselheiro Frederico, ressaltou que havia que pensar nas
1136 realidades dos municípios de pequeno porte um e dois, sendo que na sua fala estava pensando na
1137 Conferência passada foram debatidos temas complexos e que os municípios deram conta. Observou
1138 que estava com uma dúvida discorrendo sobre os temas e como seriam escolhidos e direcionados.
1139 Encontrava que os oito Subtemas deviam ser visitados nas Conferências municipais, talvez se
1140 trabalhando a criação de alguns instrumentais para poder facilitar para os municípios de pequeno
1141 porte um e dois, para que se pudesse ter essa questão muito clara e a partir daí seguir em frente,
1142 retirando, se fosse o caso, a questão do processo de escolha dos Subtemas. O Conselheiro Renato
1143 Saidel ressaltou que seu medo era se nivelar o processo de Conferência em um nível mais baixo do
1144 que ele poderia alcançar e que se conseguisse que os municípios trabalhassem os oito Subtemas, se
1145 teria um grau de riqueza e de informação maior para esse Conselho, do que se priorizar dois,
1146 correndo o risco de, por exemplo, ninguém escolher o tema número um. O Conselheiro Renato de
1147 Paula colocou que estava escrito que o município teria que escolher um Subtema onde mais tivesse
1148 avançado e outro onde menos houvesse progredido, sendo essa a avaliação do SUAS, não sendo
1149 discussão dos Subtemas descolados da avaliação. Lembrava o que estava no texto, que quando
1150 havia sido aprovado na Plenária, o Conselheiro Edivaldo havia dito que se havia discutido que não
1151 era fechar em dois, no que tinha razão, pois no relatório, tinha que fazer a avaliação de aonde mais
1152 havia avançado. Que esses oito Subtemas eram a oportunidade de se reconhecer onde houve mais
1153 avanço. Concluindo, o Conselheiro Renato de Paula destacou que devia ficar claro o porquê de se
1154 sugerir dois Subtemas, pois do contrário se acharia que se estaria falando dos mesmos descolado de
1155 um objetivo. A senhora Presidente observou que havia sido aprovado um objetivo geral e objetivos
1156 específicos, sendo esses traduzidos em Subtemas, sugerindo se detalhar, fazer ementas para que as
1157 pessoas dissessem o que se poderia debater dentro do tema “Participação e Controle Social”.
1158 Discorreu sobre esses oito objetivos específicos e os Subtemas resultantes, destacando o assunto de
1159 cada um, o que havia sido construído coletivamente sobre o roteiro estabelecido. Destacou o esforço
1160 da Comissão em deliberar e esclarecer o material criado para facilitar o entendimento, e que nesse
1161 momento, se o que estava escrito não traduzia o que queria expor, a Comissão acataria todas as
1162 sugestões que fossem enviadas, considerando a realização de Reunião na semana vindoura, com
1163 todos os Conselheiros chegando ao Evento devidamente preparados e esclarecidos. Enfatizou que o
1164 Conselho tinha que ter segurança em qualquer lugar, indicando, como **encaminhamento**, que a
1165 Comissão acataria todas as sugestões e se debruçaria sobre elas no sentido de melhorar esse
1166 documento. O Conselheiro Renato Saidel observou que esse processo da escolha dos subtemas teria
1167 que ser definido, entendendo que deveria ser da forma mais democrática e participativa que tanto se

1168 havia falado nesses últimos dois dias, com a Conferência sendo muito adequada para isso e onde
1169 todos poderiam participar e se manifestar com liberdade, inclusive o Usuário que poucas vezes era
1170 ouvido. Que talvez se precisasse refletir na forma como se conjugaria isso nos municípios de
1171 pequeno porte um e dois, e que em sua opinião a discussão teria que ser nivelada em alto nível.
1172 Sugeriu que a Comissão p refletisse sobre isso, com uma maior especificidade nesse assunto para
1173 que os municípios também tivessem oportunidade de discutir os oito Subtemas, com o CNAS
1174 ganhando enriquecimento nas Conferências e chegando até o Conselho. Concluindo, o Conselheiro
1175 Renato Saidel destacou que se deveria refletir sem esquecer a preocupação dos municípios, em
1176 como podiam dialogar diante dos oito Subtemas em uma Conferência de um dia, orientando e dado
1177 sugestões de como organizar a Conferência, considerando ser essa a maior dificuldade dos
1178 municípios de pequeno porte um e dois. A Conselheira Margareth manifestou preocupação sobre a
1179 fala do Conselheiro Renato de Paula, que havia colocado que as grandes metrópoles poderiam
1180 contar com *experts* para judar a debater os Subtemas, fazendo com que os municípios se sentissem
1181 desprestigiados, mas que deveriam discutir com a sua própria oralidade e como esse
1182 posicionamento poderia ter uma péssima repercussão para o CNAS nos municípios. O Conselheiro
1183 Renato de Paula destacou ter citado apenas um exemplo, manifestando a preocupação com os
1184 municípios de pequeno porte, para quem iriam as orientações. Prosseguindo, observou que
1185 encontrava complicado fazero a discussão da Conferência desse ano comparando com as anteriores,
1186 considerando que cada uma era diferente da outra. Que essa Conferência iria retomar a dinâmica da
1187 construção da Assistência, a dinâmica da construção das Conferências de uma maneira diferente das
1188 outras, que a lógica desse ano era inversa, para tanto sendo proposta a etapa de mobilização, da
1189 participação de todos, considerando o tema “Participação e Controle Social”. Como
1190 **encaminhamento**, o Conselheiro Renato de Paula insistiu na proposta de um seminário interno, o
1191 que ajudaria a esclarecer muitas coisas. A senhora Presidente considerou importante essa proposta,
1192 informando que a Reunião de maio seria realizada em três dias, agendando um quarto dia para isso,
1193 considerando a aprovação da Pauta. Prosseguindo, referiu-se à pauta da Reunião do dia seguinte:
1194 9:00h - Discussão do PL CEBAS; Julgamento de quatro processos na Plenária. A Secretária
1195 Executiva passou à leitura do nome dos Relatores dos processos`na Plenária: Conselheiro Mizael,
1196 que havia justificado ausência na tarde desse dia; Conselheira Renata; Conselheiro Frederico e
1197 Conselheira Rose; na Câmara de Julgamento, era somente uma Câmara que tinha processos
1198 distribuído; Câmara número dois: Relatores: Conselheiro Charles e a Conselheira Renata. Informou
1199 que os Pareceres já haviam sido enviados mas que o senhor Marcelo distribuiria uma cópia
1200 impressa aos Membros presentes. Que na Câmara número dois também participariam a Conselheira
1201 Edna e seu Suplente; Conselheiros Geraldo e Edval, que não estava presente; Conselheiro José
1202 Geraldo e seu Suplente; Conselheiro Charles e seu Suplente; Conselheiro Sérgio; Conselheiros
1203 Mizael e João Carlos; e, Conselheiras Renata e Rosa. Sugeriu ao senhor Marcelo que passasse uma
1204 cópia do material do Conselheiro Mizael para o Conselheiro João Carlos, caso esse não
1205 comparecesse no dia seguinte. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu uma alteração na proposta de
1206 Pauta feita pela senhora Presidente: 9:00h às 9h30 min ou 10:00h: Câmara de Julgamento, entrando
1207 depois na Plenária. A Conselheira Edna observou que esse tema poderia ser tratado no final da
1208 manhã, ao que a senhora Presidente destacou que estava proposto o seguinte: 9:00h às 11:00h:
1209 Discussão do PL CEBAS; das 11:00h às 12:00h, Julgamento de processos na Plenária, sendo quatro
1210 processos; e, das 12:00h às 12h30min: Câmara de Julgamentos com dois processos. Que a
1211 Comissão Organizadora se reunia novamente no horário de almoço, trazendo para a Plenária das
1212 13:00h às 15:00h a Discussão da aprovação dos critérios dos Delegados; Relato da Comissão de
1213 Normas; Relato da Presidência Ampliada; Informes do GT; Composição do CNAS e Comissão de
1214 Política. **ENCERRAMENTO**. A senhora Presidente deu como encerrada a Reunião, com os

1215 debates prosseguindo no dia seguinte. Aos dezesseis dias do mes de abril de dois mil e nove,
1216 estiveram reunidos os Conselheiros para dar prosseguimento ao segundo dia da 166ª Reunião
1217 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social. Dando início aos trabalhos do dia, a senhora
1218 Presidente solicitou à Secretaria Executiva que procedesse à conferência do quorum: Conselheiros
1219 Titulares ou na Titularidade presentes: Conselheiro Carlos Eduardo; Conselheiro Renato Saidel;
1220 Conselheiro Edivaldo, uma vez que a Conselheira Margareth Alves havia justificado sua ausência
1221 na maior parte do período da manhã em razão de reunião no Senado; Conselheiro Geraldo;
1222 Conselheira Edna; Conselheiro Mizael; Conselheiro Charles; Conselheiro Frederico; Conselheira
1223 Heloísa; Conselheira Maria Dolores; Conselheiro Renato de Paula; Conselheiro José Crus;
1224 Conselheiro Pessinatti; Conselheiro José Gerando. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro
1225 Sérgio; e, Conselheiro Samuel. A senhora Presidente passou ao primeiro ponto da Pauta **Discussão**
1226 **do PL CEBAS**, fazendo brevemente um resgate do que já se havia colocado e aprovado sobre o
1227 item, com a inclusão na questão do vínculo SUAS de um artigo, um parágrafo, no artigo 21 desse
1228 PL, acrescentando aos Parágrafos 1,2 e 3 do artigo 6-b do PL 3077. Que o outro item que o
1229 Conselho havia aprovado estava relacionado à questão da denúncia do Usuário, sendo proposta a
1230 inclusão da seguinte redação ao inciso 2 do artigo 34: *“decidir sobre a procedência da*
1231 *apresentação no prazo de trinta dias a contar da apresentação da defesa, dando ciência da*
1232 *representação ao Conselho Municipal da área de atuação da entidade, e ao mesmo tempo em que*
1233 *esta é realizada no Ministério competente”*. Indicou que o único ponto para ser debatido se referia à
1234 questão da Educação, abrindo as inscrições. O Conselheiro Geraldo, com relação à inclusão no item
1235 dois, onde se falava de denúncia ao Usuário no caso de procedimento irregular, pensando que
1236 deveria ser sobre a prestação de serviço, independente de entidade e/ou do serviço público, por
1237 existir investimento direto do poder público, principalmente das esferas municipais. A Secretária
1238 Executiva manifestou sua concordância que o assunto de denúncia seria para a prestação de serviço
1239 como um todo, fosse pública ou privada a rede sócio-assistencial. Mas que se estava tratando do PL
1240 CEBAS, atinente ao conceito e Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social
1241 privadas. O Conselheiro Pessinatti destacou que que gostaria de fazer uma sugestão no seu
1242 encaminhamento. Informou haver conversado, durante a ida ao Congresso Nacional, com o Senador
1243 Marco Maciel, externando o desejo de ver o PL aprovado rapidamente, considerando o difícil
1244 momento e a, impossibilidade dos Conselheiros quanto ao julgamento de processo nessas
1245 circunstâncias. Informando sobre encontros realizados com outras autoridades sobre a aprovação do
1246 PL, sugeriu o seguinte **encaminhamento**: que se fizesse uma nota ou um pronunciamento oficial,
1247 como CNAS, solicitando que o Legislativo encaminhasse o mais rápido possível para a votação
1248 desse PL, uma vez que as instâncias de contribuição efetiva se esgotaram solicitando informações
1249 sobre como se encontrava esse processo. Sugeriu, também, que se continuasse com os Itens de
1250 Pauta, considerando que nesse assunto não haveria mais nada a seguir, a não ser as articulações e
1251 conversas políticas, que eram legítimas e democráticas, para que o CNAS, tendo uma legislação,
1252 pudesse ter maior segurança para o exercício do Controle Social, para o exercício da missão de
1253 Conselheiros. A Conselheira Heloísa informou que se havia inscrito em função de pedir que
1254 constasse em Ata que no dia anterior havia saído a justificativa da sua ausência nesse dia, mas que
1255 havia comparecido. Prosseguindo, concordou com as colocações do Conselheiro Pessinatti,
1256 devendo se prosseguir com a Pauta, discorrendo sobre algumas questões com relação à garantia de
1257 direitos, que estava para além das despesas que se precisaria ter. Prosseguindo, a senhora Presidente
1258 indicou essa proposta de encaminhamento, prosseguindo com as inscrições. A Conselheira Edna
1259 ressaltou estar de acordo se fosse de consenso de todos, prosseguindo com a Pauta e se
1260 posicionando com relação à ida ao Congresso Nacional e com relação ao registro desse fato. A
1261 senhora Presidente observou entender que não era o caso de mencionar, já que se estava

1262 caminhando na direção de se definir uma nota, considerando a urgência de ser votado esse PL. O
1263 Conselheiro Renato Saidel referiu-se ao fato ocorrido e que a ida era para defender a votação
1264 imediata do PL, o que não ocorreu. Com relação à confecção da nota, referiu-se ao Fórum Regional
1265 de Assistência Social da Baixada Santista, sugerindo que fosse incluído nessa nota o item três das
1266 suas proposições de que o CNAS orientasse e fornecesse de forma imediata parâmetros aos
1267 Conselhos Municipais, de como proceder quanto às renovações dos critérios de inscrições das
1268 Entidades de Assistência Social. A senhora Presidente observou que isso estava pautado como um
1269 dos pontos da Presidência Ampliada e discutido pelo Grupo da Comissão de Normas, mas que se
1270 estava falando do PL e do encaminhamento com relação à posição do Conselho. O Conselheiro
1271 Geraldo observando o debate feito, indicou já haver manifestado a necessidade urgente de se ter um
1272 instrumental, encontrando difícil a situação do Conselho Nacional por não poder fazer nada sem a
1273 regulamentação competente. Que durante esse período todas as atribuições do Conselho se
1274 mantinham, inclusive com respeito ao aspecto cartorial, devendo se estar analisando os processos,
1275 juntamente com a equipe técnica formada. Que se estava contando com uma legislação a ser
1276 aprovada, sem se saber se ela retroagiria a esse período, referindo à solicitação da presença no
1277 Plenário, da Polícia Federal, da Receita Federal e do Ministério Público, ficando muito clara a
1278 atuação do Conselho no que dizia respeito à prevaricação e à omissão de desempenho de função, se
1279 encontrando em uma situação delicada nesse momento, por omissão em não se julgar os processos,
1280 discorrendo sobre o assunto. Referiu-se ao acontecido no dia anterior, não devendo ser omitida a
1281 situação. Solicitou o registro de que não se poderia encerrar essa discussão sem saber se essa carta
1282 havia sido encaminhada, porque era uma defesa aos Conselheiros no que dizia respeito às Ações
1283 Populares, não acreditando que se tivesse uma legislação aprovada em um tempo tão curto e que
1284 desse conforto para exercer seu papel enquanto Conselheiro. A senhora Presidente indagou se havia
1285 consenso em se encaminhar a Nota de apoio ao PL 3021, por já se estar entrando no debate da
1286 situação que o Conselho se encontrava com a retomada da questão da competência da Certificação,
1287 o que havia sido tratado na Presidência Ampliada e tinha uma proposta já colocada. Que se os
1288 demais Conselheiros iriam se inscrever para falar dessa questão da situação do Conselho, se poderia
1289 deixar para o Relato da Presidência Ampliada no período da tarde. Com relação à ida ao Congresso
1290 Nacional, observou que vários registros haviam sido feitos, inclusive registrados em Ata, já estando
1291 vencido, no seu entendimento. Prosseguindo, solicitou que as falas fossem em relação à confecção
1292 da nota, sendo feita uma redação e apresentada para aprovação e envio o mais breve possível. A
1293 Dolores observou ter que haver uma reflexão intensa do Conselho e do MDS, porque havia sido
1294 necessário que se chegasse a esse nível que se estava correndo atrás do prejuízo em cima do PL
1295 3021, uma vez que ainda não se havia considerado que ele era uma deliberação da política sobre a
1296 política, e se tivesse sido discutido intensamente com o Conselho antes de ser mandado para a
1297 Câmara, esse fato não teria acontecido, referindo-se ao teor da nota a ser encaminhada. Concluindo,
1298 fez um apelo encarecido ao MDS, que quando tivesse de encaminhar alguma coisa que se referisse
1299 à Política de Assistência Social, que com antecedência passasse pelo Conselho para que se pudesse
1300 apoiar até no momento do encaminhamento. A senhora Presidente solicitou ao Conselheiro
1301 Pessinatti, como autor da proposta da nota, que ele pudesse fazer a redação, com o apoio de outros
1302 Conselheiros. Prosseguindo, passou para o julgamento de quatro processos de Plenária, com os
1303 Conselheiros responsáveis: Conselheiro Marcelo; Conselheiro Renato; Conselheira Renata;
1304 Conselheiro Mizael, Conselheiro Frederico; constatando a ausência da Conselheira Rose, da
1305 Previdência, tendo que se ver como ficaria sua situação. A Secretária Executiva passou a informar
1306 para os novos Membros como se dava o rito de julgamento de processos, informando que esses
1307 expedientes se encontravam na Plenária, observando que o Regimento admitia um pedido de vistas
1308 durante a discussão. Prosseguindo, passou à conferência dos Conselheiros para a votação dos

1309 processos: Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Conselheiro Carlos Eduardo; Conselheiro
1310 Renato Saidel; Conselheiro Edivaldo, pela justificativa na ausência de hoje da Conselheira
1311 Margareth; Conselheiro Geraldo; Conselheira Edna; Conselheira Valdete; Conselheiro Mizael;
1312 Conselheiro Charles; Conselheira Heloísa; Conselheira Dolores; Conselheiro Renato de Paula;
1313 Conselheira Renata; Conselheiro José Crus; Conselheira Verônica; Conselheiro Pessinatti; e
1314 ,Conselheiro José Geraldo. Iniciando, o Conselheiro Mizael solicitou ao Conselheiro Samuel para
1315 ler o Relatório, declinando seu voto em seguida.: *“Processo nº 71010005541/2009-11, trata de*
1316 *importação, e o requerente é a Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência à Maternidade de*
1317 *à Infância. CNPJ: 07718.372/0001-05. A Entidade fica na Rua Francisco Almeida Pinheiro 2268,*
1318 *no Centro, da cidade de Quixadá, na cidade do Ceará. Trata-se de um pedido de reconsideração de*
1319 *manifestação sobre a natureza do bem a ser importado, e a habilitação da entidade, protocolada*
1320 *em nove de janeiro de 2009, pela entidade Sociedade Quixadaense de Proteção à Maternidade e à*
1321 *Infância. Registrado no Conselho Nacional de Assistência Social através do processo nº*
1322 *28977.012733/1994-4, conforme a Resolução CNAS nº 207/1996, que foi publicada no Diário*
1323 *Oficial da União no dia 06.12.1996. Os bens recebidos são procedentes da Itália, doados pela*
1324 *Sociedade de São Vicente de Paulo, tendo como local de embarque o porto de Pecén, Fortaleza,*
1325 *Ceará. Transportado através de conhecimento marítimo MUACUGM 559666, Container nº*
1326 *NSU577592/8, com estimativa de peso de 9.685 quilos, e com o valor financeiro estimado em*
1327 *11.320 reais, ou 5.100 dólares, conforme requerimento apresentado às fls. 15. Relação dos bens.*
1328 *Uma betoneira usada modelo Cela; uma amassadeira de pão usada; um compressor de ar usado;*
1329 *um trator SOME – DRAGO, agrário; um depurador de água usado; uma empilhadeira de óleo*
1330 *usada; uma bomba de água usada; e um carro Hyundai Galloper, Diesel, Chassi nº*
1331 *KMXKPICPXU280497, com o ano de fabricação de 1999. O processo foi deferido de acordo com a*
1332 *Resolução 83 do dia 13/11/2008, publicado no DOU em 21/11/2008, pelos seguintes motivos. Art.*
1333 *1º da Lei 4.917/1965: São isentos de impostos de importação e de consumo dos emolumentos*
1334 *consulares de taxa de despachante aduaneiro, de taxa de melhoramento dos portos e da renovação*
1335 *da marinha mercante, de despesas de armazenagem, de capatazes e de quaisquer outras*
1336 *contribuições fiscais os alimentos, de qualquer natureza, e outras utilidades adquiridas no exterior*
1337 *mediante doação pelas instituições em funcionamento no país que se dediquem à Assistência*
1338 *Social. A natureza e utilização dos bens a serem recebidos através de doação não têm aplicação na*
1339 *área da Assistência Social. Não atende o inciso primeiro, art. 3 da Resolução 173/2005,*
1340 *requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, constando*
1341 *endereço, CNPJ da instituição, bem como as seguintes informações: a) local de desembarque da*
1342 *mercadoria; b) estimativa do peso ou estimativa do valor financeiro dos bens em reais e dólar*
1343 *americano. Não foi apresentado o valor financeiro em real ou dólar americano. 5) a entidade*
1344 *ingressou com pedido de reconsideração do indeferimento dentro do prazo estabelecido pelo artigo*
1345 *45 da Resolução nº 53 de 31/07/2008, publicada no DOU em 12/08/2008. Regimento Interno do*
1346 *CNAS, conforme consulta feita ao SICNAS, ao ofício nº 325/2008, de 25/11/2008 – SPUB,*
1347 *comunicando o indeferimento, foi expedida em 21/11/2008, data da sua elaboração, e o AR*
1348 *recebido em 10/12/2008. É o relatório. Fundamentação. A entidade apresentou pedido de*
1349 *reconsideração encaminhando os seguintes documentos: requerimento contendo várias planilhas*
1350 *de atendimentos realizados no exercício de 2007-2007, realizados nos setores ambulatorios, e*
1351 *internação através do SUS; outros convênios particulares, inteiramente gratuita em obstetrícia,*
1352 *cirurgias, neonatologia, clínica médica, conforme folhas 2/6. 1.2. Declaração de fls. Expedida pelo*
1353 *CMAS de Quixadá, Ceará, de que a entidade encontra-se inscrita naquele Conselho. 1.3. Certidão*
1354 *expedida pelo CNAS em 2008, fls. 8 e 9. Atestado de funcionamento expedido pela Secretaria de*
1355 *Ação Social, fls. 10. 1.5. Duas folhas contendo, no verso, cópia de ofício comunicando o*

1356 *indeferimento de manifestação sobre a isenção do imposto de importação, e no anverso*
1357 *informações sobre anteprojeto de pesquisas, financiamento de cursos, calendário para inscrição de*
1358 *mestrado, documentos não pertinentes ao processo. 1.6. Relatório de atividades do exercício de*
1359 *2007, fls. 14. 1.7. Continuação do requerimento de fls. 15/20, com início apresentado às fls. 1. 1.8.*
1360 *Relatório de atividade do exercício de 2008. Fls. 21/29. Publicações sobre o trabalho do hospital e*
1361 *folders, fls. 30/48. Documentos encaminhados que estão de acordo com a Resolução CNAS nº*
1362 *173/2005. A informação sobre o valor financeiro da mercadoria a ser recebida como doação em*
1363 *dólar ou real foi atendida no requerimento de fls. 15. Em contra-argumentação à decisão do CNAS*
1364 *pelo indeferimento do processo 71010.00505/2009-40, a entidade apresentou a seguinte*
1365 *justificativa, fls. 15 e 20: “Conforme respeitável decisão do CNAS, publicada no DOU em*
1366 *21/11/2008, os produtos estão relacionados nas doações recebidas, foram tidos como desprovidos*
1367 *de aplicação na Assistência Social. Embora se compreenda a denegação como fruto de*
1368 *entendimento do referido Conselho, a decisão deve ser revista e modificada em face dos*
1369 *esclarecimentos e provas aqui aduzidas. O presente recurso vem mostrar, de modo direto e cabal,*
1370 *que todos os bens, objeto da presente postulação, são, de fato, destinados à relevantes serviços*
1371 *prestados em caráter de Assistência Social, prestada à toda população da região central do estado*
1372 *do Ceará, onde se situa a entidade recorrente. Em verdade, não interessa para efeito da Lei*
1373 *4917/65 ser o bem tipicamente de destinação social ou não. O critério legal, de certo prende-se à*
1374 *análise da sua aplicabilidade, ou utilização prática em prol da Assistência Social, o que pode varia*
1375 *de acordo com o objeto das atividades sociais desempenhadas pela sociedade. Assim esta análise*
1376 *somente se reveste de equidade e justiça quando realizada de modo particular, à luz da realidade*
1377 *específica de cada entidade requerente. Por isto tanto é cabível quanto se faz necessário observar a*
1378 *realidade individual de cada projeto em consonância com as condições pontuais de*
1379 *aproveitamento, ainda que hipoteticamente, que esta recorrente deverá dar a cada um dos seus*
1380 *bens. Com efeito, não há objeto em cima da capacidade de dar a este objeto uma atividade de*
1381 *Assistência Social que pode dirimir a satisfação dos termos normativos, e da vontade colimada*
1382 *pelo Legislativo ao art. 1 da Lei nº 4917/65. Uma vez apresentado o projeto de ampliação e*
1383 *melhoramento de atendimento prestado pela entidade, não restou devidamente eximida a situação*
1384 *estrutural, atualmente vivenciada pela entidade recorrente. Assim, a simples leitura do projeto sem*
1385 *a visualização do espaço físico disponível e do vasto trabalho realizado não torna devidamente*
1386 *possível a atividade exata que os bens doados terão. Ressalta-se inclusive a relevância do aspecto*
1387 *visual da obra social aqui retratada, sendo certo afirmar que tal aspecto conferem maior margem*
1388 *de certeza a este Conselho sobre onde e como se dará, na prática, a utilização de cada objeto*
1389 *recebido através da prestimosa doação aqui aludida. A entidade interessada, requerente, possui em*
1390 *sua estrutura um verdadeiro centro de apoio à mulheres carentes em fase de gestação, núcleo este*
1391 *denominado casa da gestante. Uma das mais significativas atividades deste empreendimento social*
1392 *é a coleta do leite materno para a formação de um banco de leite, estoque de reserva, capaz de*
1393 *armazenar o precioso leite e assegurar o combate à desnutrição infantil. Seria desnecessário*
1394 *discorrer sobre a riqueza nutritiva e profilática do leite materno, em conseqüente redução dos*
1395 *índices de mortalidade e de neonatos a partir desta iniciativa. o veículo automotor Hyundai*
1396 *Gallopper e a amassadeira de pão inclusos entre os objetos doados possuem fundamental*
1397 *importância neste contexto, no que tange à busca de leite para armazenamento e coleta*
1398 *programada e regular, como também na produção de alimentos para a gestante que fica*
1399 *temporariamente sendo alimentada dentro da unidade. O clima marcado por altas temperaturas e*
1400 *a evidente carência do correto armazenamento da água reforça a tese de que o cultivo de*
1401 *alimentos, a limpeza e a pureza da água em procedimentos médicos são essenciais para um*
1402 *hospital maternidade desta natureza. As fotografias das cisternas das laterais do hospital e as suas*

1403 laterais, permitem mais detalhada variação da aplicabilidade na Assistência Social, e aparelhos
1404 como o depurador de água, e bom uso da água. Tais objetos parecem não possuir aplicação direta
1405 na área da Assistência Social, entretanto esta exposição de áreas fotografadas nos arredores da
1406 área da casa do gestante, como plantação, reduzem custos de produção de alimentos e manutenção
1407 de água depuradas para o uso em procedimentos de saúde nas gestantes assistidas. Certamente vai
1408 representar a garantia da nutrição e saúde para muitos carentes, mães e filhos atendidos pela
1409 entidade que podem advir do uso da betoneira, do trator e do compressor de ar. Estes últimos estão
1410 diretamente relacionados ao bombeamento de água, nos locais de armazenamento e da
1411 distribuição da água para produção de alimentos. Aliado a tudo isto deve se acrescentar que a
1412 entidade requerente é verdadeira referência no campo da Assistência Social aplicado à saúde, no
1413 estado do Ceará, portanto, não há como desvincular o uso dos bens almejados na doação em
1414 comento na Assistência Social. A destinação de cada objeto se mostra única e inevitável em face
1415 das atividades desempenhadas, e do contexto visual que agora é exibido, demonstrado no presente
1416 pedido. Tem-se a consciência de que a primeira decisão respeitada em todos os seus termos
1417 certamente será revista, pois provas ora acostadas são capazes de indicar que cada objeto doado
1418 se coaduna com a finalidade exclusiva da Assistência Social, caso da gestão e atendimento
1419 hospitalar. Parecer de enquadramento e de aplicação dos bens. A requerente apresentou
1420 justificativa da aplicação dos bens nas folhas 15 e 19, a serem importados serão utilizados e
1421 empregados na casa da gestante, em atendimentos hospitalares sendo os relatados abaixo.
1422 Justificativa apresentada quanto ao outro depurador e bomba de água: melhoria da qualidade do
1423 leite materno para a formação do banco de leite, o estoque reserva, maior produção de alimento
1424 para a gestante que fica temporariamente na casa, melhor qualidade de armazenamento da água e
1425 melhor qualidade da água e seu bom uso. Justificativa apresentada quanto ao uso do carro
1426 Hyundai: atividade de coleta do leite materno. Justificativa apresentada quanto ao uso da
1427 amassadeira de pão: a produção de alimentos, também na fl. 17, quanto aos demais bens a serem
1428 importados, como betoneira, compressão de água, trator, empilhadeira de óleo, não apresentou
1429 justificativa nem estabeleceu co-relação entre estes bens e a aplicação na área da Assistência
1430 Social. Diante da análise dos documentos apresentados quanto à natureza e finalidade dos bens a
1431 serem importados, não estão de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e
1432 quanto ao caráter da entidade casa da gestante, não se enquadra nos parâmetros definidos nos
1433 Decretos 6.308/2007. Conclusão: com base na análise dos documentos acostados aos autos
1434 conclui-se que o caráter e a finalidade dos bens a serem recebidos por importação e importados,
1435 não estão de acordo com a legislação em vigor. Por esta razão o serviço de registro e certificado
1436 sugere ao colegiado do Conselho Nacional de Assistência Social o indeferimento do pedido de
1437 reconsideração apresentado pela entidade Sociedade Quixadaense de Proteção e Assistência à
1438 Maternidade e à Infância, por esta não atender aos requisitos previstos na Lei 4917/1965. O art. 1º
1439 da Lei 4.917/1965. São isentos de impostos de importação e de consumo dos emolumentos
1440 consulares de taxa de despachante aduaneiro, de taxa de melhoramento dos portos e da renovação
1441 da marinha mercante, de despesas de armazenagem, de capatazes e de quaisquer outras
1442 contribuições fiscais os alimentos, de qualquer natureza, e outras utilidades adquiridas no exterior
1443 mediante doação pelas instituições em funcionamento no país que se dediquem à Assistência
1444 Social. A natureza e utilização dos bens a serem recebidos através de doação não têm aplicação na
1445 área da Assistência Social, conforme os parâmetros definidos pelo Decreto 6.308/2007. Ao serviço
1446 de publicação para o encaminhamento de distribuição ao Conselho e ao relator, conforme disposto
1447 na alínea item 5 da Norma de Procedimentos aprovada pela Resolução CNAS 204, de 20/09/2007.
1448 Brasília, 04 de fevereiro de 2009.” O Conselheiro Mizael observou que, embora não concordasse
1449 com a avaliação com relação à destinação dos bens, entendia efetivamente que i na justificativa e

1450 nas razões do pedido de reconsideração, a Entidade havia justificado a utilização dos bens, mas em
1451 função do enquadramento quando se analisava a natureza jurídica da Entidade e pelo Decreto 6.308,
1452 entendia que ficava prejudicado o recurso de reconsideração por esta razão, sendo seu voto nos
1453 termos do relatório no que concernia ao enquadramento da Entidade, pela natureza jurídica e pelo
1454 Decreto 6.308, votando pelo indeferimento. A senhora Presidente colocou em discussão. O
1455 Conselheiro Carlos, argumentou que, de acordo com o Decreto 6.308, a Entidade não se enquadrava
1456 na Assistência Social, destacando o ano da legislação e discorrendo sobre a evolução da Assistência
1457 Social. Que gostaria de questionar e pedir para que todos refletissem se, para além dos aspectos
1458 legais, seria moral indeferir a importação desses equipamentos e impedir o trabalho da Entidade,
1459 passando a citar um exemplo sobre a questão. Concluindo, destacou que concordava com o
1460 Conselheiro Mizael e que talvez legalmente não se conseguisse deferir esse processo, mas não
1461 podia deixar de manifestar a sua indignação ao ver um processo desse indeferido. A Conselheira
1462 Edna observou que a votação de um processo só poderia ser realizada dentro da legalidade,
1463 discorrendo sobre a Entidade e destacando que havia que ter tranquilidade de ver se realmente era
1464 de Assistência Social, ou se era de Saúde, competindo ao Ministério próprio. O Conselheiro Renato
1465 de Paula mencionou as posições colocadas, observando que a Entidade era referência no campo da
1466 Assistência Social aplicada à saúde, e que se fosse entender tudo como atuação social, se retornaria
1467 a um debate sobre o qual já havia um entendimento no Conselho. O Conselheiro José Geraldo
1468 manifestou-se contemplado em parte, observando já ter ser conversado com relação ao processo de
1469 importação, da necessidade de se ter dimensão do que se abria como receita para a Receita Federal,
1470 sobre o que estava sendo concedido a mais para a área de Assistência Social quando os processos
1471 eram deferidos. A Conselheira Marisa referiu-se ao citado no processo, com a Entidade dando apoio
1472 às mulheres carentes em fase de gestação, o que era Assistência Social, devendo ter registro de fotos
1473 com relação à área física, observando que havia um conjunto de atividades nesse local que
1474 precisava desses equipamentos. A Conselheira Dolores voltou a colocar o ponto básico que se
1475 estava esquecendo sobre o Usuário na ponta do serviço, podendo-se considerar que esses
1476 instrumentos estavam constituindo uma economia solidária, discorrendo sobre os serviços prestados
1477 pela Entidade. Que faltava regular o processo no sentido de estar devolvendo e verificando qual era
1478 a posição do Conselho Municipal de Assistência Social, colocando a legislação existente sobre a
1479 matéria e destacando a necessidade de reformulação de legislações e resoluções. Discorreu sobre o
1480 tempo que o processo havia ficado arquivado, que se fossem honestos com a população se
1481 devolveria imediatamente com o indeferimento, observando que a Entidade coletaria o recurso para
1482 pagar o imposto devido. O Conselheiro Geraldo, concordou com as colocações da Conselheira
1483 Dolores, mas sendo necessário que os novos Membros e os senhores convidados, entendessem o
1484 quanto era difícil esse processo cartorial, discorrendo sobre a questão. Destacou que seria até
1485 interessante que a Receita Federal pudesse apreciar o processo e cobrar da Entidade o imposto, mas
1486 não inibir o recebimento da doação de equipamentos que eram muito mais caros do que as taxas.
1487 Que era desgastante gastar tempo com argumentação sem sequer entrar na votação, sendo
1488 necessário vencer esse processo, inclusive na parte legal. O Conselheiro Clodoaldo concordou com
1489 as falas, discorrendo sobre a situação e que caberia ao Conselho fazer propostas de legislação,
1490 indagando se não era competência do Conselho porque seguiam encaminhando os processos,
1491 devendo se propor mudanças. A Conselheira Edna solicitou registro na primeira manifestação,
1492 quanto à qualidade do parecer que havia sido apresentado, parabenizando a Secretária Executiva e a
1493 sua equipe, a Coordenação de Normas, ao Serviço de Publicação ao Serviço de Registro e Análise
1494 pela melhoria que deu para sentir nesse documento. Que também gostaria de deixar registrado que
1495 não tinha nada contra Entidade de Assistência Social, com o julgamento sendo feito considerando o
1496 aspecto legal. Que se tivessem a clareza de que se precisava propor uma mudança na legislação em

1497 que ela estava, se deveria sentar e cumprir essa tarefa do Conselho. A Conselheira Dolores,
1498 dirigindo-se à Conselheira Edna colocou algumas dúvidas que possuía com relação aos processos,
1499 sendo esclarecida pela Conselheira. A senhora Presidente observou que o debate sobre legislação
1500 poderia ser feito posteriormente pela Comissão de Normas. Destacou que foram colocadas duas
1501 questões, primeiro, encontrando ser uma questão central, que era o conceito de Assistência Social;
1502 e, segundo, a questão de legislação, encaminhando à votação. O Conselheiro Mizael concordou com
1503 várias ponderações, não discutindo a aplicação dos bens que estava justificada, que entendia não se
1504 poder ignorar a legislação, e de acordo com o seu entendimento, nesse caso, a legislação impedia de
1505 deferir essa questão. Encontrava que havia uma pequena confusão quando se tratava de
1506 manifestação e de certificação, votando pelo indeferimento. A senhora Presidente continuou com o
1507 processo de votação: Conselheiro Carlos. Conselheiro Carlos Ferrari: “Presidente, eu quero
1508 qualificar meu voto! Eu voto pelo deferimento, levando em conta o entendimento histórico do que é
1509 a Assistência Social neste país. O surgimento de um Decreto não pode jogar por terra um
1510 entendimento histórico e um trabalho construído por anos! Então eu voto pelo deferimento”;
1511 Conselheiro Edivaldo: “Eu voto com o relator”; Conselheiro Geraldo: “Eu me abstenho”;
1512 Conselheira Edna: “Eu voto com o relator pelo indeferimento”; Conselheira Valdete: “Com o
1513 relator, pelo indeferimento”; Conselheiro Charles: “Abstenção”; Conselheiro Frederico: “Com o
1514 relator”; Conselheira Heloísa: “Com o relator”; Conselheira Dolores: “Eu me abstenho e qualifico
1515 o motivo da abstenção, que é por este Conselho necessita discutir e se debruçar sobre o tema”;
1516 Conselheiro Renato de Paula: “Com o relator”; Conselheira Renata: “Eu me abstenho”; Conselheiro
1517 José Crus: “Com o relator pelo indeferimento”; Conselheira Verônica: “Com o relator”;
1518 Conselheiro Pessinatti: “Eu me abstenho”; Conselheiro Renato Saidel: “Eu me abstenho”;
1519 Conselheiro José Geraldo: “Com o relator pelo indeferimento”. A Secretária Executiva informou
1520 haver dez votos pelo indeferimento, seis votos de abstenções, e um deferimento. O Conselheiro
1521 Geraldo, considerando a existência de leis contraditórias, sugeriu que nos outros processos a serem
1522 julgados, não se entrasse nesse mérito, prendendo-se somente à fundamentação dada para que se
1523 pudesse julgar. A Secretária Executiva informou que esse processo estava arquivado e,
1524 considerando que os processos de importação eram prioridade no Conselho, sendo do final de dois
1525 mil e oito e julgado nesse ano em primeira instância, em grau de reconsideração. A Conselheira
1526 Dolores, referindo-se ao tempo que os containers ficavam no porto, solicitou à Conselheira Edna
1527 que, como um exemplo nesse processo, trouxesse todos os cálculos e taxas e impedimentos
1528 aduaneiros que o país estava tendo de assumir, discorrendo sobre o entrave da burocracia brasileira.
1529 O Conselheiro José Crus, além das colocações feitas pela Conselheira Dolores, observou ser muito
1530 importante se ter conhecimento desses valores, considerando que a União abria mão dos mesmos
1531 para a Assistência Social. O Conselheiro Edivaldo, em contraponto à fala do Conselheiro José
1532 Geraldo, observou que havia que colocar o quanto a Nação ganharia pelo serviço prestado.
1533 Prosseguindo, a senhora Presidente passou ao segundo processo, relatado pela Conselheira Renata:
1534 “*Processo nº 71010.006074/2008-44. Assunto: Reconsideração de importação. Requerente:*
1535 *inspetoria Nossa Senhora da Penha. CNPJ: 31380322/0001-37. Área de atuação: educação.*
1536 *Endereço: Rua Alberto de Cerqueira, Tijuca, Rio de Janeiro, CEP.: 20260-860. Relatório: trata-se*
1537 *de pedido de reconsideração do indeferimento da manifestação sobre a natureza do bem a ser*
1538 *importado, e a habilitação da entidade, protocolado em 08/05/2008, indeferido através da*
1539 *Resolução 33 de 21/02/2008, publicada no Diário Oficial da União em 28/02/2008, formulado pela*
1540 *entidade através do processo número 71010.002561/2007-57. O bem recebido é procedente da*
1541 *Itália, doado pela Sociedade Italiana Arte Sacra S.R.L.L, com sede na Via Ápia Nueva, 23, km.*
1542 *19400-00040, Fratoquim. Com estimativa de peso de vinte e sete quilos, valor financeiro estimado*
1543 *em 1.693,50 Euros. Trata-se de uma estátua de Nossa Senhora Auxiliadora, em resina, medindo*

1544 150 centímetros que, de acordo com a Declaração apresentada no processo original, será
1545 destinada à sede da entidade. No processo de reconsideração apresenta o instrumento particular
1546 de cesso onerosa da imagem sacra realizada entre o cedente e o Centro Educacional Nossa
1547 Senhora Auxiliadora, cessionária, fls. 05/08. Este documento não foi apresentado anteriormente. A
1548 entidade ingressou com o pedido de reconsideração dentro do prazo legal. É o relatório.
1549 Fundamentação. A entidade supramencionada protocolou em 23/10/2007 o pedido de manifestação
1550 de isenção do imposto de importação para doação de uma imagem de Nossa Senhora Auxiliadora,
1551 em resina, medindo 150 centímetros, com o peso de 27 quilos, no valor de 1693,50 Euros. O
1552 Processo foi protocolizado com os seguintes documentos: requerimento fora dos padrões adotados;
1553 carta de doação sem o visto do consulado do país de origem da doação, nem tradução para a
1554 língua portuguesa; cópia da certidão expedida pelo CNAS, documento desnecessário; fluxo da
1555 importação, documentos desnecessários. Processo baixado em diligência com ofício nº 2973 de
1556 25/10/2007, conforme folha sete, solicitando os documentos exigidos pela Resolução 73/2005.
1557 Requerimento dirigido ao Presidente do Conselho, cópia autenticada do estatuto, cópia da ata de
1558 eleição dos membros da atual diretoria registrado em cartório de registro civil das pessoas
1559 jurídicas; plano de aplicação detalhado da mercadoria a ser recebida; cópia do documento de
1560 inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda; Declaração firmada pelo dirigente da entidade de
1561 que os bens a serem recebidos destinam-se ao uso próprio, com distribuição gratuita; relação dos
1562 bens a serem recebidos como doação, cópia autenticado da carta de doação, com visto do
1563 consulado do país de origem da doação, acompanhada de tradução para a língua portuguesa.
1564 Ficou esclarecido neste mesmo ofício que o CNAS somente pode se manifestar sobre material de
1565 aplicação direta na área de Assistência Social, e o Pleito se referia a artigo religioso. Para
1566 orientação da entidade foi encaminhada toda a legislação utilizada pelo CNAS para análise dos
1567 pedidos de isenção do imposto de importação. Em 27/12/2007 a entidade encaminhou documentos
1568 em atendimento à diligência, tendo sido os mesmos anexados ao processo em 14/01/2008, folhas
1569 09/30. O pedido de enquadramento aduaneiro foi indeferido em 21/02/2008, sobre a seguinte
1570 alegação: por não tratar-se de material de aplicação direta na Assistência Social, não cabendo ao
1571 CNAS deliberar sobre esta matéria. Face ao indeferimento a entidade protocolou pedido de
1572 reconsideração em 08/05/2008. As alegações apresentadas pela entidade: inconformada com a
1573 decisão de indeferimento, a entidade interpôs pedido de reconsideração, fls. 2/8, alegando que a
1574 finalidade estatutária da instituição é a Assistência Social. A finalidade estatutária da instituição é
1575 a Assistência Social em diversos níveis, conforme o artigo segundo de seu estatuto. Recebeu por
1576 doação uma imagem sacra enviada de Roma, conforme documentação competente, e que
1577 complementou toda a documentação exigida para atendimento do pleito. Sobre a alegação da
1578 inexistência denexo causal entre a finalidade da instituição e o bem doado, esclarece que a
1579 referida imagem sacra será destinada à instituição co-irmã da mesma congregação da Donatária,
1580 de Roma, bem como da cedente, restando a contraprestação financeira. Os valores atribuídos à
1581 suplicante serão aplicados por esta obrigatoriamente em um determinado projeto social por ela
1582 desenvolvido, tendo como destinatários os beneficiários previstos na LOAS e na Legislação própria
1583 do CNAS. Solicitou ainda que se reconsidere a manifestação contrária do CNAS, materializada
1584 pela Resolução 33/2008, no sentido de deferir o pedido de manifestação uma vez que o bem
1585 recebido se destina aos objetivos previstos na LOAS. Parecer de enquadramento. A justificativa de
1586 que a entidade é de Assistência Social, e que o bem portado será utilizado precipuamente em
1587 Assistência Social não tem embasamento jurídico. No ofício de diligência nº 2973/2007 de
1588 25/10/2007, a entidade foi informada que o CNAS somente poderia se manifestar em material de
1589 aplicação direta na Assistência Social, e que o pleito se referia a artigo religioso, sendo ainda
1590 anexada à Resolução 173/2005 para a sua orientação. De acordo com as fls. 05/08, foi

1591 *apresentado um instrumento particular de cessão onerosa de imagem sacra sobre a inspetoria*
1592 *Nossa Senhora da Penha, sede ao Centro Educacional Nossa Senhora Auxiliadora, por um período*
1593 *de vinte anos. A imagem sacra, mediante a contraprestação pecuniária no valor de 4300,00 reais*
1594 *pagas em três parcelas, quantia esta que será aplicada no projeto “Crescendo Juntos”,*
1595 *desenvolvido na cidade de Belfort Roxo, RJ. Este documento não constou nem foi mencionado no*
1596 *pedido inicial. De acordo com o inciso cinco do artigo terceiro da Resolução 173/2005, os bens*
1597 *recebidos como doação não poderão ser comercializados nem transferidos à terceiros com objetivo*
1598 *de comercialização. Conclusão. Com base na análise dos documentos apresentados nos autos,*
1599 *conclui-se que se trata de entidade educacional, e a natureza do bem a ser importado, bem como*
1600 *seu destino, não estão de acordo com a legislação em vigor. Por esta razão, o serviço de registro e*
1601 *certificado sugerem a este conselho manter o indeferimento do pedido de reconsideração da*
1602 *Inspetoria Nossa Senhora da Penha por não atender aos requisitos previstos na Lei nº 4917/1965,*
1603 *artigo 3º da Lei 8742/1993, LOAS, e da Resolução CNAS 173/2005, art. 5º da Lei 4.917/1965. “Os*
1604 *alimentos de qualquer natureza, bem como outras utilidades entrados no país na forma desta lei*
1605 *somente poderão ser utilizados na Assistência Social observadas as normas gerais da legislação*
1606 *que rege a espécie, ficando vedada qualquer outra destinação sobre penas da Lei. Por não atender*
1607 *ao inciso 5º, artigo terceiro da Resolução 173/2005, os bens recebidos como doação destinam-se a*
1608 *uso próprio, ou distribuição gratuita, vedada a sua comercialização ou transferência para*
1609 *terceiros com objetivo de comercialização. Ao serviço de publicação para encaminhar e distribuir*
1610 *ao Conselheiro relator, conforme disposto no item 5.1 da tramitação de processos administrativos,*
1611 *alíneas C e D do manual de procedimentos apresentado pela Resolução CNAS 174 de 20/09/2007.*
1612 *Brasília, 30/10/2008”. Concluindo, a Conselheira Renata votou pelo indeferimento. Colocando em*
1613 *discussão, a senhora Presidente passou ao Conselheiro José Geraldo que solicitou esclarecimentos à*
1614 *Secretaria Executiva sobre o uso da burocracia em um processo ativo, pró-ativo, com a solicitação*
1615 *de uma série de documentos para a Instituição, sabendo de antemão que seria indeferido, indagando*
1616 *como se poderia usar a burocracia pró ativamente para isso nem vir a julgamento. A Conselheira*
1617 *Edna informou que infelizmente eles não podiam ser arquivados de ofício, tendo que ser analisado*
1618 *por decisão colegiada. A Secretária Executiva dando razão ao colocado pelo Conselheiro José*
1619 *Geraldo, informou que orientaria a equipe técnica em relação a diligências neste caso. O*
1620 *Conselheiro José Geraldo colocou em votação, esclarecendo que o colocado ao final deveria ser*
1621 *“pelo indeferimento da reconsideração”, o que, segundo a senhora Presidente, após concordância de*
1622 *todos, sairia na publicação, solicitando à Secretária Executiva a condução desse processo, que*
1623 *registrou a chegada da Conselheira Rose, Representante Titular do Ministério da Previdência, que*
1624 *passaria a votar. Conselheiro Pessinatti: “Voto com a relatora pelo indeferimento”; Conselheiro*
1625 *José Geraldo: “Com o relator, pelo indeferimento”; Conselheira Verônica: “Com a relatora, pelo*
1626 *indeferimento”; Conselheiro José Crus: “Com a relatora, pelo indeferimento”; Conselheiro Renato*
1627 *de Paula: “Com a relatora”; Conselheira Maria Dolores: “Com a relatora”; Conselheira Heloísa:*
1628 *“Com a relatora”; Conselheiro Frederico: “Com a relatora, pelo indeferimento”; Conselheiro*
1629 *Charles: “Com a relatora”; Conselheiro Mizael: “Com a relatora, pelo indeferimento”; Conselheira*
1630 *Valdete: “Com a relatora pelo indeferimento”; Conselheira Edna: “Com a relatora pelo*
1631 *indeferimento”; Conselheiro Geraldo: “Com a relatora pelo indeferimento”; Conselheira Rose:*
1632 *“Com a relatora, pelo indeferimento”; Conselheiro Edivaldo: “Com a relatora, pelo indeferimento”;*
1633 *Conselheiro Renato Saidel: “Me abstenho”; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari: “Com a relatora,*
1634 *pelo indeferimento”. A senhora Presidente computou dezessete votos pelo indeferimento e uma*
1635 *abstenção. Ato contínuo, passou a reatoria do próximo processo para o Conselheiro Frederico:*
1636 *“Parecer Técnico 0078/2008. Processo 71010.008328/2008-69. Assunto. Reconsideração de*
1637 *importação. Requerente, Cáritas Brasileira – CPNJ 33654419/0001-16, atuação: Assistência*

1638 *Social. Endereço completo, SDS, Bloco "P", Edifício Venâncio 3, sala 419, cidade, Brasília-DF,*
1639 *CEP: 70393-092. Relatório. Trata-se de pedido de reconsideração do indeferimento de*
1640 *manifestação sobre a natureza do bem a ser importado e habilitação da entidade, constando da*
1641 *Resolução nº 62 de 10/09/2008, publicada no DOU de 18/09/2008, formulado pela entidade acima*
1642 *descrita, através do processo 71010.000119/2008-77. 2. Os bens a serem recebidos são*
1643 *procedentes da Suíça, doados pela Cáritas Suíça, com peso estimado em 9.578 Quilogramas, e*
1644 *valor financeiro estimado em 2350 Francos Suíços, a ser desembarcado no Porto de Pecén, Ceará.*
1645 *Os bens a serem recebidos como doação compõe-se por 131 fardos de roupas usadas para*
1646 *vestuário; 72 fardos de roupas usadas para casa, cama e banho; 32 caixas de sapatos usados. De*
1647 *acordo com a declaração apresentada no processo inicial, folha dois, os bens seriam destinados às*
1648 *ações junto às populações carentes da cidade de Fortaleza, e interior do estado do Ceará. No*
1649 *plano de aplicação constante das fls. 13, informa-se que as roupas utilizadas para vestuário e*
1650 *demais, feitos pela Cáritas Suíça, beneficiarão 4320 pessoas, sendo idosos em asilos, crianças em*
1651 *creches e orfanatos, grupos de mulheres, sem terra, desempregados, eventuais vítimas de*
1652 *catástrofes naturais, população de rua e grupos comunitários diversos na cidade de Fortaleza-CE*
1653 *e interior do estado do ceará, através das paróquias daquela localidade mencionando vinte*
1654 *paróquias. 4. O processo foi indeferido pela Resolução nº 62 de 10/09/2008, publicada no Diário*
1655 *Oficial da União de 18/09/2008, motivado. A) Inciso um do artigo 3 da resolução 173/2005. Não*
1656 *apresentou o valor financeiro estimado dos bens, expresso em real, e dólar americano. B)*
1657 *Parágrafo Único do artigo 3 da Resolução 173/2005. Não apresentou a declaração de destinação*
1658 *dos bens, indicação de nome e endereço dos estabelecimentos mantidos que receberão os bens.*
1659 *Fundamentação. A Entidade supramencionada protocolou em 31/02/2008, pedido de manifestação*
1660 *de isenção do imposto de importação para o recebimento de uma doação de roupas. Roupas de*
1661 *cama, de casa, de banho, usadas e sapatos usados, procedentes da Suíça, pesando 9.578*
1662 *quilogramas. O valor financeiro estimado em 2.350 Francos Suíços. O processo foi protocolizado*
1663 *com os seguintes documentos: Requerimento dirigido ao Presidente do CNAS, fl. 01; declaração, fl.*
1664 *02; Plano de Aplicação, fl. 03; relação de bens, fl. 04; carta de doação com fatura pró-forma, fl. 06*
1665 *e 08; termo de nomeação da diretoria executiva nacional, 09; ata da assembléia geral, fls. 10/23;*
1666 *ata de posse da diretoria do exercício 2007/2008, fl. 14, CNPJ fl. 15; estatuto, fls. 16/23. O*
1667 *processo analisado em 28/07/2008 foi indeferido pela Resolução nº 62 de 10/09/2008, publicada no*
1668 *DOU de 18/09/2008, sessão um, folha 109, comprovante de folha 32. O pedido de enquadramento*
1669 *aduaneiro foi indeferido sobre a seguinte alegação: a) Inciso um do artigo terceiro da Resolução*
1670 *173/2005, não apresentou o valor financeiro estimado dos bens expresso em real ou dólar*
1671 *americano. B) Parágrafo Único do artigo terceiro da Resolução nº 173/2005, não apresentou a*
1672 *declaração de bens, indicação do nome e endereço dos estabelecimentos mantidos que receberão*
1673 *os bens importados. Expedido ofício CNAS nº 294 de 18/10/2008, comunicando o indeferimento do*
1674 *pedido. Face ao indeferimento a entidade protocolou pedido de reconsideração em 07/10/2008,*
1675 *período anterior à expedição do ofício CNAS, emitido em 18/09/2008, tendo em vista ter tomado*
1676 *conhecimento do indeferimento do pedido pelo Diário Oficial da União. Das alegações*
1677 *apresentadas pela entidade. Solicitou a reconsideração da análise do processo de referência,*
1678 *apresentando as seguintes informações: 3.1. Se mantido o valor financeiro apresentado na fatura,*
1679 *pró-forma, 2350 Francos Suíços, encaminhado par ao real, conforme o resultado da conversão do*
1680 *Banco do Brasil, pela cotação gravada na fatura pró-forma, é de 3713 reais e 75 centavos, anexo*
1681 *fl. 08. 3.2. Relação das mantidas com a Cáritas, que justamente com a Cáritas arquidiocesana de*
1682 *Fortaleza vão às comunidades para a distribuição dos bens recebidos como doação, a partir da*
1683 *identificação de suas necessidades feitas em conjunto com a paróquia, conforme folhas cinco e*
1684 *sete. Deverão ser atendidas dezessete comunidades, localizadas na cidade de Fortaleza,*

1685 *beneficiando 3.884 pessoas, dos Municípios de Xorózinho, Mungu, Arassoiaba, atendendo 4.436*
1686 *pessoas, totalizando 4.320 pessoas. Parecer do enquadramento. Apresentou estimativa do valor*
1687 *financeiro dos bens apresentados na fatura, 2350 Francos Suíços, convertidos em real de acordo*
1688 *com o Banco Central do Brasil, em cotação de 07/01/2008, e o valor é de 3.713 reais, e setenta e*
1689 *cinco centavos, atendendo, desta maneira, o inc. I do artigo 3º da Resolução 173/2005, apresentar*
1690 *o valor financeiro estimado dos bens expressos em real ou dólar americano. Apresentou a relação*
1691 *das Cáritas arquidiocesanas que, juntamente com as Cáritas brasileiras, farão a distribuição das*
1692 *roupas a serem recebidas como doação, conforme descrito no item anterior, atendendo deste modo*
1693 *ao Parágrafo Único do artigo 3º da Resolução 173/2005, apresentando a declaração de destinação*
1694 *dos bens, nomes e endereços dos estabelecimentos mantidos que receberão os bens importados.*
1695 *Conclusão: com base na análise dos documentos apresentados nos autos, conclui-se que se trata de*
1696 *entidade de Assistência Social, e a natureza dos bens a serem importados, bem como seu destino,*
1697 *estão de acordo com a legislação em vigor. Por esta razão o serviço de registro e certificado*
1698 *sugere ao colegiado, ao Conselho Nacional de Assistência Social, o deferimento do pedido de*
1699 *reconsideração apresentado pela entidade Cáritas Brasileiras, por esta atender aos requisitos*
1700 *previstos na Lei 4917, de 1965, artigo terceiro da Lei nº 8.742/1993, Resolução nº 173/2005.*
1701 *Brasília, 31 de outubro de 2008”. Em não havendo discussão, a senhora Presidente passou à*
1702 *votação, justificando a ausência do Conselheiro Pessinatti: Conselheiro Frederico: “Meu voto é pelo*
1703 *deferimento”; Conselheiro Carlos Eduardo: “Com o relator pelo deferimento”; Conselheiro Renato*
1704 *Saidel: “Me abstenho”; Conselheiro Edivaldo: “Eu voto com o relator, pelo deferimento”;*
1705 *Conselheira Rose: “Eu voto com o relator”; Conselheiro Geraldo: “Com o relator, pelo*
1706 *deferimento”; Conselheira Edna: “Com o relator, pelo deferimento”; Conselheira Valdete: “Com o*
1707 *relator, pelo deferimento”; Conselheiro Mizael: “Voto com o relator pelo deferimento”; Conselheiro*
1708 *Charles: “Voto com o relator pelo deferimento”; Conselheira Heloísa: “Voto com o relator pelo*
1709 *deferimento”; Conselheira Maria Dolores: “Abstenção”; Conselheiro Renato de Paula: “Voto com o*
1710 *relator pelo deferimento”; Conselheira Renata: “Me abstenho”; Conselheiro José Crus: “oto com o*
1711 *relator pelo deferimento”; Conselheira Verônica: “Voto com o relator pelo deferimento”;*
1712 *Conselheiro José Geraldo: “Voto com o relator pelo deferimento”. A senhora Presidente informou*
1713 *que houveram catorze votos pelo deferimento, e três abstenções. Na sequência, passou ao processo*
1714 *a ser relatado pela Conselheira Rose: “Processo 71010.008401/2008-01. Assunto: Reconsideração*
1715 *de importação. Requerente: Cáritas Brasileira. Área de Atuação: Assistência Social. Endereço:*
1716 *SDS Bloco “B”, Edifício Venâncio 3, sala 410, Brasília-DF. Trata de pedido de reconsideração de*
1717 *indeferimento de manifestação sobre a natureza do bem a ser importado, e a habilitação da*
1718 *entidade constante da Resolução 62 de 10/09/2008, publicada no Diário Oficial de 19/09/2008*
1719 *formulado pela entidade acima descrita através do processo 71010.000118/2008-22. Os bens a*
1720 *serem recebidos são procedentes da Suíça, doados pela Cáritas Suíça, com peso estimado em 9843*
1721 *quilos, e valor financeiro estimado em Francos Suíços, em 2350, a ser desembarcado no porto de*
1722 *Salvador, Bahia. Os bens a serem recebidos como doação compõe-se de 184 fardos de roupas*
1723 *usadas para vestuário, 40 fardos de roupa para casa, cama e banho, usadas. 11 caixas de sapatos*
1724 *usados, totalizando 235 fardos e caixas. De acordo com a declaração apresentada no processo*
1725 *inicial, os bens serão destinados à ações junto às populações carentes da cidade de Belo Horizonte,*
1726 *Minas Gerais, e interior de estado de Minas Gerais. No plano de aplicação informa que as roupas*
1727 *usadas para vestuário, para a casa, cama e banho, e sapatos usados, feitos pela Cáritas Suíça,*
1728 *beneficiará 15.052 pessoas, sendo idosos em asilos, crianças em creches e orfanatos, grupos de*
1729 *mulheres, sem terras, desempregados e eventuais vítimas de catástrofes naturais, população de rua*
1730 *e grupos comunitários diversos na cidade de Belo Horizonte, e no interior do estado de Minas*
1731 *Gerais, através das onze paróquias daquelas localidades. O processo foi indeferido pela Resolução*

1732 62, motivado pela não apresentação das informações tais como o local de desembarque da
1733 mercadoria, estimativa de peso e estimativa do valor financeiro dos bens em real ou dólar
1734 americano, o valor financeiro foi apresentado em Euros, e não apresentou na declaração de
1735 destinação dos bens indicação de nomes e endereços dos estabelecimentos mantidos que receberão
1736 os bens importados. A Entidade protocolou em 31/01/2008 pedido de manifestação de isenção do
1737 imposto, e ele foi indeferido porque não cumpriu o artigo terceiro da Resolução 173, porque não
1738 apresentou na declaração de bens a indicação dos nomes e endereços dos estabelecimentos
1739 mantidos que receberão os bens importados. Face ao indeferimento a entidade protocolou pedido
1740 de reconsideração em 09/10/2008. As alegações apresentadas pela entidade. Solicitou a
1741 reconsideração na análise do processo em referência apresentando as seguintes informações:
1742 requerimento endereçado ao presidente do CNAS com estimativa do valor financeiro apresentada
1743 na fatura pró-forma de 2350 Francos Suíços, convertido em real conforme resultado da conversão
1744 do Banco do Brasil, pela cotação da data da fatura pró-forma 07/01/2008, é de R\$ 3713,75.
1745 Relação das mantidas das Cáritas Brasileiras que, juntamente com a Cáritas arquidiocesana e
1746 diocesana de Minas Gerais vão às comunidades para identificação de suas necessidades através de
1747 suas paróquias para posterior distribuição das roupas usadas, conforme folhas dois e três. Serão
1748 atendidas, através das Cáritas regionais de Minas Gerais, 13 comunidades localizadas na cidade
1749 de Mineiras, Belo Horizonte, Januário, Jequitinhonha, Araçoaí, Paracatu, Uberaba, Leopoldina,
1750 Boulevard, Diamantina, Janaúba, Montes Claros e Juiz de Fora. Com base na análise dos
1751 documentos apresentados no auto, concluiu-se que se trata de entidade de Assistência Social e a
1752 natureza do bem a ser importado bem como seu destino estão de acordo com a legislação em vigor.
1753 Por esta razão o serviço de registro e certificado sugere ao colegiado o deferimento do pedido de
1754 reconsideração apresentado pela entidade Cáritas Brasileira, por esta atender aos requisitos
1755 previstos na Lei 4.917 de 1965, artigo terceiro da Lei 8742/1993 e a Resolução 173/2005. ”. O
1756 Conselheiro Mizael ratificou as palavras da Conselheira Edna e cumprimentou a Coordenação de
1757 Normas e a Secretaria Executiva pela melhoria dos Relatórios. O Conselheiro José Geraldo sugeriu
1758 uma correção no parecer, de redação no item três, onde deveria constar “*comunidades localizadas*
1759 *nas cidades mineiras*”, com a senhora Presidente solicitando esse registro e passado à votação:
1760 Conselheira Rose: “Voto pelo deferimento”; Conselheiro Carlos Eduardo: “Voto com a relatora, pelo
1761 deferimento”; Conselheiro Renato Saidel: “Me abstenho”; Conselheiro Edivaldo: “Voto com a
1762 relatora, pelo deferimento”; Conselheiro Geraldo: “Voto com a relatora, pelo deferimento”;
1763 Conselheira Edna: “Eu me abstenho, tendo em vista que eu estava verificando outro assunto”;
1764 Conselheira Valdete: “Voto com a relatora, pelo deferimento”; Conselheiro Mizael: “Voto com a
1765 relatora, pelo deferimento”; Conselheiro Charles: “Voto com a relatora, pelo deferimento”;
1766 Conselheiro Frederico: “Voto com a relatora, pelo deferimento”; Conselheira Heloísa: “Voto com a
1767 relatora, pelo deferimento.”; Conselheira Maria Dolores: “Abstenção”; Conselheiro Renato de Paula:
1768 “Voto com a relatora, pelo deferimento”; Conselheira Renata: “Abstenção”; Conselheiro José Crus:
1769 “Voto com a relatora, pelo deferimento”; Conselheira Verônica: “Voto com a relatora, pelo
1770 deferimento”; Conselheiro José Geraldo: “Voto com a relatora, pelo deferimento”. A Secretária
1771 Executiva computou os votos, sendo treze votos pelo deferimento e quatro abstenções. Informou
1772 que a Conselheira Edna faria a distribuição de processos de importação para a próxima reunião, por
1773 não ter tido Reunião da Comissão de Normas, sendo feita na na Plenária. Relatou que os
1774 Conselheiros da Câmara dois, Conselheira Edna, Conselheiro Geraldo, Conselheiro José Geraldo,
1775 Conselheiro Charles, Conselheiro Mizael, e a Conselheira Renata, e os seus respectivos Suplentes,
1776 teriam a Câmara dois de julgamento na Plenária. A Conselheira Edna solicitou a a colaboração da
1777 Conselheira Verônica, para sortear o primeiro processo, que era do Instituto Adventista de Ensino;
1778 Obra Missionária Reobot Augusto Pestana Cidade, Rio Grande do Sul, Conselheiro Carlos Eduardo

1779 Ferrari; Associação Social Comunitária do Lajeado Juilson de Jesus, São Paulo, reconsideração
1780 sobre importação, Conselheira Heloísa; Associação Social Comunitária do Lajeado Juilson de
1781 Jesus, reconsideração, Conselheiro Renato Saidel; Entidade Ação Social Geuliense Nossa Senhora
1782 de Salete, Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul, José Geraldo; Associação Menonita Beneficente,
1783 Palmeiras, Paraná, Margareth Alves; Arco Associação Beneficente, São Paulo-SP, Conselheira
1784 Renata; Mitra da Diocese de Novo Hamburgo, Novo Hamburgo-RS, Conselheiro Mizael;
1785 Associação Norte Paraense de Reabilitação, Marimá, Paraná, Conselheira Edna; Sociedade Porto
1786 Alegrense de Auxílio aos Necessitados, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Conselheira Rose;
1787 Sociedade Cultural Recreativa e Beneficente São João Bosco, Passo Fundo, Rio Grande do Sul,
1788 Conselheiro Charles; Sociedade Bíblica do Brasil, Barueri, São Paulo, Conselheira Verônica;
1789 Missão Salesiana de Mato Grosso, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Padre Nivaldo; Associação
1790 Menonita Beneficente de Palmeira, Paraná, reconsideração; Centro Educacional da Juventude Padre
1791 João Pimar, Fortaleza, Ceará, Frederico; e, Associação Beneficente São Roque, Curitiba, Paraná,
1792 Geraldo. A Secretária Executiva passou a alguns esclarecimentos com relação aos impedimentos
1793 para relatar, citando o Regimento Interno do Conselho, artigo 39. Concluindo, observou que a
1794 atuação do Conselheiro legalmente impedido no processo acarretaria a nulidade do julgamento,
1795 solicitando aos integrantes da Comissão de Normas que assinassem a Planilha dos sorteios. A
1796 senhora Presidente observou que antes de passar à Câmara de Julgamento e os demais Membros se
1797 retirarem para a mesma iniciar seus trabalhos, gostaria de informar que no dia anterior havia sido
1798 enviado ao e-mail dos Conselheiros o convite para a Oficina sobre o Serviço de Proteção da Política
1799 de Assistência Social de Pessoas Idosas e com Deficiência, com a Cooperação Brasil-Espanha e que
1800 havia sido informado pela Secretária Ana Ligia no dia anterior e que os Conselheiros interessados
1801 em participar procurassem a Secretaria Executiva para os trâmites necessários. A Conselheira
1802 Dolores indagou se seria possível que aqueles processos que fossem de Entidades ligadas à
1803 Educação e Saúde não viessem à Plenária. A Secretária Executiva esclareceu que de acordo com o
1804 Regimento e a Legislação os processos tinham que ser julgados em Plenária, mesmo que fosse pelo
1805 indeferimento ou por outras razões, com todos os pedidos que chegavam ao CNAS tendo que ser
1806 protocolizados no caso de importação. Prosseguindo, a Conselheira Dolores colocou que, face à
1807 indefinição do conceito da Assistência que havia sido levantado se poderia solicitar à CONJUR um
1808 posicionamento sobre essa questão, se a importação não abrangia Entidades de Assistência e de
1809 Educação e Saúde. A Secretária Executiva destacou ser importante que esse assunto fosse pautado
1810 na Comissão de Normas. A Conselheira Dolores observou que sua intenção era deixar registrado
1811 que essa questão havia sido levantada em Plenária, com a Secretária Executiva observando que esse
1812 encaminhamento seria considerado para organizar o tema. **ENCERRAMENTO:** A senhora
1813 Presidente encerrou os trabalhos para o almoço, solicitando o retorno de todos às treze e trinta
1814 horas. Retomando os trabalhos, a senhora Presidente indagou ao Conselheiro José Geraldo sobre
1815 sua ausência na reunião da Comissão Organizadora na hora do almoço, que esclareceu no dia
1816 anterior ter sido aprovado na Plenária o seu comparecimento à reunião sobre recomposição do
1817 orçamento do MDS, mas que a mesma havia sido cancelada. Na sequência, a Secretária Executiva
1818 passou à conferência do quorum: Conselheiros Titulares presentes: Conselheiro Carlos Eduardo;
1819 Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Margareth; Conselheira Edna; Conselheira Valdete;
1820 Conselheiro Charles; Conselheiro Renato de Paula; Conselheiro José Crus; Conselheiro Frederico;
1821 Conselheiro Geraldo; Conselheiro Pessinatti; Conselheiro José Geraldo; Conselheira Heloísa; e,
1822 Conselheira Edna. Conselheiros Suplentes presentes: Conselheiro Edivaldo; Conselheira Rosa;
1823 Conselheiro Clodoaldo; e, Conselheiro Sérgio. A senhora Presidente informou haver recebido um
1824 comunicado da Presidência da República e da Secretaria Geral, sobre capacitação para os
1825 Conselheiros sobre “Os mecanismos de Controle Social – uma visão crítica”, com o período de

1826 matrícula de vinte a trinta de abril, indicando o *site* e as demais informações. Prosseguindo, sugeriu
1827 **INVERSÃO DE PAUTA**, passando para **Relato da Comissão Organizadora da Reunião**
1828 **Ampliada**, e a seguir, informação da **Comissão Organizadora da VII Conferência**. O
1829 Conselheiro Geraldo indagou sobre o tempo destinado ao GT, com a senhora Presidente informando
1830 que os GTs seeriam a seguir, Relato da Comissão de Normas, outro Relato, e o Informe do GT da
1831 Composição do CNAS, e do GT da Denúncia. Informou que depois do Relato da Reunião Ampliada
1832 se trataria da distribuição dos Delegados para a VII Conferência, a Comissão de Normas, e depois
1833 os Grupos de Trabalho. O Conselheiro Pessinatti procedeu à leitura: “*Reunião da Presidência*
1834 *Ampliada, em 15 de abril, das dezoito às vinte horas. Conselheiros Valdete de Barros Martins,*
1835 *Presidente, Frederico Jorge de Souza Leite, da política, Margareth Alves Dallaruvera, dos*
1836 *Conselhos, e Edna Aparecida Allegro, Coordenadora da Comissão de Normas. Ausências*
1837 *Justificadas: Conselheiro Nivaldo Luiz Pessinatti. Apoio, Cláudia Sabóia, Liliane e Silvane Souza.*
1838 *Proposta de pauta para a reunião de maio. No dia doze, das nove às doze, reunião da Comissão de*
1839 *Conselhos, das 14 as 18, política, financiamento e normas. Das 18 às 19, ampliada. No dia*
1840 *seguinte, dia 13, das nove às nove e quinze, aprovação da ata nº 166, depois, até as 9:45, os*
1841 *informes da Presidência, Secretaria Executiva, CIT, Conselhos, MDS e Conselheiros. 9:45 às*
1842 *12:30, apresentação da pesquisa realizada pela professora Aldaíza, sobre entidades mistas com*
1843 *certificando de entidade filantrópica de Assistência Social. Das 13:30 às 16, relato da Comissão da*
1844 *VII Conferência. De 16:30 às 17, temos relato sobre procedimentos e tratamentos de denúncias. De*
1845 *17 às 18, Plenária, com o julgamento de processos de importação. No dia 14, das nove às 10:30,*
1846 *relato das Comissões de Conselho, na seqüência a Comissão de Política, das 14:30 às 13, Câmaras*
1847 *de julgamento. Das 14 às 15:30, o relato da Comissão de Financiamento, em seguida, de normas, e*
1848 *das 17 às 18, o relato da presidência ampliada. Segundo ponto: avaliação da participação do*
1849 *CNAS nas reuniões descentralizadas dos estados. Verificou-se que há necessidade de indicação de*
1850 *representação nos conselhos, para as reuniões descentralizadas de Sergipe, que será realizada em*
1851 *28 e 29 de abril, e de ceará, a realizar-se nos dias 27 e 28 de abril. Foram discutidos alguns itens*
1852 *que devem possibilitar a avaliação das reuniões descentralizadas: a) o material de apresentações*
1853 *utilizado durante as reuniões descentralizadas, pelos Conselheiros. b) solicitar aos Conselhos*
1854 *Estaduais de Assistência Social, o envio do relatório das reuniões descentralizadas, contendo a*
1855 *programação, com painéis e painelistas, o número de municípios envolvidos, o número de*
1856 *participantes, inclusive com a avaliação dos resultados obtidos. A Coordenação de Conselhos de*
1857 *Sergipe fará a sistematização destes relatórios, e apresentará na reunião de junho. A Secretaria*
1858 *Executiva dos Conselhos. Informes: foram recebidos os relatórios da reunião ampliada do estado*
1859 *de Roraima, elaborados pela Conselheira Rosa Maria Ruthes, e da Reunião Ampliada do*
1860 *Município de Cataguazes, Minas Gerais, elaborado pelo Conselheiro Samuel Rodrigues. Os*
1861 *demais Conselheiros ainda não enviaram relatório de participação em reuniões descentralizadas.*
1862 *Recebemos apresentação em Power Point, elaborada pelo CEAS Mato Grosso do Sul, utilizado na*
1863 *reunião descentralizada do Mato Grosso do Sul. Terceiro, Auditoria da CGU, por recomendação*
1864 *do TCU. Foi informado que a partir de quinze de abril será realizada no CNAS auditoria da*
1865 *Controladoria Geral recomendada pelo Tribunal de Contas, que tem como estímulo o registro*
1866 *CEBAS e a renovação destes registros, julgados em 2008. Do universo de processos julgados e*
1867 *indeferidos, serão almejados de auditoria alguns destes, por amostragem indicada pela CGU. 4 –*
1868 *Alteração da Resolução sobre a inscrição de entidades nos Conselhos Municipais. Visando corrigir*
1869 *equivoco na publicação da Resolução 22/2008, que tem gerado diversas dúvidas e questões*
1870 *encaminhadas pelos Conselhos Municipais, a Presidência propõe a publicação da Resolução em*
1871 *Minuta anexa. 5- Parecer 192/2009, do Jurídico do MDS, sobre os procedimentos do CNAS após a*
1872 *rejeição da MP, cópia anexa da decisão judicial sobre a MP 446/2008. A conclusão do referido*

1873 *parecer: “com a rejeição da Medida Provisória 446/2008, a legislação anterior readquiriu*
1874 *eficácia, mas devem ser respeitadas as relações jurídicas estabelecidas na sua vigência. Isto*
1875 *implica reafirmar que os atos praticados com fundamento no texto rejeitado continuam a produzir*
1876 *efeitos, até que sobrevenha o Decreto Legislativo estabelecendo disciplina diversa. Caso o*
1877 *Congresso Nacional não exerça esta atribuição, as relações jurídicas estabelecidas durante a*
1878 *vigência da MP, permanecerão por elas disciplinadas. B) A matéria a ser tratada em eventual*
1879 *Decreto Legislativo, limitar-se-á a disciplina das relações jurídicas estabelecidas durante a*
1880 *vigência da MP, portanto não poderá alterar a competência conferida ao CNAS pela LOAS. c)*
1881 *Uma vez rejeitada a MP 446/2008, a competência distribuída aos Ministérios da Educação, Saúde*
1882 *e Desenvolvimento, retornam ao CNAS, inclusive para análise dos processos formalizados perante*
1883 *os tais Ministérios, durante a vigência da referida Medida Provisória. A Comissão de Normas se*
1884 *reunirá para discutir e apresentar proposta de procedimento e providências para análise dos*
1885 *processos, considerando o acordo no TCU, e a auditoria realizada pela CGU em 2008. Aí temos o*
1886 *parecer, não é, e a Resolução que podemos ler, só para informação. É a última página, a Minuta*
1887 *da Proposta de Resolução. Resolução sem número, de 16 de abril de 2009, que revoga as*
1888 *Resoluções do CNAS de nº 96/2008 e 22/2009, bem como restabelece na íntegra o anexo da*
1889 *Resolução CNAS de 2005. O Conselho Nacional de Assistência Social, no uso da competência que*
1890 *lhe confere o art. 18 da lei 8.642, de 07 de dezembro de 1993 – LOAS. Considerando que a Câmara*
1891 *dos Deputados, em 10/02/2009, rejeitou a MP 446 de sete de novembro de 2008, publicada no D.O.*
1892 *de 10/11/2008, resolve: Art. 1º. Revogara a Resolução do CNAS 96/, de 11 de dezembro de 2008,*
1893 *publicada no D.O. em 19 de dezembro de 2008, e a resolução CNAS nº 22 de quatro de março de*
1894 *2008, publicada no D.O.U. em cinco de março de 2009, bem como restabelecer, na íntegra, o*
1895 *anexo da Resolução CNAS 191, de 10 de novembro de 2005, publicada no D.O.U, em 17 de*
1896 *novembro de 2005, que apresenta recomendação do CNAS. Entra em vigor esta Resolução na data*
1897 *de sua publicação. Valdete de Barros Martins”.* A senhora Presidente informou que se discutiria
1898 ponto por ponto desse Relato, iniciando com a proposta de Pauta, passando para a Secretária
1899 Executiva para discorrer sobre a proposta das sugestões que já haviam sido incluídas, que indicou
1900 os registros para inclusão na Pauta de maio: Alguns encontros, um seminário interno de
1901 Conselheiros sobre o tema Conferência; proposta da Conselheira Dolores para discutir o piso de
1902 transição, possivelmente na Comissão de Política e Financiamento, discussão pela Presidência
1903 Ampliada, na pauta de maio, os dois eventos da crise econômica e da Reforma Tributária e um
1904 evento sobre a sustentabilidade das Entidades. A senhora Presidente trouxe à discussão os dois
1905 eventos, tendo que se acertar, também, o dia de capacitação, como havia sido sugerido, por ter
1906 como rotina um dia das Comissões, e dois dias de Plenária. Que no dia catorze haveria o Relato das
1907 Comissões, Relato de Comissão de Conselhos, com uma hora, uma hora e meia; duas horas para a
1908 Política e, Câmaras de Julgamento, com muitos processos, propondo meia hora de trabalho. A
1909 Conselheira Edna informou haver pedido para verificar quantos processos de cada Câmara e
1910 quantos da Plenária, com a senhora Presidente informando que talvez se tivesse que reduzir da
1911 Comissão de Política, que seria de 10:00h30min até 11:00h30min. A Conselheira Margareth
1912 propôs que as Comissões pudessem se reunir pela manhã, de 9:00h às 12:00h e das 14:00h às
1913 18:00h se faria a Oficina, com o Conselheiro Frederico e a Secretária Executiva informando que a
1914 Comissão de Conselhos era formada por Conselheiros de demais Comissões, entendendo que não
1915 haveria a Reunião da Comissão de Conselhos. A senhora Presidente indicou outra proposta: que se
1916 a Comissão tivesse algum assunto urgente, se reuniria das 18:00h às 20:00h. O Conselheiro Ferrari
1917 indagou se a Oficina propondo a inserção era referente ao CONANDA, tendo que ser agendada na
1918 reunião conjunta com esse órgão, com a senhora Presidente informando que a Oficina era de
1919 capacitação e que essa reunião seria em junho. Prosseguindo, a senhora Presidente reafirmou o

1920 horário da Reunião da Comissão de Conselhos, com a Conselheira Edna se referindo ao item sobre
1921 procedimentos de recebimento e tratamento de denúncias, observando que meia hora era um tempo
1922 muito pequeno, com os integrantes sugerindo que esse Relato ficasse para junho. A senhora
1923 Presidente sugeriu que como o relato da Comissão Organizadora seria de 13:00h às 16:00h, se
1924 poderia ir até às 15:00h30min e depois passar para o Relato sobre os procedimentos de recebimento
1925 e tratamento de denúncias, com a Conselheira Edna e o Conselheiro Renato Saidel observando que
1926 esse assunto levaria mais de meio período e que tecnicamente seria melhor deixar para junho. A
1927 Conselheira Edna, prosseguindo, relatou as informações sobre a quantidade de processos por
1928 Câmaras e na Plenária: Plenária, sete processos; Câmara 1: dois processos; Câmara dois, cinco
1929 processos; e, Câmara três, dois processos, observando que uma hora para esse relato era pouco,
1930 devendo ser feito um pacto de se debater o que estava no Relato e não a situação política. O
1931 Conselheiro José Geraldo informou que havia sido deliberado que na Reunião da Comissão de
1932 Financiamento de maio se trouxessem Relator do Congresso para falar sobre a Reforma Tributária.
1933 Destacou que tinham algumas atribuições que foram dadas à Comissão: em maio, o Relato da
1934 Execução Orçamentária do primeiro trimestre; e, que havia sido deliberado no dia anterior que essa
1935 Comissão envidasse esforços para viabilizar e garantir recursos ou como recompor os cortes que
1936 haviam sido efetuados. Que isso não era simples e fugia um pouco da sua governabilidade, que uma
1937 coisa era propor, e outra era conseguir o objetivo, tendo que ser tratado dentro de um cenário de
1938 governo, e não dentro do cenário do CNAS, envolvendo uma questão de que seria uma conversa
1939 inclusive com o MDS, discorrendo sobre a situação e os contingenciamentos sofridos. O
1940 Conselheiro José Geraldo observou que a ponderação era que se faria a discussão de Reforma
1941 Tributária, em maio, na reunião da Comissão de Financiamento, sendo muita atribuição para um
1942 espaço de tempo muito curto. A senhora Presidente ressaltou que uma coisa era se trazer para a
1943 Presidência Ampliada essa discussão de como realizar esses eventos, em quanto tempo, quais os
1944 convidados, outra coisa era tratar uma estratégia na Presidência Ampliada. O Conselheiro José
1945 Gerlado esclareceu que já havia sido deliberado pela Plenária que a Comissão traria o pessoal para a
1946 discussão da Reforma Tributária, tendo uma série de outras atribuições para o mesmo dia,
1947 priorizando o que era importante e o que seria possível deixar para depois, trazendo essa
1948 ponderação diante da Plenária. A senhora Presidente indagou se havia alguma colocação frente a
1949 essa intervenção do Conselheiro para avaliação da Plenária, com a Conselheira Dolores
1950 encontrando de fundamental importância ser concedido tempo para discussão da Reforma
1951 Tributária e para maior legitimidade ao posicionamento das Políticas de Assistência. O Conselheiro
1952 Renato de Paula, destacando haver três itens para escolher, a questão da reforma, a discussão da
1953 recomposição, e a aprovação, sendo que a execução era rotina, não se abrindo mão. Que concordava
1954 com a Conselheira Dolores, mas achava que a Reforma Tributária era um processo que estava em
1955 andamento, observando que se deveriam debruçar primeiramente sobre a questão que dizia respeito
1956 à sustentabilidade dos serviços no decorrer do ano. Que encontrava que o MDS poderia dizer do
1957 ponto de vista dos recursos que foram cortados, até quando se teria dinheiro para fazer a
1958 manutenção do que já havia, não dando para pensar em expansão. A senhora Presidente discorrendo
1959 sobre o que havia sido colocado, sugeriu como **encaminhamento**, que esses três pontos colocados,
1960 o convite para alguém para vir falar sobre a Reforma Tributária na Plenária, a recomposição e a
1961 crise econômica e mais a questão do encontro para a sustentabilidade das Entidades, propondo que
1962 se levasse esses temas à Presidência Ampliada para o mês de maio, sendo acatada essa questão. A
1963 Conselheira Edna informou o recebimento de um e-mail do Conselho de Desenvolvimento
1964 Econômico e Social - CEDES, que tinha disponibilizado um link no seu portal, com informativos e
1965 indicadores, tanto do Governo Federal quando do Congresso, de Comissões de Acompanhamento
1966 da crise, encaminhando para os Conselheiros para conhecimento e cujo material poderia ser

1967 apropriado para o tema. A senhora Presidente informou já haver encaminhado aos Conselheiros,
1968 existindo a prática de se encaminhar o que fosse importante. O Conselheiro Samuel indagou se a
1969 Presidência Ampliada se reuniria antes da Comissão de Conselho, com a senhora Presidente
1970 esclarecendo que a Presidência Ampliada sempre se reunia no dia das Comissões ao final da tarde.
1971 Continuando, o Conselheiro Samuel observou que se as Comissões subsidiavam a Presidência
1972 Ampliada, essa teria que vir após, com a senhora Presidente ressaltando que havia sugerido à
1973 Comissão de Conselhos que poderia se reunir à noite se houvesse demanda urgente. A Conselheira
1974 Margareth observou que não havia nenhuma demanda urgente, podendo seguir o encaminhamento
1975 feito pela Presidência. Continuando, a senhora Presidente indagou se poderia fechar essa proposta
1976 de Pauta, com o consenso de todos. Passou para o segundo ponto, **Avaliação da participação do**
1977 **CNAS nas Reuniões Fescentralizadas dos estados**, tendo uma informação de que era necessário
1978 que todos os Conselheiros encaminhassem o seu Relatório, e que posteriormente a Coordenação de
1979 Conselhos faria a sistematização desses expedientes e apresentaria na Reunião de julho. Destacou
1980 que nesse momento se poderia debater um pouco como haviam sido as Reuniões Descentralizadas,
1981 passando, então, para o item três, com a Secretária Executiva explicando a a questão da Auditoria
1982 da CGU. Aparteando, o Conselheiro Geraldo observou que havia que indicar alguém para participar
1983 em Sergipe nos dias vinte e oito e vinte e nove, comunicando que iria para Salvador no dia trinta e
1984 que estaria à disposição. A senhora Presidente observou que Ceará seria nos dias vinte e sete e vinte
1985 e oito e a outra Reunião em Sergipe nos dias vinte e oito e vinte e nove, indagando se alguém se
1986 candidatava. A Conselheira Margareth solicitou aos Conselheiros que se propusessem a participar
1987 desses Eventos, não sobrecarregando apenas alguns Membros. A Conselheira Edna se apresentou
1988 para ir ao Ceará, ficando propostos os Conselheiros Geraldo e Edna para as duas Reuniões. A
1989 Secretária Executiva passou a informar sobre a **Auditoria realizada pela CGU** em dois mil e oito,
1990 sobre processos de registro de Certificação dos anos dois mil a dois mil e sete, e que se
1991 encontravam nesse momento, trabalhando, inclusive no Conselho, com o foco, a partir de uma
1992 recomendação pelo TCU, para examinar processos julgados no ano de dois mil e oito cujo assunto
1993 fosse registro, certificação e concessão de certificado, e renovação dos certificados, deferidos e
1994 indeferidos, ou cancelados, ano em que foram julgados cerca de oitocentos processos. Informou que
1995 já haviam solicitado vinte e oito desses processos trabalhando por amostragem conforme a própria
1996 determinação da Auditoria. Na sequência, a senhora Presidente passou ao item quatro que,
1997 conforme havia sido colocado, havia necessidade de se refazer uma nova **Resolução para a**
1998 **questão da inscrição dos Conselhos**, com esclarecimentos pela Secretária Executiva sobre o
1999 assunto. Prosseguindo, informou sobre a alteração proposta qu havia sido publicada e as confusões
2000 geradas, passando a ler os dois incisos: *“a inscrição no Conselho Municipal é condição essencial*
2001 *para o encaminhamento do pedido do registro e certificado de entidade beneficente de assistência*
2002 *social, exclusivamente para as entidades de Assistência Social, conforme estabelecido no artigo*
2003 *nono da LOAS. As entidades que não se enquadram na regulamentação do artigo terceiro da LOAS*
2004 *possam se registrar e pleitear o certificado diretamente no CNAS, dispensada da inscrição no*
2005 *Conselho Municipal de Assistência Social, ou no CRAS-DF. O controle social e o credenciamento*
2006 *devem ser efetivados pelos Conselhos e/ou órgãos municipais competentes. O que faltou é o que*
2007 *vem abaixo: o Conselho Nacional recomenda também aos Conselhos Municipais de Assistência*
2008 *Social, e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal que enquanto não forem*
2009 *compatibilizadas a regulamentação do artigo terceiro da LOAS com o Decreto 2536, continuem a*
2010 *inscrever as entidades de saúde e de educação na forma que vem sendo feita”*. Esclareceu que
2011 estavam tentando, para não ter uma Resolução que trouxesse outro texto, recuperando o anexo da
2012 Resolução 191, conhecida por todos os Conselhos Municipais. O Conselheiro Geraldo solicitou a
2013 leitura do anexo do 191, com a senhora Presidente informando que o assunto dessa Resolução era

2014 instituir orientação para regulamentação do artigo terceiro da LOAS acerca de Entidades e
2015 Organizações de Assistência Social, mediante a indicação de suas características essenciais, o que
2016 havia virado no Decreto 6.308, que regulamentou o artigo terceiro da LOAS. No anexo um, era uma
2017 recomendação do CNAS, e dizia: “*O Conselho Nacional de Assistência Social, encaminha ao*
2018 *Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Resolução que institui a redação para*
2019 *a regulamentação do artigo terceiro da LOAS, acerca das entidades e organizações de Assistência*
2020 *Social, mediante a indicação de suas características especiais, e recomenda na regulamentação a*
2021 *compatibilização desta resolução com o Decreto 2536/1998, no sentido de que: 1) A inscrição no*
2022 *Conselho Municipal é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro de*
2023 *certificado de entidade beneficente de Assistência Social, exclusivamente para as entidades de*
2024 *Assistência Social, conforme estabelecido no artigo nono da LOAS, e seu Parágrafo terceiro. 2) As*
2025 *entidades que não se enquadram na regulamentação do artigo terceiro da LOAS possam se*
2026 *registrar, e pleitear o certificado de entidade beneficente de Assistência Social, diretamente no*
2027 *CNAS, dispensada a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, e no CRAS –DF. O*
2028 *Controle Social e o credenciamento devem ser efetivados pelos Conselhos de Órgãos Municipais*
2029 *competentes. O Conselho Nacional de Assistência Social recomenda também aos Conselhos*
2030 *Municipais de Assistência Social, e ao CRAS-DF que, enquanto não for compatibilizada a*
2031 *regulamentação do artigo terceiro da LOAS com o Decreto 2536/1998, continua a inscrever as*
2032 *entidades de saúde e inscrição na forma que tem sido feito. O CNAS recomenda ainda que no caso*
2033 *de entidades e organizações que atuam em outras áreas, esta deve observar as disposições aqui*
2034 *previstas, somente no que se refere à Assistência Social, no que se refere aos seus programas,*
2035 *projetos e benefícios. As demais atividades destas entidades e organizações continuam se regendo*
2036 *pela Legislação já em vigor”*. O Conselheiro Geraldo destacou que se havia discutido atentamente e
2037 que estavam bastante incomodados, não com essa situação de substituição de Conselheiros no
2038 Conselho Nacional, mas sim com a recomposição. Que no mínimo havia sido inoportuna essa
2039 recomposição do Conselho, ratificado no dia anterior pela Secretaria Nacional nessa Plenária, mas
2040 mesmo assim gostariam de deixar com muita clareza e respeito que se entendia o poder que tinha o
2041 órgão gestor de fazer a composição que melhor lhe interessasse. Que nos moldes que foram
2042 colocados nessa Mesa, não lhes parecia se tratar de um Colegiado onde se pudesse se fazer uma
2043 discussão de articulação política, uma compreensão onde todos pudessem expressar as suas
2044 ideologias, a sua compreensão, e principalmente, com a visão voltada para os estados e municípios.
2045 Considerando serem os Conselheiros os multiplicadores da compreensão da Política de Assistência
2046 Social, da composição dos Conselhos nas três esferas de governo, sofreriam essa conseqüência
2047 quando se fosse tratar desse assunto nas Conferências estaduais e municipais, discorrendo sobre a
2048 questão. Diante dessa compreensão, entendiam que não era possível compartilhar dessa decisão
2049 tomada sobre a recomposição do Conselho, ainda que a respeitassem. Observou que se gostaria que
2050 fosse aberta essa discussão, e mesmo porque ela atropelava o GT que havia sido constituído de
2051 forma paritária e onde se discutiria e se trariam convidados para enriquecer essa discussão.
2052 Destacando as colocações pela Secretária Nacional, o Conselheiro Geraldo informou que estaria
2053 encaminhando ainda nessa oportunidade, para a senhora Presidente uma carta endereçada ao
2054 Ministro, para que abrisse uma reunião até a próxima Plenária, em uma Convocação Extraordinária.
2055 Caso contrário, gostariam de promover essa reunião com o Ministro durante os três dias da próxima
2056 Plenária, observando haver trazido esse assunto ao Pleno por não terem uma situação confortável
2057 para estar nas Conferências com essa posição. Ressaltou que, com essa nova Resolução que se
2058 submetia a esse Plenário, pensavam que levariam uma Resolução de forma escrita, que servia como
2059 diretriz para os estados e municípios, na contra-mão de uma decisão que havia acabado de recompor
2060 esse Conselho, excluindo as Entidades de Educação e Saúde. Concluindo, o Conselheiro Geraldo

2061 observou que essa manifestação era vontade da Sociedade Civil, e se protocolaria essa carta com a
2062 senhora Presidente e gostariam que isso acontecesse tal qual se estava relatando nessa Mesa. A
2063 senhora Presidente observou que entendia essa posição, retomando o seguinte: com relação a esse
2064 item, que era o item da Resolução, achava que o colocado era uma posição política da Sociedade
2065 Civil, legítima, e que seria encaminhada ao Ministro, e posteriormente seriam tomadas as decisões.
2066 Retomou o assunto, tratando de uma Resolução, que se teria que encaminhar aos Conselhos, e essa
2067 Resolução já existia, sendo transformada em um Decreto. Que se estava revendo uma posição
2068 tomada anteriormente em função da MP, e que agora ela teria que voltar para os Conselhos ficarem
2069 mais tranquilos naquilo que era sua competência. A senhora Presidente indagou se havia alguma
2070 situação relacionada à Resolução, especificamente, tendo que ser aprovada para se encaminhar aos
2071 Conselhos. A senhora Presidente, referindo-se ao colocado pelo Conselheiro Geraldo, manifestou
2072 que nesse momento não se poderia abrir esse debate, considerando o encerramento da Pauta e a
2073 discussão sobre a aprovação dos critérios para Delegados que era matéria urgente, propondo que
2074 esse debate fosse realizado em outro momento. O Conselheiro Geraldo observou que esse debate
2075 ficaria a cargo da senhora Presidente, mas que gostaria de solicitar ou, se fosse o caso, de submeter
2076 à Plenária a suspensão das atividades do GT até que se tivesse uma posição, considerando não fazer
2077 sentido o desempenho dessas funções, sentindo-se, pelo menos no que dizia respeito aos
2078 componentes da parte da Sociedade Civil, frontalmente ferido em seu desempenho. A senhora
2079 Presidente, como **encaminhamento**, ressaltou que o GT ainda teria um Informe para fazer,
2080 pondendo encaminhar essa questão no momento do seu Relato. Com relação à Resolução, indagou
2081 se havia alguma questão contrária a esta Resolução, indagando se poderia ser considerada aprovada
2082 para encaminhar, o que foi consensuado pela Plenária. Destacou que o próximo ponto era que a
2083 Presidência Ampliada havia debatido amplamente essa questão, solicitando para a Secretária
2084 Executiva discorrer sobre o item que informou que o Parecer da CONJUR, na íntegra, estava em
2085 anexo. Destacou que a proposta da Presidência Ampliada era que a Comissão de Normas se reuniria
2086 com essa Pauta, para apresentar uma proposta sobre procedimentos e providências para a análise
2087 dos processos, considerando algumas recomendações do TCU, da CGU, e mais outro documento
2088 que havia dado conhecimento à Presidência Ampliada, considerando que deveria ser uma referência
2089 para a Comissão de Normas, tratando-se de uma consultoria realizada em dois mil e seis sobre
2090 certificação, ainda na gestão anterior, oferecida pelo MDS. Que havia proposto e estava solicitando
2091 que se acrescentasse, além do acórdão e dadas as recomendações da CGU, essa consultoria da
2092 MDG para apresentar à Comissão de Normas. A senhora Presidente sugeriu que se enviasse, como
2093 havia sido deliberado pela Plenária de março, um ofício ao Ministro solicitando a reestruturação da
2094 equipe, para que se pudesse dar andamento nas competências do Conselho. Observou que esse
2095 encaminhamento que havia sido discutido na Comissão de Normas, essa Consultoria indicava a
2096 estrutura necessária para o pleno funcionamento do Conselho. Que se a Comissão de Normas, na
2097 próxima Reunião apresentasse esse Relato seria dado prosseguimento nas ações que o Conselho
2098 teria que fazer, que era receber, protocolar os processos e a partir daí, o Conselho se reorganizaria
2099 para essa competência. Informou que a Secretária Executiva já havia pensado em redistribuir
2100 processos, observando não saber se ela já poderia falar de alguns processos que poderiam ser
2101 redistribuídos aos Conselheiros em maio, para que se continuasse cumprindo a função de análise
2102 dos mesmos. A Conselheira Edna solicitou uma Reunião Extraordinária da Comissão de Normas
2103 antes de maio, para o dia todo, não sabendo como se daria conta de sua discussão com todas essas
2104 atribuições, não havendo conversado com os seus membros para marcar uma data. Informou que até
2105 fevereiro, haviam quatrocentos e trinta e sete processos, e atualmente, até o dia catorze, haviam
2106 setecentos e seis processos, com um acréscimo de sessenta e um por cento, além dos novecentos
2107 que foram distribuídos aos Ministérios, havendo, em total, mais de mil e quinhentos processos.

2108 Observou que alguns Ministérios já haviam feito a análise da documentação do processo, o que não
2109 poderia ser perdido e que teria que constar nos processos recebidos pelo CNAS, para que se
2110 começasse a agir de acordo com o número, com alguns devendo ser colocados em Pauta. O
2111 Conselheiro Renato Saidel chamou a atenção para um detalhe que o Parecer da CGU trazia, que se
2112 eventualmente algum processo que estivesse nos Ministérios e já analisado, necessariamente teria
2113 que ser objeto de reanálise pelo Conselho. A Conselheira Edna observou que não havia dito se o
2114 trabalho realizado em outro local seria acatado ou aceito, mas se teria que passar a analisar
2115 processos aos poucos, tendo capacitação, não somente de analistas, mas também de Conselheiros.
2116 Prosseguindo, sugeriu a realização de um Encontro Técnico para que todos os
2117 Conselheiros pudessem ter um pouco mais de segurança quando estivessem analisando um
2118 processo. O Conselheiro Geraldo manifestou seu desconforto com essa situação, discorrendo sobre
2119 a mesma e observando que face ao acúmulo de processos que se havia apresentado nesse Conselho
2120 ao longo de tantos tempos, mais uma vez não se contaria com uma equipe técnica de acordo com a
2121 capacidade demandada pelas Entidades, observando que nem todos os Conselheiros tinham a
2122 formação necessária para avaliação técnica na área requerida. Que era uma situação que iria exigir
2123 muita compreensão do Conselho e um encaminhamento de ordem jurídica e legal, porque senão não
2124 se daria conta nem de responder às numerosas Ações Populares que se receberia. Que era necessário
2125 ter um meio de respaldo, chamar a Promotoria Pública ou o Ministro, não sendo possível conviver
2126 com essa situação, ainda que tivessem percebido muitas situações que chegavam de municípios e
2127 estados, com um desempoderamento da Sociedade Civil quando se deixou de cumprir o papel
2128 cartorial em detrimento da discussão da Política Pública. A Conselheira Maria Dolores solicitou que
2129 fosse oportunizado na Reunião da Comissão de Normas o comparecimento da Consultoria Geral da
2130 União - CGU, para alertar e entregar um manual de procedimentos para a análise e emissão do
2131 Certificado. O Conselheiro Renato de Paula concordou parcialmente com o Conselheiro Geraldo,
2132 observando sua fala e que apesar do esforço empreendido por esse Conselho para que se resolvesse
2133 essa questão e se fizesse, de fato, o Controle Social, não se tinha muita governabilidade sobre o
2134 assunto. Que se poderia fazer muitas gestões no Congresso, mas não se saberia quando o PL seria
2135 votado. Observou outra fala que dizia que havia que pensar como se trataria essa questão, não sendo
2136 somente uma questão de equipe técnica, com a atribuição de julgar sendo do Conselheiro, e que não
2137 se fizesse esse papel seria mais que Ação Popular, seria crime de responsabilidade. A senhora
2138 Presidente ressaltou sua situação complicada, como Presidente do Conselho, com esse assunto
2139 discutido longamente na Presidência Ampliada, sobre que forma se poderia responder a essa
2140 responsabilidade que estava sobre o Conselho, discorrendo sobre a situação com relação à
2141 Certificação. Que encontrava impossível o Conselho dar conta dessa tarefa, estando mal colocada,
2142 não a formação dos seus Membros, mas a competência do Conselho de ter que analisar, certificar,
2143 olhando para números e sem poder fazer análise de mérito, questão posta na legislação e que não se
2144 resolveria a não ser por outra legislação. Que não se poderia ficar parados enquanto essa
2145 competência estivesse com o Conselho, com a primeira atitude tomada a que havia sido deliberada
2146 na carta ao Ministro; a segunda, com a Comissão de Normas tendo que se debruçar e discutir
2147 estratégias, com a sugestão da Conselheira Dolores, de se chamar a AGU para explicar e contribuir
2148 sobre o papel do Conselheiro e seu respaldo, além da questão de técnica e politicamente se
2149 organizar para sua função. Destacou que essa Reunião Extraordinária era mais do que urgente,
2150 porque assim a Comissão de Normas teria essa leitura, inclusive contando com uma consultoria que
2151 havia estado e que havia feito o reconhecimento, com os Conselheiros tendo que fazer o julgamento
2152 desses processos, considerando o Ministério Público e que todo dia havia Mandado de Segurança
2153 para se julgar um processo. Que as Entidades tinham razão, se elas tinham direitos e queriam o
2154 Certificado, o Conselho tinha que se pronunciar. A senhora Presidente observou que o

2155 **encaminhamento** estava posto, encontrando que na próxima Reunião de maio era que se teria uma
2156 leitura mais completa dessa situação, esperando que o PL fosse aprovado nesse mesmo mes. O
2157 Conselheiro José Geraldo solicitou esclarecimentos sobre o Relato da Presidência Ampliada, onde
2158 estava a data data da reunião deveria ser catorze de abril, estando justificada sua ausência. A
2159 senhora Presidente, informou que antes de passar ao próximo ponto, seria lida a carta que a
2160 Comissão havia escrito, pelo Conselheiro Renato Saidel, que solicitou fosse entregue a cada
2161 Conselheiro uma nota de apoio ao PL 3021. Destacou que havia sido elaborada uma
2162 correspondência a ser enviada a cada Deputado, Senador, Mesa Diretora, podendo ser colocada
2163 como nota de apoio, passando à sua leitura: “*Considerando ser este Conselho Nacional de*
2164 *Assistência Social – CNAS, instância máxima de deliberação do Sistema Único de Assistência*
2165 *Social, conforme preconizado na Lei 8.742/1992, considerando que o CNAS aprovou em 2004 a*
2166 *PNAS – Política Nacional de Assistência Social, considerando que o CNAS aprovou em 2005 a*
2167 *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - a NOB SUAS. Considerando*
2168 *que o CNAS aprovou em 2006 a Norma Operacional Básica de recursos humanos, NOB-RH,*
2169 *considerando a necessidade de consolidar a rede sócio- assistencial, entidades e organizações de*
2170 *Assistência Social, que integra o SUAS neste país. Considerando a necessidade das instituições de*
2171 *Assistência Social, Saúde e Educação brasileiras verem normatizados os processos de certificação*
2172 *de entidade beneficente de Assistência Social – CEBAS. Considerando a Necessidade premente de*
2173 *nova legislação para a certificação, e a definição da competência deste Conselho. Considerando a*
2174 *existência de diversos projetos de lei de diversas iniciativas atualmente em tramitação, tais como o*
2175 *PL 7494/06, PL 3021/07, Projeto de Lei do Senado 462/08, e inclusive edição da MP 446/08, este*
2176 *Conselho Nacional de Assistência Social, ciente das convergências e divergências dos textos acima*
2177 *referidos, se manifesta pela aprovação em caráter de urgência de Legislação que traga um novo*
2178 *marco legal para a certificação das entidades beneficentes de Assistência Social neste país. A qual*
2179 *se faz necessária na formação da Assistência Social como Política Pública voltada aos que dela*
2180 *necessitam. Faz-se pertinente e urgente fazer um momento em que um contexto internacional e*
2181 *nacional de crise provoca o significativo aumento da situação de vulnerabilidade e risco pessoal e*
2182 *social, de uma expressiva camada da população de nosso país”.* Após colocações sobre o textos
2183 pelos Conselheiros Conselheiro Renato de Paula, Renato Saidel, José Geraldo, Edna, Clodoaldo e
2184 João Carlos, a Conselheira Margareth, que sugeriu ao Colegiado que se escolhesse um grupo de
2185 Conselheiros para aprimorar a redação e depois apresentar, para não se trancar a Pauta. O senhor
2186 Presidente em exercício, como **encaminhamento**, colocou a sugestão da Conselheira Margareth de
2187 redação com a aprovação de todos, sugerindo os Conselheiros Renato de Paula, Renato Saidel e
2188 Renata, para correção do texto, o qual foi apresentado e aprovado. Na sequência, passou para o
2189 último Item, **Comissão Organizadora da VII Conferência**, passando a palavra para o Conselheiro
2190 Charles apresentar os critérios para o número de participantes para a Conferência Nacional. O
2191 Conselheiro Charles relatou que a Comissão havia se reunido nesse dia e no anterior, fazendo um
2192 comparativo de 2005 a 2007, passando a discorrer sobre os aspectos analisados e os critérios
2193 estabelecidos para a indicação do percentual dos Delegados, tanto estaduais como municipais,
2194 complementando com o material em tela. Informou ao Conselheiro Pessinatti, que nenhum estado
2195 ou município ficaria com menos representantes que a Conferência anterior. Aparteando, a senhora
2196 Presidente informou que estavam fazendo esse exercício para reforçar que as duas últimas
2197 Conferências tiveram um número igual de Delegados, relatando o que havia sido proposto,
2198 aumentando para mil, cento e cinquenta Delegados municipais e arredondando para cima o número
2199 de Delegados estaduais, também considerando metrópoles, e as cidades menores, ampliando o
2200 número nessa Conferência em duzentos Delegados. Que estava sendo feita essa ampliação e
2201 considerando os indicadores colocados já olhando para o SUAS, sobre o número de municípios, a

2202 questão da gestão e do porte. Concluindo, o Conselheiro Charles ressaltou que era importante se
2203 destacar que era um fato novo o percentual de municípios em gestão plena e base, lembrando que
2204 nos outros se seguia mais por linha de porte do que por qualificação no SUAS. O Conselheiro
2205 Carlos confirmou seu entendimento com relação ao assunto, o que foi confirmado pelo Conselheiro
2206 Charles. O Conselheiro Edivaldo observou que se a Comissão havia proposto essa metodologia, os
2207 demais acatavam e aprovavam, mas que queria registrar para o CNAS o seguinte: que havia que
2208 tentar não se olhar para trás quando se pensava em Conferência, evitando desgastes observando que
2209 para o próximo Evento não deveria existir essa preocupação com número de Delegados, devendo-se
2210 considerar a valorização da questão do nível de gestão. A senhora Presidente colocou em discussão,
2211 indagando se poderia ser considerada aprovada a proposta sobre os Delegados. A Secretária
2212 Executiva questionou se quando se mandasse para os municípios se era necessário acompanhar o
2213 comparativo das duas Conferências, ao que a senhora Presidente informou que das duas últimas
2214 duas Conferências não havia registro, sendo que a partir dessa ficaria esse registro da base de
2215 cálculo, e para os estados e municípios se mandaria somente os números. O Conselheiro Carlos
2216 destacou que seria importante destacar no texto a preocupação com a questão de se valorizar o nível
2217 de gestão dos municípios. O Conselheiro Charles informou que havia sido conversado que no
2218 próprio texto se teria que apontar as questões das partilhas das Delegações, em especial
2219 fortalecendo a questão dos Usuários, assim como a discussão relativa aos Estados e a base de
2220 cálculo feita, discorrendo sobre o assunto, com auxílio do material em tela, informando que quem
2221 tinha acima de cinco por cento da população, oito delegados, de dois a cinco por cento, seis
2222 Delegados e quem tinha abaixo de dois por cento, quatro delegados, lembrando que eram os
2223 Conselhos Estaduais, com cento e quarenta e seis Delegados estaduais. Complementando, a senhora
2224 Presidente informou que eram mil, cento e cinquenta de base municipal e cento e quarenta e seis de
2225 base estadual, totalizando mil e trezentos Delegados. O Conselheiro Sérgio indagou se o estado
2226 colocava como Conselheiro Estadual, ao que a senhora Presidente esclareceu ser vaga do estado.
2227 Ainda sobre o mesmo assunto, o Conselheiro Geraldo observou não haver entendido as colocações
2228 do Conselheiro Charles, com a senhora Presidente esclarecendo que o estado elegeria o seu
2229 Delegado. Destacou que na primeira distribuição de Delegados, ela era de unidade, de município,
2230 que teria o número de vagas correspondente e que, além dos municípios, haveria Delegados do
2231 estado. Que na Conferência Estadual viriam os Delegados dos municípios para serem eleitos na
2232 Conferência Estadual. Discorreu sobre a distribuição da paridade e como se iria lidar com esse
2233 ponto, informando que se teria na Conferência a representação conforme a questão do território. O
2234 Conselheiro Geraldo citou a questão da paridade, com a senhora Presidente informando ser esse
2235 outro ponto de discussão, que a Conferência teria mil, duzentos e noventa e seis Delegados e dois
2236 mil participantes, e que seria discutido em outro momento qual a categoria dos observadores e
2237 convidados. O Conselheiro Charles citou a questão da paridade, com o Conselheiro Edivaldo
2238 destacando que estava sendo em números pares, sem números ímpares para garantir essa questão.
2239 Indicando o material em tela, discorreu sobre como seriam os delegados municipais por porte em
2240 cada unidade federada, citando os percentuais correspondentes e os exercícios realizados sobre o
2241 assunto, para se chegar a um bom resultado. Que a Comissão Organizadora havia sugerido que
2242 fossem considerados os portes e a comparação com o número populacional, mas sem fixar o
2243 quantitativo para cada estado. Com relação à discussão sobre colocar metrópoles iguais ou não, se
2244 havia pensado em não definir e dar como indicativo para o estado fazer a sua escolha, deixando
2245 mais livre e dando direcionamento para que se considerasse os portes e a população de cada um dos
2246 municípios. A senhora Presidente ressaltou que os estados necessariamente utilizariam a questão do
2247 porte para fazer a divisão de Delegados e que a tabela apresentada poderia ser enviada como uma
2248 referência, indagando se esse material seria ou não encaminhado aos estados, deixando aprovado

2249 aquele número de Delegados por estado e unidade federativa. A Conselheira Heloísa observou que
2250 para se fazer esse indicativo, era preciso considerar outro elemento, que era a proporcionalidade,
2251 que era a referência da distribuição das representações entre os Usuários, Entidades e trabalhadores
2252 da área, o que poderia causar dificuldades quando se fosse amarrar essa proporcionalidade para o
2253 Nacional, exemplificando com o estado do Acre. A senhora Presidente discorreu sobre o sistema
2254 utilizado para a distribuição de Delegados, com o princípio da paridade tendo que ser observado na
2255 sua eleição. Destacou que outro ponto a ser consensuado era se iria ou não aprovar essa tabela, e
2256 outra questão a discutir era sobre a paridade dos critérios, e qual o posicionamento do Conselho
2257 com respeito a essa questão. A senhora Presidente indagou se poderia encaminhar como indicativo
2258 a sugestão de distribuição, que foi aprovada por todos os Conselheiros. Prosseguindo, passou para o
2259 ponto sobre o critério da distribuição das vagas dentro da paridade, informando que quando fossem
2260 encaminhadas as tabelas com a distribuição de delegados, se diria quais os indicadores que foram
2261 usados, o que já estava dito na própria Lei Maior, que a Conferência era de Delegados distribuídos
2262 paritariamente. Ressaltou que a Conferência estava chamando ao protagonismo do Usuário e que se
2263 deveria, de fato, tê-lo como um ator principal nesse processo de construção do Sistema Único da
2264 Assistência Social. Que se fosse olhar as Conferências passadas e levantar o número de Usuários
2265 que vieram para as Conferências, eles sempre foram a menor número, mesmo tendo a referência
2266 legal de que se olhasse para a paridade e depois para a distribuição dos segmentos. Observou que se
2267 tirava da Comissão Organizadora como encaminhamento que já se deveria ter a orientação de que,
2268 no mínimo, na sociedade civil, 50% da Sociedade Civil, se garantissem um terço de Usuários,
2269 porque essa era a divisão entre os três segmentos, debate que gostaria de colocar para a Plenária.
2270 Indagou se essa seria a orientação do Conselho ou se proporia um número maior de Usuários, como
2271 seria essa divisão da distribuição das vagas por parte da Sociedade Civil e, posteriormente, discutir
2272 no caso do Governo. Abrindo às inscrições, o Conselheiro Renato Saidel indagou se haviam
2273 Usuários nos municípios de pequeno porte um e dois, para cumprir esse requisito. O Conselheiro
2274 Geraldo indagou se existia algum indicativo de quantidade de usuários e Unidades Federativas, ao
2275 que a senhora Presidente informou desconhecer. A senhora Presidente informou que: primeiro,
2276 havia no Conselho uma Resolução que dava um conceito de Usuário na Política, que era importante
2277 que todos tivessem em seu poder durante a Conferência; e, segundo, havia uma Resolução que
2278 procurava dizer quem era o Usuário, questão que se teria que ter bem clara, para poder orientar e
2279 responder os questionamentos. Respondendo à pergunta sobre se havia um indicativo de número de
2280 Usuários, informou que o primeiro indicativo que tinha eram os da Bolsa Família, o segundo, os
2281 Usuários do BPC, observando que se tivesse que responder quantos Usuários havia na Política de
2282 Assistência Sócia, que eram do CAD - Único, haveria milhares de Usuários da Assistência Social.
2283 Esclareceu que o que acontecia era que todas essas pessoas não haviam chegado aos CRAS,
2284 encontrando que a participação do Usuário nessa Conferência dependeria muito da mobilização de
2285 cada município. Que se o município trabalhasse bem aquele evento preparatório, ir ao CRAS, fazer
2286 uma oficina, chamar na unidade, se teria no município mais Usuários que o número de vagas,
2287 havendo realmente um processo democrático para escolher esse segmento. Dirigindo-se ao
2288 Conselheiro Renato destacou que não dava para partir da idéia de que sempre houve dificuldade de
2289 participação do Usuário, observando que a Assistência Social havia mudado muito nos últimos
2290 anos. O Conselheiro Renato de Paula observou que entendia a preocupação e concordava que de
2291 fato existia uma dificuldade concreta de mobilização dos Usuários, discorrendo sobre essa questão.
2292 Com relação à composição do Conselho, gostaria de refletir o seguinte: se nessa composição já se
2293 teria o indicativo de um terço, pensando no Usuário, Entidade e Trabalhador, não existindo
2294 nenhuma regulação, nenhuma legislação que dissesse que a paridade nas Conferências, devia ser
2295 assim, observando que não se conseguiria preencher esse percentual de Usuários. Destacou que

2296 havia sido discutido na Reunião ampliada que o Usuário viesse e participasse diretamente, havendo
2297 um ato anterior a esse acontecimento que seria a participação desse segmento que seria a sua
2298 formação e capacitação, propondo que se fizesse uma mobilização com esses Usuários que viriam
2299 organizados à Conferência, tentando se garantir a participação de pelo menos um terço. O
2300 Conselheiro Geraldo indagou ao Conselheiro Renato se enquanto MDS, tinha o conhecimento de
2301 qual era o perfil da participação dos Usuários nas últimas Conferências e se estaria falando de
2302 Usuário que exerciam o serviço sócio-assistencial ou daquele que ainda não estava usando esse
2303 serviço, com a senhora Presidente observando que depois o Conselheiro se inscreveria para
2304 responder. O Conselheiro Edivaldo propôs que o Conselho, como um todo, tentasse minimizar o
2305 uso da palavra Constitucional quando se tratasse de Usuário, sendo mais abrangente se falar em
2306 Corpo Coletivo. A senhora Presidente apartou para ler o que a Resolução falava que era Usuário,
2307 *“Resolve: definir que os usuários são sujeitos de direito e públicos da Política de Assistência*
2308 *Social, e que, portanto, os representantes de usuários ou de organizações de usuários, são sujeitos*
2309 *coletivos, expressam as diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu*
2310 *protagonismo direito enquanto usuário. Parágrafo Primeiro: serão considerados representantes de*
2311 *usuários pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política de*
2312 *Assistência Social, organizados sobre diversas formas, em grupos que tem por objetivo a luta por*
2313 *direitos. Reconhece-se como legítimas associações, movimentos sociais, fóruns, redes, ou outras*
2314 *denominações sobre diferentes formas de constituição jurídica, política, ou social. Parágrafo*
2315 *Segundo: serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que*
2316 *tenham estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos de indivíduos e grupos*
2317 *vinculados à Política Nacional, sendo caracterizado o seu protagonismo na organização mediante*
2318 *efetiva participação, participação efetiva dos órgãos diretivos que os representam por meio de suas*
2319 *próprias representações, ou de seus representantes legais, quando for o caso.”* Que havia, em seu
2320 entendimento, tanto a possibilidade de ter um Usuário que representasse uma instituição constituída
2321 legalmente, ou um grupo, um movimento, uma rede, que estivesse se organizando em um
2322 determinado lugar, conceito que deveria constar dessa Resolução. O Conselheiro Sérgio observou
2323 que toda vez que se falava, parecia que o Sistema era somente o que era oficial, mencionando os
2324 CRAS e destacando que havia que abrir para dar esse entendimento. O Conselheiro Renato de Paula,
2325 no sentido da fala do Conselheiro Sérgio, gostaria de deixar claro que quando se falava não se
2326 esquecia o pacto federativo nem os programas que existiam em cada âmbito, sempre se falando
2327 muito sobre o que se tinha governabilidade. Que o MDS, a Secretária não poderia soltar uma
2328 Portaria dizendo que os estados seriam obrigados a fazer os seus programas, relatando que a
2329 Secretária Ana Lúcia soltaria, na próxima semana, uma comunicação oficial do MDS para os
2330 gestores, nos três níveis, fazendo uma fala mais ou menos naquela linha que a senhora Presidente
2331 havia feito o vídeo, convocando, dizendo para os Gestores das Conferências que o Conselho
2332 Nacional havia convocado a Conferência. Que se deveria colaborar, participar, organizar os
2333 Usuários, observando que não tinha esse dado de cabeça, mas daria para levantar o número de
2334 participantes Usuários, que poderiam ser levantados nessa Plenária se o serviço de apoio tivesse os
2335 anais. Com relação à segunda pergunta do Conselheiro Geraldo, observou que qualquer Usuário
2336 poderia participar, desde que passasse por esse processo, com a construção de sujeitos coletivos,
2337 conforme colocado pelo Conselheiro Edivaldo, com identidade para e na Assistência Social. O
2338 Conselheiro Samuel ressaltou que não havia que se preocupar tanto com o número de Usuários que
2339 viriam, mas sim com a sua preparação, podendo se começar antes a fazer um exercício com os
2340 trabalhadores, Entidades, os próprios movimentos de Usuários organizados, fazer uma mobilização
2341 antes da Conferência, havendo se comunicado com a senhora Andréa, a Conselheira Municipal de
2342 Belo Horizonte, e já estava traçando algumas estratégias com ela, assim como estava articulado com

2343 pessoas de São Paulo e Rio de Janeiro, explanando sobre esse assunto. Que se poderia pegar várias
2344 pessoas despreparadas, minando o poderio das Conferências, devendo haver uma mobilização ou
2345 preparação, devendo ser a preocupação maior, pelo menos era a sua, a formação política desses
2346 indivíduos. O Conselheiro Pessinatti destacou as palavras do Conselheiro Samuel, com quem
2347 concordava, que estabelecer um parâmetro era também um referencial político, que dizer que se
2348 batalharia por pelo menos um terço era um indicador, e não uma camisa de força que se não vier se
2349 ficaria decepcionados, torcendo para que houvesse briga na base para ter mais do que um terço.
2350 Encontrava que o risco do assistencialismo político era menor de não se empenhar algum
2351 parâmetro, porque havia gente que iria fazer assistencialismo político para não vir o terço. O
2352 Conselheiro Geraldo observou ter o maior respeito pelo Usuário e queria que ele fosse protagonista,
2353 mas se a praticidade das últimas Conferências, de repente mostrassem que houve uma participação
2354 efetiva de cinco por cento, esse indicativo de um terço simplesmente iria por terra, pois não havia
2355 tempo hábil para se fazer uma mobilização e preparação para isso. Quanto às colocações do
2356 Conselheiro Pessinatti, lhe parece que havia sido um seguidor do MDS que estava presente e havia
2357 feito isso Conferência, falando que poderia ser cinquenta por cento, devendo ter explicado a razão
2358 desse indicativo. A Conselheira Margareth, dizendo-se contemplada pela fala do Conselheiro
2359 Samuel, destacou que concordava com a questão de um terço para a Conferência. Que o debate teria
2360 que se voltar para como trazer efetivamente esses Usuários para a Conferência, pensando que o
2361 CRAS poderia ser essa referência, tendo que se correr contra o tempo, convocando reuniões com as
2362 Associações de Moradores e propondo o envolvimento de outras associações para a Comissão
2363 Organizadora. Sugeriu ao CNAS, que se poderia, como a Comissão da Organizadora da
2364 Conferência, pensar na programação, com duas grandes Oficinas, o que achava fundamental.
2365 Observou que se conseguisse trazer os Usuários, sem estar preocupados nesse momento,
2366 concordando com o Conselheiro Edivaldo, com a institucionalização, bastando vir como um
2367 Delegado pelo seu território, por uma assembléia que havia feito com o CRAS, e tendo que ser
2368 ouvido. Que havia que fazer oficinas com os Usuários e também com os Trabalhadores porque
2369 tinham que estar envolvidos, para que se pudesse discutir, inclusive a inserção, o que o Conselheiro
2370 Samuel falava da questão de formação política, com o momento da Conferência feito para isso.
2371 Sugeriu que se criasse imediatamente um GT para operacionalizar o protagonismo do Usuário na
2372 Conferência, tendo-se assim uma Conferência como realmente se queria. O Conselheiro Renato de
2373 Paula, com relação ao GT, observou conhecer Entidades em diversos lugares, que no seu trabalho
2374 cotidiano com os Usuários discutiam direitos, cidadania, e organizava o povo para participar nos
2375 locais, e não somente CRAS e CREAS. Que esse GT pudesse acompanhar esse trabalho, como
2376 estavam acontecendo e como ram feitas as discussões, para acompanhamento desse processo, ao
2377 que o Conselheiro Ferrari informou que faziam esse trabalho não só com os Usuários, mas também
2378 com os trabalhadores, pois nas cidades que tinham Unidades, o trabalhador representava, e muito
2379 bem, a Entidade no Conselho. O Conselheiro Clodoaldo destacou sentir-se contemplado nas várias
2380 falas , mas fazendo esse trabalho, tendo recurso para trazê-los e o município não conseguir, indagou
2381 se essas vagas seriam repassadas para os outros segmentos. A senhora Presidente observou que o
2382 Conselheiro Samuel tinha razão, mas se poderia partir do pressuposto de que se alguém viesse nesse
2383 um terço de Delegados, era um processo com cada município tendo o seu processo. Que não se
2384 poderia abrir mão de garantir que um terço das vagas fossem de Usuários, discorrendo como esse
2385 percentual era dividido. A senhora Presidente observou que não se poderia deixar de indicar, pela
2386 Comissão Organizadora, que se garantisse na proporcionalidade da Sociedade Civil, no mínimo, um
2387 terço de Usuários, observando que se o município discutisse e deixasse um percentual menor para o
2388 Usuário, ninguém diria o contrário, porque havia sido decidido pelo município, estando dentro da
2389 vaga da Sociedade Civil. Que haviam realidades em que poderiam ter movimentos organizados ou

2390 Usuários em um grupo, Fóruns, que iriam pleitear mais vagas, tendo-se que se indicar que havia que
2391 garantir pelo menos um terço. Que isso deveria ser esclarecido para ser colocado em documento,
2392 não sendo somente um debate político, mas orientações técnicas para a Conferência. A senhora
2393 Presidente colocou que tinha que indicar que o Conselho recomendava que se respeitasse
2394 primeiramente a paridade na distribuição das vagas da Sociedade Civil, tendo pelo menos um terço
2395 de Delegados representantes dos Usuários. A Conselheira Renata observou que na planilha que
2396 havia sido apresentada, os municípios eram de pequeno porte, indagando se eram dois Delegados de
2397 cada município e como se respeitaria a paridade, ao que a senhora Presidente informou que
2398 dependia, havendo que respeitar a paridade, sendo um da Sociedade Civil e um do governo, tendo
2399 que fazer uma discussão sobre quem viria representando a cada segmento. A Conselheira Renata
2400 sugeriu esse indicativo para metrópoles, cidades de grande porte, ao que a senhora Presidente
2401 observou que daria para dizer que era para metrópoles, com a discussão tendo que acontecer no
2402 município, discorrendo sobre as vagas para cada lugar, exemplificando com as vagas do Mato
2403 Grosso do Sul para a Conferência Nacional, onde seriam de quatorze delegados, sete da Sociedade
2404 Civil e sete de Governo, sendo que dos sete da Sociedade Civil, se recomendaria que um terço fosse
2405 representante dos Usuários. Após algumas colocações sobre o assunto, o Conselheiro Renato
2406 observou que o relatório que seria preenchido e encaminhado pelos municípios com todas as etapas
2407 desse processo, propiciaria um diagnóstico dessa realidade. O Conselheiro Sérgio referiu-se ao fato
2408 de que a maioria dos municípios de pequeno porte quando chegavam ao estado era prejudicada a
2409 participação do Usuário, sendo que a capital era que sempre vinha para a Conferência Nacional. O
2410 Conselheiro Charles esclareceu a questão das vagas destinadas aos municípios, discorrendo sobre o
2411 assunto, com a tabela não sendo regra para os municípios irem à estadual. A Conselheira Margareth
2412 observou que a sua proposta era que se tivesse um instrumental até a Conferência, caso contrário
2413 não haveria representação de Usuários, sugerindo a realização do GT e discorrendo sobre sua
2414 estrutura e como poderia dar informações. A senhora Presidente observou que não se poderia
2415 constituir um GT para se deslocar, sendo mais de acompanhamento do processo do protagonismo
2416 do Usuário. Observou que já existia um GT de Comunicação, que havia se reunido no dia anterior e
2417 que faria um relato, preocupado com o que havia sido levantado na Comissão Organizadora, com
2418 uma série de informações, com o processo de mobilização para chegar aos municípios, para que o
2419 Usuário tivesse mais possibilidade de se informar sobre sua condição. Que não via nenhum
2420 problema de se constituir um GT de acompanhamento, tendo que ter, necessariamente, um membro
2421 ou dois da Comissão Organizadora, compondo com outros, esclarecendo como esse Grupo atuaria.
2422 Prosseguindo indagou se existia alguma proposta contrária à criação dessa subcomissão de
2423 acompanhamento do protagonismo do Usuário na VII Conferência Nacional, havendo algumas
2424 colocações de visitantes que essa proposta deveria ser fomentada e que havia que discutir o papel
2425 desse Grupo. A Conselheira Heloísa observou que esse GT, se fosse encaminhado no sentido de tê-
2426 lo como subcomissão, era fundamental que os representantes de Usuários nesse Conselho fizessem
2427 parte. Discorreu sobre como seria essa participação dos representantes dos municípios, destacando
2428 que não havia somente que recomendar o perfunctório, mas ser mais incisivos, com uma redação bem
2429 clara nesse aspecto. A senhora Presidente observou que a Conselheira Heloísa havia apresentado
2430 outra proposta, com a questão da recomendação. Que se estava deliberando para que se garantisse,
2431 pelo menos, um terço de Usuários participantes em cada delegação, sendo essa uma orientação
2432 política. O Conselheiro Ferrari observou que havia que encaminhar como orientação e não como
2433 uma obrigação, pois trazer o Usuário como imposição, enfraquecia o protagonismo e a própria
2434 Conferência. A Conselheira Margareth destacou a necessidade de subcomissão para acompanhar se
2435 as orientações estavam sendo seguidas, defendendo o nome dos Conselheiros Samuel e Dolores
2436 para compor esse GT junto com os governamentais. O Conselheiro Geraldo observou que não

2437 acreditava que os Conselheiros dessem conta de tantos GTs e Comissões, ainda que fosse premente
2438 esse tipo de acompanhamento, sendo contra essa proposta. Com respeito à participação do Usuário
2439 era a favor do protagonismo, mas radicalmente contra que fosse maior do que um terço, não vendo
2440 razão para isso e muito menos que fosse tirado da cota das outras duas participações. A senhora
2441 Presidente encaminhou a proposta da constituição da subcomissão, contemplando as pessoas que
2442 estavam na Comissão, havendo que pensar na sua viabilidade. Indicou como Representante de
2443 Usuários, na Comissão Organizadora, o Conselheiro Carlos, com o Conselheiro Samuel e o
2444 Conselheiro José Crus, que poderia fazer a interligação. Prosseguindo, a senhora Presidente passou
2445 a palavra para o Conselheiro Pessinatti, com algumas informações que foram solicitadas pelo
2446 Conselheiro Geraldo sobre a Conferência; a Conselheira Edna falar sobre a Comissão de Normas, e
2447 depois para o GT de composição do CNAS. O Conselheiro Pessinatti informou a oficialização das
2448 mudanças de Conselheiros dentro das Comissões, a pedido da própria Secretaria Executiva. Na
2449 Comissão de Política: entraram a Margareth e a Heloísa, e no lugar da Rose, o José Crus, e como
2450 suplente a Maura, o Sérgio e a Helena. A Comissão de Normas, o Renato no lugar do Daniel, a
2451 Rose no lugar da Karla, e a Renata, da sociedade civil, no lugar do Valdir Pereira, e o Mauro
2452 Nascimento no lugar da Débora. Na Comissão de Financiamento, no lugar da Patrícia de Marco, a
2453 Verônica; no lugar do Marcelo Armando, o Charles, e o Renato Saidel no lugar da Neusa, como já
2454 era de conhecimento. E como suplente a Maria José no lugar do Renato Francisco de Paula. Como
2455 Titulares da Comissão de Conselhos o Renato, no lugar da Patrícia, o Charles no lugar da Marcela,
2456 a Heloísa na Margarete Cutrim, o Renato Saidel no lugar da Neusa, e o Suplente era a Helena, no
2457 lugar do Renato, e Sérgio no lugar da Iêda. A Comissão de Ética fica o José Cruz, no lugar do
2458 Daniel, com os demais permanecendo como estavam. Respeito à solicitação do Conselheiro
2459 Geraldo, foi passada a informação de dois mil e cinco, sendo mil, cento e quarenta e quatro
2460 delegados, sendo que quinhentos e setenta e dois da Sociedade Civil e, em um total de cento e vinte
2461 e quatro participantes inscritos como Usuários, significando vinte e um vírgula sessenta e sete por
2462 cento da Sociedade Civil, um alto índice. O Conselheiro Geraldo observou que esse pedido havia
2463 sido feito para ratificar a sua preocupação, duvidando que se pudesse pré-determinar que fosse
2464 trinta e três por cento. Continuando a senhora Presidente passou a palavra para a Conselheira Edna,
2465 para o **Relato da Comissão de Normas**, que informou que foi apresentado em março, indicativo e
2466 encaminhamento de uma Reunião Extraordinária da Comissão no dia vinte e dois de abril, que por
2467 coincidir com outras Reuniões, ainda seria decidida nova data. Estava apresentando o que não havia
2468 sido discutido na última reunião, da memória de março, sendo apresentado na Reunião
2469 Extraordinária para definir o tema. Procedeu a um rápido informe sobre a Reunião do Grupo
2470 composto por integrantes da Comissão de Conselhos e da Comissão de Normas, com a função de
2471 apresentar a minuta sobre o tratamento a ser dado para as denúncias recebidas no CNAS, com todas
2472 as recomendações que saíram inclusive não somente da reunião, como da Plenária. Que se reuniram
2473 no dia seis de abril, o dia todo, presentes os Conselheiros Clodoaldo, Edna, Edivaldo e Renato
2474 Saidel, que compunham o Grupo para esse fim, com o apoio da Ariane, da Cristiane, da Liliane e da
2475 Rosana, havendo avançado bastante no tema, que também foi muito discutido, mas não
2476 conseguindo finalizar a minuta, que seria feita em outra Reunião. Como havia sido deliberado nessa
2477 Plenária, que não se apresentaria em maio, e sim em julho, se faria uma Reunião em junho. Passou à
2478 Memória do Grupo de Trabalho da composição do CNAS: *“Nós nos reunimos no dia 08 de abril, de*
2479 *nove às deztoito, e presentes os Conselheiros Edna, Carlos Eduardo Ferrari, Geraldo, José*
2480 *Geraldo. Ausências Justificadas da Margareth, Renato Francisco, Samuel, e Tânia Mara Garib.*
2481 *Contamos com o apoio da Liliane e da Rosana. O primeiro item de pauta era definir*
2482 *coordenadores titular e adjunto, mas como tínhamos 50% apenas da composição do grupo*
2483 *presente, nós entendemos que devemos ter a composição toda para indicar o coordenador e o*

2484 coordenador adjunto. Então nós só, nesta reunião, foi indicada a Conselheira Edna para
2485 coordenar a reunião, apenas isto. E também fomos já nos apropriando de diversos materiais sobre
2486 o assunto, estes materiais já foram encaminhados, foram entregues à nós que estávamos presentes,
2487 e também encaminhados aos demais Conselheiros do GT que não estavam presentes. Então, nós
2488 temos os temas de que temos o material, que são a pesquisa, o perfil dos municípios, a MUNIQUE,
2489 que é muito interessante e traz dados bastante interessantes! Os anais da VI Conferência Nacional
2490 de Assistência Social, que tratam deste assunto, o documento síntese do GT agenda do CNAS, que
2491 foi aquele composto ano passado, que tratou de alguns assuntos que ele considerava de inclusão na
2492 agenda do CNAS. A sistematização das referências e subsídios sobre a eleição e composição de
2493 Conselhos, que é um documento do GT Eleição, do CNAS. Orientações para Conferências
2494 Municipais, que também aborda um pouco este assunto. O Caderno de textos, subsídios para o
2495 debate do CNAS, a Resolução CNAS nº 237/2006. Então este material todo vai ser analisado à luz
2496 disto tudo, à luz da problemática e da complexidade do assunto. O encaminhamento tirado foi
2497 encaminhar por correspondência todo este material, aqueles integrantes do GT que não estavam
2498 presentes, e nós também olhamos alguns aspectos a serem aprofundados para a elaboração da
2499 proposta de composição e processo de escolha. O grupo apontou as questões que devem ser
2500 contempladas na proposta, os quais relacionaram a seguir: identificar quais órgãos deveriam
2501 compor o CNAS para definir o número de representantes, discutir a participação dos membros
2502 suplentes do Conselho para definir possível aumento de número de Conselheiros. Discutir a
2503 representação e representantes dos segmentos. Aqui acho que é representatividade! Pelo que eu me
2504 lembro da discussão! É representação e representatividade! Os demais já se manifestaram
2505 também! E ainda, o número considerado necessário para ter a representatividade qualitativa e
2506 quantitativa no Conselho, importante salientar que o representante deve se ater, que a
2507 representação deve ser para além do segmento que representa, ou seja, que o representante leve
2508 em conta a finalidade da política de Assistência Social. É necessário que os Conselheiros, antes de
2509 assumirem seu papel, sejam capacitados, e foi comentado que os Fóruns podem ser uma alternativa
2510 de espaço de iniciação a esta capacitação, e não é debate aqui, a este trabalho de capacitação. É
2511 preciso alterar aí, por favor! Discussão aprofundada, tomando por base metodológica a
2512 identificação de cada segmento atualmente representada no CNAS. O GT deve apontar diretrizes e
2513 agendas de debates a nível nacional, subsidiando os estados para as discussões sobre o tema,
2514 representação e representatividade. Tiramos o indicativo de que deveríamos fazer isto em maio. O
2515 GT utilizará de instrumentos para buscar contribuições da sociedade, tais como consulta pública,
2516 tele-conferência, entre outros. Agenda de trabalho do grupo. Considerando o trabalho e o prazo
2517 para apresentação final, de 120 dias, então já estabelecemos uma reunião em abril, nos dias 22, 23
2518 e 24, no dia sete de maio, no dia 09 de junho e no dia 07 de julho. A pauta para a reunião de abril,
2519 não é? Nós teremos três Conselhos convidados para se manifestar sobre o tema, como eles
2520 entendem a representação, a representatividade, o protagonismo do usuário, a composição e a
2521 metodologia de organização, e processo de eleição. Nós indicamos então o Conselho Nacional de
2522 Saúde, o Conselho Nacional de Segurança alimentar, e o Conselho Nacional dos direitos da
2523 criança e do adolescente. No dia 23, faremos uma sistematização do que foi apresentado no dia
2524 anterior. No dia 24, nós convidamos a Secretaria Geral da Presidência, porque eles têm uma
2525 grande atuação com as questões acerca da democracia participativa. A Secretaria nacional de
2526 Assistência Social, a SNAS, representando o MDS para discutir este tema sobre a ótica da Gestão
2527 da Política Nacional de Assistência Social, e o professor Edivaldo Bernardino para apresentar e
2528 debater junto com o grupo a temática sobre o controle social, a representação, a
2529 representatividade e o protagonismo dos usuários, considerando que o mesmo é um estudioso do
2530 assunto. Na tarde deste dia faríamos a sistematização do debate, e também a Conselheira

2531 *Margareth, que justificou a ausência, encaminhou um documento que foi lido, mas que será*
2532 *também apreciado junto com todos os demais materiais. Eram estes os informes do GT*
2533 *composição”. O senhor Presidente em exercício informou haver um encaminhamento bastante*
2534 *objetivo, de que o Grupo propunha uma Reunião Plenária, e a necessidade de outra para a*
2535 *Conclusão, não havendo nenhuma manifestação contrária, o Item foi dado como aprovado.*
2536 **Prosseguindo, passou para o **Relato da Memória do Grupo de Trabalho em relação à****
2537 ****composição do CNAS.**** O Conselheiro Geraldo observou que o Grupo havia dado uma contribuição
2538 máxima dentro da sua visualização daquilo que entendia como sendo necessário para a composição
2539 dos Conselhos, com a diretriz de que se levaria isso para as Conferências. Observou que daí a
2540 preocupação, descontentamento e a posição enquanto Sociedade Civil de pedir a suspensão desse
2541 GT em função das decisões de recomposição desse Conselho por parte da Secretária Nacional,
2542 solicitando que fosse submetida essa proposta à Plenária, com o senhor Presidente em exercício
2543 abrindo a discussão. O Conselheiro Renato de Paula indagou o porquê de se suspender o GT e qual
2544 a condição para voltar a funcionar, ao que o Conselheiro Geraldo observando que no momento que
2545 foram notificados, sem nenhuma discussão nesse Conselho, de uma recomposição do próprio
2546 CNAS. Que era esse o entendimento da Sociedade Civil e que haviam feito uma carta ao Ministro,
2547 que seria protocolada nessa oportunidade, solicitando uma reunião para entender a sua posição. O
2548 Conselheiro Charles observou que suspender o GT era deixar de dar passos significativos na
2549 superação dessa questão, devendo ter reunião, concomitantemente a essa mobilização, concordando
2550 plenamente que se falasse com o Ministro, especificamente sobre o fato da recomposição do CNAS.
2551 Que o papel do GT agora era exatamente para se colocar na mesa essa discussão, e tornar claro e
2552 viabilizar mecanismos de como se iria fortalecer esse modelo de Conselhos e de participação. A
2553 Conselheira Heloísa manifestou não entender esse encaminhamento, observando que se teria que
2554 colher informações de como estaria ocorrendo em outros conselhos, discorrendo sobre a situação.
2555 Que havia que se colher subsídios para se verificar se havia problemas nos outros organismos, mas
2556 se o problema fosse localizado no CNAS, reforçaria que o encaminhamento era esse. Destacou que
2557 tinha muita simpatia pela preocupação, mas gostaria que refletissem, por encontrar que se perderia
2558 com isso, porque se deixaria de ouvir outros Conselhos e enriquecendo essa experiência para
2559 reverter essa situação, ou se aliarem ao conjunto de Conselhos para sanar esse quadro. A
2560 Conselheira Margareth manifestou que entendia a preocupação dos Conselheiros com a suspensão
2561 do GT, mas pedia que se refletisse em alguns pontos, discorrendo sobre a situação e a forma como o
2562 comunicado havia sido feito. Destacou que a Sociedade Civil cobrava a presença do Governo,
2563 citando o que havia resultado dessas ausências. Que quando se falava em suspender o GT, não era
2564 por irresponsabilidade, não era para retardar o processo, mas uma forma de se dizer que se queria
2565 respeito, colocando o sentimento da Sociedade Civil. Que ele estava suspenso somente nessa
2566 reunião, estando pronta a carta a ser entregue ao Ministro para que viesse ao Colegiado já na
2567 Reunião de maio, para que se pudesse estar falando do sentimento da Sociedade Civil na forma
2568 como estava conduzida. A Conselheira Margareth observou que, como integrante do GT encontrava
2569 que se iria construir essa agenda para ser debatido esse assunto em uma Reunião específica,
2570 colocando os sentimentos da Sociedade Civil e entendendo o seu encaminhamento para o bem do
2571 colegiado e não para trancar a Pauta. O Conselheiro Renato de Paula informou que se estava
2572 retirando, colocando a palavra desrespeito e observando que a convocação do Ministro para prestar
2573 esclarecimentos que já haviam sido dados por outras pessoas do Governo nessa Plenária, significava
2574 que se estava dizendo que nada do que havia sido dito pela Secretária Ana Lígia, por ele e pelos
2575 outros Conselheiros Governamentais havia tido validade, porque queriam ouvir do Ministro. Que
2576 gostaria de colocar, enquanto forma, se a Sociedade Civil podia mandar a carta e convocar o
2577 Ministro na hora que quisesse, e que propor a suspensão de um GT que era muito maior do que os

2578 Conselheiros Governamentais era, no mínimo, pedindo desculpas pela franqueza, de um
2579 oportunismo de um debate que sabia qual era, porque o GT era do Conselho e o Conselho era maior
2580 do que os Representantes do Governo. Discorrendo sobre o assunto, manifestou que não pactuava
2581 com a forma, não estando claro o que queriam. Concluindo, observou que convocar o Ministro se
2582 podia convocar a qualquer hora e ele viria, mas propor a suspensão de um Grupo de Trabalho do
2583 Conselho, era demonstrar uma total falta de compromisso com a política de Assistência Social que
2584 se queria construir. O Conselheiro Renato Saidel manifestou que se referiria à fala do Conselheiro
2585 Renato de Paula, observando entender sua indignação e observando que não se estava
2586 desacreditando na fala da Conselheira Ana Lúcia, que havia falado que se teria um compromisso do
2587 Ministro da Previdência Social que seu Representante estaria presente, o que não aconteceu,
2588 observando a presença do seu Suplente na manhã do dia anterior e nessa oportunidade para julgar os
2589 processos. Discorrendo sobre a situação, observou que estavam pedindo não para encerrar o Grupo,
2590 mas suspender para se acertar algumas coisas, pois não havia como negar que haviam arestas a
2591 serem aparadas, o que deveria ser resolvido nessa oportunidade. O Conselheiro Edivaldo solicitou
2592 um esclarecimento ao Conselheiro Renato, não se lembrando que a Sociedade Civil havia pedido
2593 para tirar o Ministério. O Conselheiro Sérgio manifestou o temor pela responsabilidade que estava
2594 sentindo, destacando que a situação de fragilidade do Conselho Nacional e o desgaste por pequenas
2595 situações, observando o porquê de ninguém dos municípios querer vir para o Conselho.
2596 Discorrendo sobre a situação e sobre o posicionamento do GT, gostaria de solidarizar com a
2597 Presidência e com os encaminhamentos, pedindo que se pensasse sobre o assunto. Que havia
2598 questões que tinham que ser resolvidas, mas que havia um limite que não se podia ultrapassar, sob o
2599 risco de se cair na falta de respeito, sentindo-se desrespeitados por essas questões que poderiam ser
2600 discutidas e resolvidas. A Conselheira Edna observou que essa ação havia sido desencadeada por
2601 não haver Representantes governamentais presentes, observando que o fato de o Ministro indicar
2602 novos membros governamentais para compor esse Conselho, foi causado pela atitude da Sociedade
2603 Civil que havia se recusado a entrar em uma Reunião porque não esse segmento não se encontrava
2604 no Pleno. Discorrendo sobre o assunto, manifestou sua indignação, observando que em quatro dias
2605 de trabalho se havia chegado a essa situação de desgaste. O Conselheiro José Geraldo observou que
2606 havia que ter muita paciência para ouvir o que era dito, faltando amadurecimento aos Conselheiros.
2607 A senhora Presidente observou que também se sentia desrespeitada, após haver dado explicações
2608 para a Plenária de ter ido conversar com o Ministro solicitando que o Governo estivesse presente
2609 nas Plenárias do Conselho, e que tentava ajudar como sempre o fazia com o CNAS. Relatou o que
2610 lhe havia sido dito sobre o fato de a Sociedade Civil só vir à Plenária se tivesse quorum do
2611 Governo, o que deveria ser esclarecido. Encontrava que se chegar e propor a paralisação de um
2612 Grupo de Trabalho em função de um fato que havia ocorrido e que o Conselho não estava deixando
2613 de ter a paridade para trabalhar, solicitando responsabilidade considerando se ter uma Conferência
2614 pela frente. Que todos tinham responsabilidades muito grandes neste Conselho. e que se houve uma
2615 interpretação que haviam considerado como inadequada respeito à posição da Secretária, deveriam
2616 manifestar diretamente a ela essa posição. Que não era paralisando o Grupo que se faria
2617 mobilização para se resolver as questões, mas sim aghindo de outra forma. Que gostaria de fazer um
2618 apelo para essa Plenária para que não levassem em frente essa proposta de paralisação de Grupo em
2619 função do que havia ocorrido. Que continuassem com o GT e chamassem o Ministro, observando
2620 que as pessoas acompanhavam as Atas e sabiam o que acontecia no Conselho. Encontrava que as
2621 coisas não se resolviam assim, devendo se ter um pouco de maturidade e apelando para o bom senso
2622 desse Conselho para que pudesse conduzir os seus trabalhos, como estava deliberado, na forma que
2623 estavam organizados. A senhora Presidente destacou que gostaria de lembrar quando a Secretária
2624 Ana Lúcia e o Conselheiro estiveram presentes para dar explicações, ela havia dito que essa

2625 composição era até a Conferência, para se conseguir a sua realização. Concluindo, manifestou seu
2626 aborrecimento por encontrar que as coisas não podiam ser encaminhadas assim. O Conselheiro
2627 Frederico, coclocando que seu nome havia sido citado, esclareceu que no dia em que a Sociedade
2628 Civil estava toda reunida, a questão havia sido em relação de que não havia quorum. Que em
2629 nenhum momento a senhora Presidente e o Conselheiro Renato se encontravam na sala, com a
2630 Sociedade Civil tendo Pauta que ainda não tinha vencido, não havendo quorum para iniciar a
2631 reunião. Destacou que também estava sendo computado à Sociedade civil situações que encontrava
2632 vexatórias, tendo que se avaliar algumas falas tanto no Pleno como na Reunião Ampliada e que
2633 encontrava um desrespeito. Que havia necessidade de se ler as Atas para saber o que estava sendo
2634 dito, porque eram colocadas coisas que não haviam sido tratadas na Ampliada. Concluindo,
2635 observou que havia que se fazer uma avaliação em relação ao Pleno, governamental e não
2636 governamental, até mesmo para se dar um melhor entendimento e um melhor acolhimento às
2637 demandas que lhes cabiam.O Conselheiro Geraldo referiu-se às palavras e atitudes do Conselheiro
2638 Renato, devendo se respeitar as pessoas para ser respeitado. Continuando, observou não ter sido
2639 realizada uma mera substituição dos Representantes, porque se fosse substituição por ausência, teria
2640 convocado o Suplente, tendo sido recomposição. Discorreu sobre as falas dos Conselheiros Heloísa,
2641 Charles e Sérgio, que haviam sido de um raciocínio que gostaria que a Secretária tivesse
2642 apresentado, sabendo que se estava tratando dessas questões no GT. Que não custava esperar por
2643 mais uma Plenária para tomar essa decisão e compactuar com todos os Membros do Conselho.
2644 Destacou que a Sociedade Civil tinha compromisso para representar o CNAS, do contrário não
2645 estariam presente. Prosseguindo, o Conselheiro Geraldo discorreu sobre a situação em tela,
2646 pontuando cada uma das falas que se encontravam registradas. Destacou que não era dessa maneira
2647 que se conseguiria avançar em alguma coisa, ofendendo pessoas, que a decisão tomada não havia
2648 tido nenhum intuito de desrespeitar quem quer que fosse, não havia sido falta de responsabilidade,
2649 fala equivocada, sendo essa situação pensada e discutida. Que entendiam que o GT tinha avanços
2650 importantíssimos, referindo-se à Ata da primeira reunião que havia sido colocada, seguindo com o
2651 maior comprometimento, e que haviam sido desrespeitados sim, quando não havia se preocupado
2652 com a Ata e com o Grupo que estava constituído, quando pelo menos não se esperou uma Plenária a
2653 mais para que se discutisse. Destacou que entendia que a senhora Presidente estava em uma posição
2654 muito difícil, tendo relatado sistematicamente a sua serenidade e a sua capacidade, porque, caso
2655 contrário, esse Conselho teria parado. Lamentou a maneira como as coisas tinham sido
2656 encaminhadas, compartilhando com os Conselheiros Sérgio e José Geraldo, que se deveria lavar as
2657 mãos, tirar a gravação, tirar as divergências porque era um Federal que precisava ser respeitado
2658 como tal, com essa trocas de farpas de falas, não levando a lugar nenhum. Que o pedido de
2659 suspensão havia sido muito mais, no sentido de saber todos os prejuízos, sabendo, citando a
2660 Conselheira Edna, a importância que haviam dado e o sacrifício feito para promover esse GT. Que
2661 ainda que o Ministro viesse, mesmo que fosse por parte dele essa determinação, gostariam de ouvir
2662 qual era a linha, observando como se levaria para as Conferências uma fala, colocando como
2663 exemplar, e mostrar na prática que os Conselheiros do CNAS foram feridos de morte com a
2664 recomposição, com a retirada de duas pastas que compunham a intersetorialidade, e que estavam
2665 aqui, e que sequer a Sociedade Civil havia tomado conhecimento. Para encerrar, informou que
2666 ficaram sabendo que o Conselheiro da Educação sequer sabia que já não era mais Conselheiro,
2667 quando havia feito a palestra nesse Pleno. A Conselheira Edna encontrou pertinente essa questão de
2668 fechar as portas e resolver essa situação, o que se estava precisando fazer. Que via que muito da
2669 ansiedade dessa explicação poderia ser resolvida no próprio trabalho da Comissão, que tinha
2670 agendado o MDS para falar ao Pleno o que entendia de composição. Que talvez esse poderia ser um
2671 dos momentos mais adequados nessa reunião do GT, para depois no Relato à Plenária trazer a

2672 posição efetiva, o entendimento real, aí sim chamando o Ministro para aprofundar o assunto. O
2673 senhor Presidente em exercício observou haver dois Conselheiros inscritos, encerrando as
2674 inscrições. O Conselheiro Charles encontrou justa a questão da mobilização e organização da
2675 Sociedade Civil. Que para o CONGEMAS era fundamental que se viabilizasse o Conselho como
2676 instância de deliberação e de Controle, mas que tivesse, dentre outras coisas, e como fundamento,
2677 primeiro o respeito, observando que existiam algumas arestas que deveriam ser aparadas.
2678 Discorrendo sobre o ocorrido, manifestou que considerada a função, enquanto Colegiado Nacional
2679 de gestores municipais, esse Conselho tinha um papel fundamental na viabilização e organização da
2680 Política da Assistência Social. Que estava preocupado em se criar certa dinâmica que possibilitasse
2681 gerar e aprofundar debates no Conselho, manifestando sua preocupação por não se conseguir
2682 avançar e se chegar a um bom resultado. Que o desafio que havia era fazer com o Governo e a
2683 Sociedade Civil caminhassem juntos, solicitando que se pudesse continuar e aprofundar com esse
2684 GT para se achar solução e acertar nesse processo e derrubar essa situação. O Conselheiro Frederico
2685 observou que esse processo de composição também era um projeto, e que de certa forma, não havia
2686 sido contemplada essa discussão. Que concordava com boa parte da fala do Conselheiro Geraldo,
2687 respeito à oportunidade no processo, acreditando que a Sociedade Civil poderia se reunir em cinco
2688 ou dez minutos, discutir e trazer ao Pleno, a nível de **encaminhamento**, o que se poderia fazer no
2689 tempo que restava. O senhor Presidente em exercício indagou se o Pleno acolhia a proposta do
2690 Conselheiro Frederico, ao que o Conselheiro Geraldo observou que era necessário que toda a
2691 Sociedade Civil se retirasse para poder discutir e trazer uma posição. O senhor Presidente em
2692 exercício após essas deliberações, passou a palavra para o Conselheiro Geraldo, que fez a seguinte
2693 colocação: *“Senhora Presidente e Conselheiros, nos reunimos de forma muito rápida! Evitamos
2694 repetir tudo aquilo que foi dito desde a nossa reunião de ontem e de hoje. O nosso entendimento é
2695 que nós, enquanto Conselheiros da sociedade civil não podemos aceitar a subserviência deste
2696 Conselho. A maneira que fomos tratados agora, com as palavras que foram utilizadas,
2697 principalmente pelos dois Conselheiros que já não se encontram mais presentes, o Conselheiro
2698 Renato e o Conselheiro José Geraldo, foi uma forma desrespeitosa, e nós entendemos que não
2699 devemos continuar com o GT. Portanto a nossa decisão é de suspensão do GT até que tenhamos
2700 aqui a presença do Ministro para uma conversa com ele, que na nossa carta a gente peça que
2701 aconteça até a próxima Plenária. Se, em função da agenda dele ele quiser nos convocar para uma
2702 extraordinária, estaremos à disposição”*. Prosseguindo, o senhor Presidente em exercício indagou se
2703 encerraria as colocações, ao que o Conselheiro Geraldo referiu-se ao pedido para suspensão do GT.
2704 A Conselheira Edna informou que como não haveria Reunião dias vinte e dois, vinte e três e vinte e
2705 quatro, se manteria a Reunião decidida pela Comissão de Normas com Reunião Extraordinária para
2706 dia vinte e dois de abril. O Conselheiro Charles indagou se a Plenária teria que votar a proposta
2707 apresentada, ao que o Conselheiro Geraldo destacou que o GT havia sido constituído por uma
2708 Resolução, pedindo a a suspensão dos trabalhos, até que tivesse a reunião com o Ministro,
2709 alertando, também, que convites haviam sido encaminhados, tendo a responsabilidade, enquanto
2710 órgão, de tomar uma providência. A Conselheira Heloísa colocou que não deveria ter voto, por ser
2711 uma Comissão paritária, que para ter andamento precisava das duas partes. O Conselheiro Geraldo
2712 observou que essa votação em nada prejudicaria o processo, caso não fosse votado poderia causar
2713 algum prejuízo, encontrando que deveria ser submetido à votação, ao que a Conselheira Edna
2714 observou não haver necessidade por ter sido acatado e superado esse ponto. O Conselheiro José da
2715 Cruz comunicou que gostaria de deixar registrada sua indignação, observando que no momento que
2716 se estava implantando o SUAS, se deparava com um Conselho dividido, Discorreu sobre a história
2717 da Sociedade Civil, encontrando que quem estava perdendo era a Assistência Social, as famílias
2718 vítimas de violência, de vulnerabilidade social,. Que haviam cortes no orçamento, com crianças em

2719 situação de vulnerabilidade, crianças no trabalho infantil, com tantas questões para serem discutidas
2720 nesse Conselho e desde o dia anterior se vinha repetindo uma Pauta, observando que o Governo
2721 tinha total autonomia para se recompor e se organizar da forma que achar melhor, assim como a
2722 Sociedade Civil. Concluindo, o Conselheiro José Crus ressaltou que gostaria de deixar registrado
2723 esse sentimento nessa primeira participação enquanto Conselheiro. O senhor Presidente em
2724 exercício, passando à votação, propôs que quem não estivesse de acordo se abstivesse, com os
2725 Titulares levantando a mão. A Conselheira Edna queria justificar seu voto, se abstendo não por
2726 discordar ou concordar, mas porque havia feito uma proposta e tendo entendimento que se
2727 traria esse assunto que há estava estabelecido no Grupo. A senhora Presidente se absteve por não
2728 estar considerando esse encaminhamento. O Conselheiro Crus, se absteve pelo que já havia
2729 colocado, por encontrar que a proposta da Sociedade Civil comprometia o SUAS no Brasil. O
2730 Cconselheiro Geraldo manifestou que gostaria de qualificar seu voto, observando que a decisão em
2731 si era a favor da suspensão do GT, em função absoluta de se ter a responsabilidade de levar aos
2732 municípios e estados uma democratização participativa, pensando que não havia contribuído para
2733 esse processo a decisão da parte do órgão gestor em retirar duas pastas, dois órgãos que
2734 compunham esse Conselho. O Conselheiro Pessinatti informou que havia oito votos a favor e seis
2735 abstenções. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a
2736 presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos
2737 pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta
2738 Ata, aprovada em Reunião de de 2009.